

MARCOS FARIAS DE ALMEIDA.

EXTERMÍNIO SELETIVO E LIMPEZA SOCIAL EM DUQUE DE CAXIAS: a sociedade brasileira e os indesejáveis.

Dissertação de Mestrado  
Apresentada ao Departamento de  
Antropologia Social do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da  
universidade Estadual de Campinas,  
sob a orientação do Prof. Dr. José  
Luiz dos Santos.

Este exemplar corresponde  
à redação final da  
dissertação defendida e  
aprovada pela Comissão  
Julgadora em 27/08/1998.

Prof. Dr. José Luiz dos Santos (Orientador)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria de Niemeyer

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariza Corrêa.

Agosto/1998.

|              |           |
|--------------|-----------|
| UNIDADE      | BC        |
| N.º CHAMADA: |           |
| V.           | Ex        |
| FORMA        | BO/35695  |
| DATA         | 395/98    |
|              | IX        |
|              | R\$ 11,00 |
|              | 04/11/98  |
| N.º CPU      |           |

CM-00118174-0

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

**Almeida, Marcos Farias de**  
Al 64 e **Extermínio seletivo e limpeza social em Duque de Caxias : a  
sociedade brasileira e os indesejáveis / Marcos Farias de Almeida.**  
-- Campinas, SP : [s.n.], 1998.

**Orientador: José Luiz dos Santos.**  
**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

1. Criminalidade. 2. Relações raciais--Baixada Fluminense(RJ).
3. Discriminação racial - Baixada Fluminense (RJ).
4. Brasil - Condições sociais. I. Santos, José Luiz dos, 1949 -  
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas. III. Título.

À Helia Faria que me ensina a cada dia, que mesmo que a vida esteja sendo constantemente ameaçada por todos os processos de controle e terror temos que viver e criar.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho se afirma através do argumento de que ele se processa pela história da multiplicidade. Qualquer traço desenvolvido nestas folhas tem sua história, ver neles a participação de tanta gente é uma necessidade. Correndo o risco de deixar de fora tantos atores e atrizes, abro às cortinas para cravar aqui o nome de alguns desses personagens que participaram de uma forma ou de outra dos esforços desenvolvidos nesta viagem.

Agradeço a professora Eliane Catarino, que em 1992 ouviu e leu minhas primeiras anotações e encomodos, apresentados diante do problema que resolvi estudar. Agradeço ao grupo de amigos junto dos quais lutei em Duque de Caxias, nas várias batalhas que constituíram e constituem traços fortes do que sou. Não me esqueço dos amigos da Universidade Federal Fluminense, que sofrem fazendo ciências sociais porque não conseguem distanciá-la das formas mais radicais de viver.

Se cada traço deste trabalho representa um veículo de construção, é necessária lembrar do nome de Ana Motta, que durante muito tempo acompanhou o desenvolvimento de muitos deles, com seu brilhantismo e sua extraordinária capacidade criativa, aos meus amigos Estefano e Paulo companheiros de copo, de angustias, e muitas alegrias que transformam em um instante todo frio intelectual em fogo criativo.

Participaram também desta história meus amigos do programa de mestrado, como é o caso de Marta Ramirez que além de discutir alguns aspectos deste trabalho, colaborou para que eu pudesse adquirir informações importante sobre a Colômbia, ou como Andréa que além de acompanhar algumas discussões me emprestou, assim como Marcelo, sua solidariedade.

Durante o tempo desta viagem pude contar com o comprometimento de meu Orientador, José Luiz, o que com certeza transformou esta viagem menos difícil. O exercício de transformação daquilo que nos provoca, em algo significativo é bastante complicado. Neste que também é um trabalho de tradução, desenvolvemos através do texto uma estranha alquimia que nem sempre alcança nossos objetivos.

Finalmente certo de que este é um trabalho de muitas vozes, e que ao relacionar algumas pessoas não estou dando conta de todas, agradeço ao CNPq que mesmo diante de tanta dificuldade em continuar apoiando pesquisas e diante das ameaças de corte de verbas, manteve durante o tempo deste trabalho o apoio financeiro, sem o qual este esforço teria sido prejudicado.

## INDICE

|   |            |
|---|------------|
| A HISTÓRIA COMO TEATRO E COMO TRAGÉDIA .....  | 3          |
| PREOCUPAÇÕES DA PESQUISA .....  | 16         |
| À PROCURA DE DADOS. ....  | 26         |
| A ORGANIZAÇÃO DO TEXTO. ....  | 29         |
| <b>I. LIMPEZA SOCIAL EM CAXIAS. ....</b>  | <b>31</b>  |
| GRUPOS ORGANIZADOS PARA MATAR: INSCREVENDO GRUPOS DE EXTERMÍNIO NO ALCANCE DA PESQUISA. ....                                | 31         |
| PESQUISAS E DADOS ESTATÍSTICOS: OUVINDO OS OUTROS. ....   | 40         |
| CHEGANDO À CAXIAS. ....   | 52         |
| <b>II - ANOTAÇÕES E QUESTÕES PARA O ESTUDO HISTÓRICO SOBRE OS INIMIGOS E A ORDEM, OU A CONFUSÃO DA LIMPEZA SOCIAL. ....</b> | <b>90</b>  |
| AUTORITARISMO E EXTERMÍNIO .....  | 90         |
| EXTERMÍNIO SELETIVO NESTE TRABALHO .....  | 93         |
| MEDICINA E CRIME: O CAMINHO DA ORDEM .....  | 98         |
| ESTÃO CHEGANDO OS ANTROPÓLOGOS .....  | 116        |
| QUEM TEM MEDO DA CARA PRETA. ....   | 126        |
| CRIME: AINDA SOBRE A HISTÓRIA DO CONCEITO .....   | 136        |
| PERICULOSIDADE NA LEI .....   | 147        |
| QUEM TEM A CURA? .....  | 150        |
| <b>III. POLUIÇÃO DA ORDEM E OS ESPETÁCULOS DAS PURIFICAÇÕES. ....</b>   | <b>155</b> |
| ÍMPUREZA E MARGINALIDADE .....  | 155        |
| CONSTRUINDO A MARGINALIDADE .....   | 168        |
| INDESEJÁVEIS, POLUIÇÃO E LIMPEZA. ....  | 172        |
| LIMPEZA SOCIAL E INDESEJÁVEIS NA COLÓMBIA .....   | 176        |
| À IDÉIA DE POLUIÇÃO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE. ....  | 179        |
| À PURIFICAÇÃO COMO RESPOSTA, E QUEM TEM MEDO DA CARA PRETA? .....   | 182        |
| O PERIGO FORA DO CONTROLE? .....  | 188        |
| <b>IV. PARA CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>209</b> |
| <b>V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>  | <b>219</b> |
| FONTES DOCUMENTAIS .....  | 222        |

## INTRODUÇÃO

*A história como teatro e como tragédia.*

“Hegel observa em uma de suas obras que todos fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acenar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidiere por Danton, Luís Blanc por Robespierre, a Montanha de 1848-1851 pela Montanha de 1793-1795, sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura ocorre nas circunstâncias que acompanham a segunda edição do Dezoito Brumário!

Os homens fazem sua história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nestes períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentarem-se nessa linguagem emprestada. Assim, Lutero adotou a *mascara* de apóstolo Paulo, a Revolução de 1789-1814 vestiu-se alternadamente como a república romana e como o Império romano, e a revolução de 1848 não soube fazer nada melhor do que parodiar ora 1789, ora a tradição revolucionária de 1793-1795.”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Marx, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelann*. 1986.

A afirmação feita por Marx sobre como a história se desenvolve, introduz uma perspectiva nova para a compreensão das relações humanas, no que diz respeito às suas histórias. Observamos que esta perspectiva na obra de Marx tem como contexto a crítica feita à idéia de movimento apresentada por Hegel, o qual defendia a mediação como valor fundamental, ou seja, o desenvolvimento do conceito pela abstração como forma de realização histórica.

Segundo Deleuze, Marx ao afirmar que a história se repete duas vezes: “uma como tragédia e outra como farsa”, é remetido a uma intuição profundamente teatral, que Marx, no entanto, não desenvolve. Deleuze procura fazê-lo através de Marx, o que lhe permite observar que, agora Marx e Deleuze falando juntos, “o trágico e o cômico na repetição formam uma condição do movimento sob a qual os 'atores' ou os 'heróis' produzem na história algo efetivamente novo”<sup>2</sup>

Na verdade Deleuze só pode dialogar com Marx, na medida em que seu pensamento é marcado pela obra de um terceiro autor. O pensamento de Deleuze é ferido pelas provocações feitas por seu encontro com a obra de Nietzsche. A perspectiva teatral apontada por Deleuze em Marx nos remete necessariamente à Nietzsche, quando este autor nos escreve sobre a

---

<sup>2</sup> Deleuze. *Diferença e repetição*. 1988.

vontade de potência. É neste momento que Nietzsche desenvolve a idéia de máscaras, construídas por intensidade. Através dessa idéia Nietzsche, Marx e Deleuze podem se encontrar.

O que vale para estes autores, e o que marca esse local de encontro entre eles, é a visão de que através da repetição a história e a vida não obedecem a uma perspectiva ideal, a tragédia e a comédia informam sobre um plano movente<sup>3</sup>, onde a história se encontra num recriar constante. Apresenta-se a nós a visão do jogo humano onde as possibilidades estão abertas, onde nada é estável e onde os homens e as mulheres fazem as histórias.

A história vista a partir da perspectiva teatral se torna mais rica e só pode ser entendida através do movimento e da criação. A comicidade e a tragicidade na história, que aparecem através da repetição, não indicam o ressurgimento da mesma coisa; a repetição é a condição do movimento e da novidade. Por isso quando Marx analisa a expectativa dos camponeses pelo retorno do grande líder, ele não deixa de assinalar, através de sua análise, que a repetição na história já não é a tragédia mas sim a comédia, portanto, diferente.

---

<sup>3</sup> Ver Beneval de Oliveira. *Nietzsche, Freud e o Surrealismo*. 1981, sobre o surrealismo e a estética Nietzscheana.

Olhar a história nesta perspectiva teatral, significa pensar que a busca pelo entendimento do desenvolvimento histórico deve ir ao encontro das possibilidades que indicam a repetição; é um atravessar máscaras que se localizam em espetáculos tragicômicos na busca das forças que os constituem. Neste sentido o ponto de partida de tal pesquisa deve ser o evento: lugar onde se encontra a estruturação da teatralidade pela força, pela crise e pelas intensidades. A teatralidade como elemento de estruturação impede que o estudo aprisione o tempo.

O drama, tal como nos sugerem as artes, indica estes elementos como sendo caracterizados, fundamentalmente, pelos significados que não estão presentes apenas dentro do circuito inscrito pelas palavras. Segundo Esselin<sup>4</sup>:

**“Ao invés de serem informados a respeito de uma situação, como inevitavelmente acontece ao leitor de um romance ou conto, os espectadores do drama são efetivamente colocados dentro da situação em questão, sendo diretamente confrontados com ele”.**

O drama se constitui dessa forma, pela necessidade, naqueles que assistem, de buscar através dele outras composições. Esta busca pelo que se realiza através do drama, esse deslocamento para além, é um recurso muito utilizado pelos veículos construtores de informação. A partir do uso

---

<sup>4</sup> No Livro de onde retirei esta citação, Martin Esslin observa o drama como elemento de conhecimento, sobre isso ver: *Uma Anatomia do Drama*. 1978.

do elemento dramático nos noticiários televisivos por exemplo, observamos que o telespectador se sente afetado pela forma como a notícia o atinge. É o que vemos no que diz respeito às notícias classificadas como violentas.

Mas afetar através da dramatização desenvolvida pelos noticiários sobre a criminalidade e a violência, não significa a apresentação da participação dos afetados num mundo de possibilidades, tal como nos propõe uma perspectiva teatral da história. No noticiário, o que é comum é a busca pela construção de uma realidade que pretende aprisionar o tempo, através do argumento da credibilidade. Os noticiários sobre a violência tem argumentos que pretendem levar aqueles que são afetados, não a qualquer atitude, mas sim, ao posicionamento que corresponda a possibilidades que serão apresentadas. O tempo dos noticiários tem a pretensão de ser exclusivo e contextualizado pelas perspectivas morais mais reacionárias, como pode ser visto, por exemplo, nos debates **montados** para se discutir a pena de morte.

Em 1993 o jornal *O Dia*, desenvolveu uma pesquisa de opinião pública para saber se as pessoas apoiavam ou não a pena de morte. O resultado desta pesquisa terminou apontando que a população apoiava a pena capital conforme o jornal divulgou a 13 de janeiro daquele ano:

11.40 (88%) se colocaram a favor e 1.469 (11.21%) ficaram contra. A pesquisa foi desenvolvida dentro de um período de campanha nacional pela aprovação do projeto de lei do então deputado Amaral Neto, o qual defendia a pena de morte para os chamados crimes hediondos, como assassinatos e seqüestros. A população estava envolvida também em comoção, revoltada pelo assassinato da atriz Daniela Peres, que na época participava de uma das telenovelas de uma das emissoras mais poderosas do país, a Globo.

A pesquisa desenvolveu-se, pois, dentro de um clima de desespero e indignação nacional, onde se apresentavam vários projetos reacionários que pretendiam acabar com a criminalidade. Neste exemplo se observa como se pretende tratar a criminalidade e a violência dentro da produção das informações, o que nos permite observar a diferença entre a teatralização das informações dos eventos e a perspectiva teatral da história.

Dizer isto não significa, entretanto, afirmar que os eventos são subtextos que escondem uma verdade maior captada no grande texto que estes menores escondem. Uma perspectiva teatral tal como este trabalho pensa, trata o drama entendido nas artes como uma aproximação daquela visão descrita acima no encontro dos três autores já citados. Portanto ir

além como uma necessidade imposta pelo drama, significa olhar os eventos a partir do estudo de elementos que se articulam em contextos nem sempre coerentes, portanto campos de disputas, mas que compõem através e com as situações, a constituição do tempo histórico. Seria pensar uma contextualização sem prendermos nas estruturas maiores os eventos estudados. Como eventos os casos estudados executam uma articulação **diabólica entre o todo e as partes que os cortam.**

Cabe lembrar Hanna Arendt<sup>5</sup>, “eventos, por definição, são ocorrências que interrompem processos e procedimentos de rotina”. Este caráter desconectante dos eventos não os destitui entretanto, de um relacionamento com o passado, o presente e o futuro. Neste sentido o evento seria como que um dos crivos do tempo, e como todo evento ganha significado dentro dos contextos culturais. No momento em que a cultura se transforma, transforma também o evento que pode, não esqueçamos, ser apropriado pelas diversas histórias. Lembremos das diversas produções de notícias, por exemplo.

Este problema nos afasta, e é fácil perceber, de uma concepção estruturalista que pretenda enjaular realidades em sistemas fechados presos aos elementos exclusivamente diacrônicos referenciados pelos

---

<sup>5</sup> A definição que é dada para evento por Hanna Arendt, aparece em seu estudo sobre a forma como o tema violência é estudo. Ver Arendt (1990) *Da violência*.

jogos de oposição. Nesta medida nos aproximamos do texto de Sahlins, tomando a idéia de evento como passível de repetição:

**“Um evento é de fato um acontecimento de significância, é dependente na estrutura por sua existência e por seu efeito. ‘Eventos não estão apenas ali e acontecem’, como diz Max Weber, ‘mas têm um significado e acontecem por causa desse significado’. Ou, em outras palavras, um evento não é somente um acontecimento no mundo: é a relação entre um acontecimento e um dado sistema simbólico. (...) O evento é a interpretação do acontecimento, e interpretações variam” (Sahlins, 1987:191).**

Ao meu ver estas informações estão muito mais próximas de uma leitura heraclitiana sobre o tempo, do que de uma concepção platônica sobre a filosofia. O rio (o tempo) não permanece o mesmo nos banhos que ele proporciona. Marx aponta que não só o rio mas o próprio ser banhado se transforma nos dá uma noção de processo e mudança, que não comporta a possibilidade de um verdade única e imutável, como os modelos platônicos. Na política de significação dos eventos o que é permanente é a mudança.

Este trabalho não tem a pretensão de enjaulamento do que se estuda pelo exprimível, não pretende segurar a multiplicidade no crivo da representação. O que se aponta aqui vai na direção das formas de construção que muitas vezes, estas sim como nós sabemos, buscam a

permanência tanto delas - construções - quanto das criadores e criadores destas. Através deste trabalho não se defende a idéia de uma causa permanente, mais sim algumas das maneiras como os acontecimentos jogados no tempo, portanto no movimento, se realizam em projetos de controle e poder; deste jeito sem a idéia de uma causa única e sem o esquecimento do jogo histórico.

Analisaremos eventos dentro de tal perspectiva histórica. Servir-me-ei desse pensamento teatral para cavoucar na história pensando-a como palco onde as personagens são construídas, onde grupos de extermínio se articulam em projetos de limpeza social, no ataque aos indesejáveis, na eliminação de pobres e negros, manipulando sempre o terror que coloca em cheque a realização humana.

Qualquer drama nos empurra ao encontro da construção dos personagens. Em meu auxílio usarei algumas imagens, que estão em mim como marcas do tipo das que foram deixadas pelo pensamento de Bergson, quando este autor acusa um afastamento do tempo real no trabalho científico. Se para Bergson, ao apontar um desenvolvimento científico, que se apropriava de aspectos fixos nos estudos que fazia, pretendeu uma filosofia com a tarefa de dispensar os conceitos, eu aqui me torno um ciumento pretendendo fazer da dor e da desconfiança forças

na produção de meu trabalho, que busca nos estudos de eventos acontecidos no Rio de Janeiro participar do debate sobre violência. Neste sentido ainda que mantida a necessária preocupação com a forma como o desenvolvimento científico tende a afastar a busca do tempo onde os problemas estão sendo produzidos, aqui não caberá uma busca da “imagem original”, mas sim um envolvimento com os momentos de construção não só dos problemas, mas também das formas de enfrentamento destes<sup>6</sup>.

No cinema brasileiro, Hector Babenco e José Louzeiro e todas as pessoas que trabalham para a realização do filme *Lúcio Flávio Passageiro da Agonia*<sup>7</sup>, nos informam também sobre este assunto, ou seja os elementos de criação da teatralidade na história. Como é possível encontrar elementos comuns às interpretações oficiais à respeito de um tipo de personagem muito presente em nossa história, que dependendo do

---

<sup>6</sup> Sobre isso, para dialogarmos através da arte, há algo interessante mostrado em Otelo de Shakespeare, quando Yago se põe a apresentar seu plano de vingança. Yago descreve com detalhes de que forma os outros personagens agirão em direção à realização do fim que ele deseja. Aquele é o momento onde Yago nos permite perceber, algumas das forças que são atravessadas no personagens: vingança, criatividade, paixão, medo determinação, etc. A discrição feita por Shakespeare ou Yago ou os dois, projeta naquele momento a maneira como o mundo se apresentará na realização do plano de vitória de Yago. No mundo construído por aquele personagem, todas as possibilidades dos outros estarão codificadas, Yago o especialista vai pondo os outros nos espaços controláveis.

<sup>7</sup> *Lúcio Flávio Passageiro da Agonia*, é um filme que foi produzido no Rio de Janeiro, que tratava da relação existente entre o crime e a polícia carioca (conchavos, subornos e corrupção), descrevendo também o momento de formação dos grupos organizados pela polícia para enfrentar a criminalidade através do assassinato dos criminosos, na década de 70.

momento pode assumir **máscaras** variadas, variação que se constitui como um dos elementos de aproximação histórica?

O filme trabalha sobre um enfoque que nos leva a observar o momento em que as forças se articulam para legitimar na história brasileira, um ódio mortal contra os criminosos que vai conduzir a polícia a um estado de autonomia semelhante ao que ela assumiu no início do século, momento de sua criação, que para o pesquisador Thomas Holloway, em entrevista dada ao *Jornal do Brasil* no dia 30 de julho de 1995, é marcado por uma acordo extremamente perigoso. A criação em 1831 pelo ministro Diogo Antônio Feijo, futuro regente do Brasil, do Corpo Municipal de Permanente, cumpria o objetivo de manter uma ordem social que estava ruindo, o tal momento de transição que anuncia o fim da escravidão.

Voltando à década de 70, pelo filme de Babenco somos levados à atmosfera de articulação de uma prática que a imprensa carioca identificava como ação do **esquadrão da morte**, grupos a princípio organizados no âmbito do Estado para resolver o problema da criminalidade através dos assassinatos.

A constituição do esquadrão da morte, naquele contexto, foi a possibilidade admitida para realização do projeto de **extermínio dos**

**indesejáveis.** A prática é observada dentro de um processo de legitimação do uso da violência que a caracteriza não só como forma de tentar resolver um problema, matar criminosos, mas a caracteriza também como ingrediente na construção das relações sociais. A possibilidade de ação do esquadrão da morte está ancorada num consenso de que a sociedade necessita acabar com algum **mal** que a ameaça, algo que põe em risco suas verdades legitimadas.

Como nunca houve sociedade sem crime e ele é previsto como parte dos conflitos com os quais as sociedades se defrontam<sup>8</sup>, a lógica do discurso pelo fim da criminalidade nos conduz a outras coisas. No caso da ação do esquadrão da morte, nem todas verdades legitimadas são assumidas, o que acontece é que os argumentos são produzidos e os consensos são realizados apenas em vista de uma saída desejada; neste caso a legitimação dos assassinatos de classe e de cor. Aqui se verifica a forma como novamente o poder vai interpretar a realidade, levando em consideração agora uma política desenvolvimentista, inspirada nas realizações econômicas dos Estados Unidos da América, o que se identifica também na forma como aqui se discursa e se constrói o medo da criminalidade.

---

<sup>8</sup> Durkheim (1978)

As indicações para a construção da necessidade da ação do esquadrão da morte, são dadas dentro de um processo que privilegia e amplia aspectos de uma dada situação, e neste processo é fundamental o papel da propaganda. A mídia é muito bem explorada na construção do ambiente de desespero. A mídia participa através de seu desenvolvimento, contribuindo para afirmação dos desejos de vingança, de desespero e a legitimação da saída apresentada, em outras palavras, são processos de desconstrução/construção. Isso acontece quando as interpretações veiculadas, repetem de forma ampliada o espanto e o medo que se encontra em algumas situações, produzindo verdades que participam de um tempo exclusivo, no caso, **um tempo insuportavelmente violento.**

Existe como sabemos uma boa literatura sobre o problema da construção da verdade, que passa por Marx, no debate sobre ideologia, por Nietzsche, na questão dos valores morais, em Foucault na questão do poder, em Bourdieu, sobre o simbolismo do poder. No que este trabalho aponta como construção da realidade estes autores estão participando deste encontro. Não sei se em determinado momento eles estão falando, se eu falo através deles ou se falamos juntos.

*Preocupações da pesquisa*

O trabalho de espetacularização na produção das notícias vai ao encontro da super-valorização dos desesperos. As imagens da mídia são construídas num percurso muitas vezes descontextualizado de problemas como a distribuição de renda e o processo histórico da marginalização social, por outro lado, ao mesmo tempo que há essa descontextualização, vão se caracterizando os espaços onde vão sendo enjaulados os problemas construídos, que são corporificados por esses, para usar um termo daquele contexto, inimigos sociais.

Os acordos criados em torno das interpretações em que a mídia, apesar de não ser a única envolvida, tem um grande papel constituíram as justificativas e os projetos de ataque aos criminosos. Os inimigos sociais, presos a esse tempo produzido pelo desespero e a necessidade de resolução do medo, são vistos como naturalmente incapazes de viverem as regras socialmente estabelecidas; são empecilhos ao projeto nacional e são em sua maioria negros e pobres que vão sendo presos aos lugares das coisas indesejáveis. Um dos aspectos desta lógica legitimada é concordar que aquilo que não é útil não deve existir.

Este percurso nos permite dizer: primeiro, que não há nada de extraordinário em encontrarmos nesta sociedade situações que nos

possibilitam comprovar como são construídos os indesejáveis sociais; segundo, que as maneiras como esses indesejáveis são construídos descreve uma identidade histórica dos excluídos sociais; terceiro, o papel da polícia é fortemente marcado pelo objetivo de eliminação desses indesejáveis, de acordo com a ideologia que a constituiu e participa da organização de seu aparato; quarto, a idéia de controlar e arrancar do convívio social os indesejáveis se articula eventualmente em práticas que legitimam a **necessidade de limpeza social**.

Intensificando este esforço levarei minhas pretensões através do estudo de alguns eventos marcantes registrados em nossa história , verificar como as ações orientadas pela violência, se articulam em projetos legitimados socialmente. Focarei na ação dos grupos de extermínio na Baixada Fluminense , mais especificamente em Duque de Caxias, que é apresentado pelos registros policiais e pelos noticiários jornalísticos como sendo um dos lugares mais violentos do estado do Rio de Janeiro e onde a ação dos grupos de extermínio sempre encontrou parada, pensando desta forma sobre o que legitima o **extermínio seletivo** ( o assassinato de negros e pobres).

Discutiremos a noção de violência enquanto dimensão orgânica - nem sempre negativa e portanto contraditória - do processo de ordenação

histórica da sociedade brasileira e verificar frente às comunidades reais, através dos documentos e das entrevistas, nas áreas de atuação dos grupos, a expressão material dessa concepção na representação que fazem de sua vida cotidiana. Meu objetivo é entender o uso da violência praticado pelo estado ou não, nas ações dos grupos de extermínio.

A hipótese é a de atualização da **limpeza social** como uma dimensão não exclusivamente econômica da luta de classes, e que considera a cultura como componente importante na realização e reprodução destas ações sociais, o que impõe a este trabalho uma contextualização histórica da categoria, a partir de eventos inscritos na mesma.

Observamos em diversos estudos, marcados por uma perspectiva de esquerda ( os trabalhos que tem sido apresentados por entidades ligadas à defesa dos direitos humanos, influenciados por uma leitura do marxismo)<sup>9</sup>, a associação do problema da violência aos fenômenos ligados ao desenvolvimento do capitalismo, o que já nos dá uma boa pista para o entendimento de várias questões sobre o assunto. Por outro lado este percurso tende a ser limitado em demasia, na medida em que o problema da violência acaba por assumir um caráter menor e sintomático,

---

<sup>9</sup> Mais adiante apresentaremos alguns estudos onde apareceram o nome de algumas entidades marcadas por tal perspectivas.

sendo colocado como um problema que será resolvido dentro das questões maiores e em outras esferas.

Este tipo de pensamento é importante na medida em que aponta questões estruturais organizando os problemas ligados à violência, mas permite também, em sua contradição, a exclusão da violência do espaço das formulações dos projetos. O estudo da violência determinado exclusivamente pelas delimitações estruturais, pode corresponder a um afastamento bastante significativo dos impasses criados pelo problema, desenvolvendo uma resposta simplista e pouco eficiente para as questões a serem estudadas. Sendo assim, todo discurso de caráter estrutural deve ser relacionado ao desenvolvimento do problema em suas questões mais específicas e em suas histórias de constituição. Deste jeito, à violência não será vista como um fenômeno correspondente a miséria e nem aos miseráveis, perspectiva que leva constantemente à localização da violência num tempo à parte.

Estudar grupos de extermínio pelas ciências sociais, ainda é uma tarefa bastante difícil, posto que, as pistas quase sempre nos levam a caminhos áridos e escorregadios. Algumas das possibilidades se apresentam a partir da discussão em que estão envolvidos os trabalhos

sobre violência, daí a aproximação a outros problemas, como o narcotráfico ou o crime organizado<sup>10</sup>.

A articulação, e o próprio perfil dos grupos de extermínio nos impede de estabelecer uma delimitação definitiva entre os vários modos de se realizar os assassinatos através das políticas de controle e terror. As delimitação tende a tornar menos eficiente o estudo do problema grupos de extermínio. Por outro lado, a própria definição de crime organizado se torna pouco esclarecedora no sentido de colocar mais especificamente o alcance da questão.

Na década de 80 e ainda na década de 90, os estudos das questões ligadas ao grande tema violência tornou-se de larga receptividade. Através dos esforços que tratam dos fenômenos ligados à violência, os mecanismos de produção dos representantes ( como os órgãos de imprensa, às instituições de pesquisa e as academias.) construíram vários trabalhos, institutos, personalidades e verdades sobre o assunto. Entretanto este terreno fértil, onde se investem com várias formas de instrumentos, continua fazendo brotar muitos problemas.

---

<sup>10</sup> Sobre estas possibilidades de aproximação, ver a dissertação de mestrado de Souza (1997): *Os grupos de extermínio em Duque de Caxias, Baixada Fluminense*.

Para Adorno<sup>11</sup>, numa tentativa de melhor delimitação do tema, os estudos sobre violência no Brasil apresentam quatro grandes enfoques analíticos, 1) sobre o “movimento da criminalidade”, tratando da relação entre o Aumento populacional e os tipos de eventos criminais envolvendo a percepção social do aumento da violência; 2) estudos sobre o perfil social dos delinqüentes que desenvolvem algumas críticas desmistificadoras do senso comum a cerca dos infratores; 3) sobre a organização social da delinqüência; e 4) e sobre políticas públicas penais.

O caminho que percorrem estes trabalhos se utiliza de ferramentas que partem da análise dos dados estatísticos, associados a enfoques que apontam para as questões ligadas ao aumento da população nas grandes cidades brasileiras. Neste grupo estão, como exemplo *Zaluar A Máquina e a Revolta* (1985); *Caldeira Ter medo em São Paulo* (1989); e *Adorno Criminalidade urbana no Brasil* (1993). Estes estudos costumam estar sintonizados com as preocupações associadas com temáticas presentes nas seções policiais e de violência dos meios de comunicação de massa, como as do narcotráfico, assalto a banco e seqüestro.

Nas formas como estes estudos se desenvolvem, também observamos uma preocupação em delimitar o problema da criminalidade e da

---

<sup>11</sup> Ver Adorno *Criminalidade violenta no Brasil: Um recorte temático*.

violência através dos cortes geográficos. Os estudos se realizam em favelas, periferias e outros bairros populares próximos das grandes cidades. Alguns trabalhos quando dizem pensar o problema da violência numa grande cidade, na verdade estão estudando um destes lugares que mencionamos<sup>12</sup>.

Nestes estudos que se utilizam de um corte territorial, que aqui não significa necessariamente uma contextualização mais precisa, um dos problemas é que alguns acabam delimitando a identidade dos grupos e das pessoas exclusivamente dentro destes locais, como se pertencessem a um mundo à parte, em alguns casos ao mundo do crime ao mundo da violência.

Analisando alguns trabalhos que recebem o título de estudos sobre violência, vemos que o conceito de violência quase sempre aparece carregado de valores morais, onde os cientistas patinam e esbarram também em seus próprios preconceitos. É o que pudemos observar por exemplo na discussão sobre a intervenção das forças armadas na cidade do Rio de Janeiro - Operação Rio. Naquele momento, muitos intelectuais que se consagravam como grandes estudiosos dos problemas ligados ao

---

<sup>12</sup> Como exemplo deste argumento ver o trabalho de *Alba Zaluar A máquina e a Revolta ...* Neste estudo a autora vai estudar as organizações populares em Cidade de Deus, que é um bairro que foi projetado para receber as pessoas que tiveram que sair das comunidades de favelas.

tema violência, defenderam sim a intervenção das forças armadas, que se limitou a atacar os lugares e as pessoas historicamente estigmatizadas pelos discursos mais autoritários. Dentro do grupo de intelectuais e entidades encontramos o *Viva Rio*, que era coordenada pelo antropólogo Rubem Cesar Fernandes. Foi nas favelas, periferias e nos outros lugares de moradias populares, que se concentrou a ação do exército - como se o narcotráfico e a criminalidade não permeassem a sociedade - burlando sabe-se lá quantos direitos adquiridos pela população.

Durante a operação, a Procuradoria-Geral da República e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro Criaram o *Fórum Permanente Contra a Violência*, para apurar as denúncias de arbitrariedade e tomar as providências necessárias. O trabalho de controle por parte da população da Operação Rio, no que diz respeito as incursões do exército, ficou bastante prejudicada na medida em que a imprensa foi proibida de fazer o acompanhamento<sup>13</sup>. Mesmo assim várias denúncias forma encaminhadas ao Fórum, uma delas, que mereceu destaque, foi o caso de tortura à Francisco José Reis de Oliveira.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Assim como o processo de legitimação da criação da polícia, a Operação Rio, repete a prática da necessária autonomia pelas forças armadas do uso da força.

<sup>14</sup> Caldeira, s/d.

O clima de desespero e o medo foram construídos novamente dentro de um processo altamente seletivo, onde a imprensa aparece como a principal fonte de verdade:

**“Em verdade, os jornais estampam, diariamente, dezenas e dezenas de violações de direitos humanos, ou de distúrbios na área de segurança pública que justificam a intervenção federal como remédio constitucional apropriado.”<sup>15</sup>**

A questão era, como dizia o Procurador “pôr termo o grave comprometimento da ordem pública”. A defesa da ordem pública, que se daria através da intervenção das Forças Armadas, tinha como objetivo fundamental, como foi visto, o ataque ao narcotráfico e o contrabando de armas, que correspondiam aos elementos fundamentais do clima de desespero, e ao conceito que se estabeleceu de criminalidade violenta.

O estudo da ação dos grupos de extermínio atravessa esta discussão. Por outro lado, o trabalho, dificulta e muito qualquer divisão temática mais precisa, na medida em que este problema articula uma série de questões que envolvem os vários enfoques analíticos. A ação dos grupos de extermínio relaciona ou atravessa: questões ligadas ao aumento populacional e o êxodo rural; a necessária observação do perfil dos envolvidos nas ações dos grupos de extermínio, assim como, suas vítimas;

---

<sup>15</sup> Trecho do parecer do Procurador favorável a intervenção no Estado do Rio de Janeiro. In Caldeira, s/d.

a articulação dos grupos com formas de poder presentes em seus movimentos e a questão jurídica passando pelas políticas públicas penais. Sabendo disto, neste estudo tentaremos nos afastar de uma discussão mais teórica sobre violência, para não prendermos este esforço, em redes de abstração teórica comprometidas com vaidades institucionais.

Um dos esforços aqui apresentado é o de relacionar, olhando para alguns momentos da história, a organização estrutural frente aos eventos em seus significados mais singulares. Deste jeito, poderemos não retirar a questão da esfera política e do Estado, mas atravessá-los e os processos de desenvolvimento das políticas comportamentais, objeto de estudos sobre cultura e outras formas de organização social. O que não significará uma separação definida pelos termos cultura e sociedade. Objetivamos enfrentar a questão do extermínio não como um evento estranho a esta sociedade, mas sim, como forma de projeto legitimado pela política dos preconceitos e dos desejos que constituem valores nesta sociedade. Neste sentido a categoria limpeza social, que pensamos estar relacionada as formas de legitimação do ataque ao crime e aos criminosos, será o veículo com o qual navegaremos pela história, a partir da observação de um cenário específico, o do município fluminense de Duque de Caxias.

*À procura de dados.*

Dentro do processo de pesquisa e busca de informações, este trabalho passou por um bom bocado, desde a espera nos corredores e departamentos envolvidos em grandes esquemas burocráticos, até à dificuldade apresentada pela organização dos dados. Desenvolver uma pesquisa sobre extermínio seletivo no Rio de Janeiro, tornou-se uma tarefa nem um pouco simples, muito pelo contrário, até bastante difícil sobre vários aspectos.

Os dados estatísticos sobre assassinatos que se pode encontrar na Secretária de Polícia Civil são pouco significativos para tal pesquisa, ou então incompletos, pois as estatísticas abandonam nos inquéritos dados importantes. No trabalho da Secretária os homicídios recebem as seguintes classificações: Homicídios Dolosos ou Culposos, sendo os dolosos os casos onde houve intenção de matar e no culposos a ausência desta intenção. Depois destes dois grupos definidos as vítimas são classificadas da seguinte forma: Homem, Mulher ou Menor. Ora, esta forma de registro só contribui para uma noção geral e se torna pouco significativa para o estudo da hipótese de extermínio seletivo. É impossível deles desdobrar negros e pobres e as reais circunstâncias em que estes são assassinados.

Outro dado interessante e complicador é que quanto mais recuamos no tempo, mais difícil se torna o acesso aos dados. A organização dos mesmos fica a disposição do interesse dos Secretários e dos regimes que nem sempre estiveram ou estão interessados ou capacitados na elaboração dos dados estatísticos mais significativos para a população. No anos em que esteve à frente da Secretaria de Polícia Civil, Nilo Batista incorporou aos dados estatísticos computados outras variantes como cor, mas segundo informações que eu obtive dos profissionais responsáveis pela organização atual dos dados é “praticamente impossível desenvolver todo esse trabalho, pois leva um tempo e um esforço muito grande incapaz de ser realizado pela secretaria”. O fato é que os dados são registrados de forma muito precária.

A organização dos dados nos outros lugares (Instituto Médico Legal Delegacia de polícia e o Cartório) pesquisados não foge muito à regra, como veremos mais adiante neste trabalho. Por outro lado a própria pesquisa sobre extermínio seletivo, que se desenvolve através da relação com argumentos de Limpeza Social é bastante difícil, pois apesar deste discurso estar presente no senso comum e em algumas passagens sobre a questão da criminalidade, são poucos os estudos sobre extermínio seletivo no Brasil. O destaque fica para as Organizações Não Governamentais.

Mesmo nos trabalhos das ONG's, nenhum deles desenvolve a tentativa de pensar a limpeza social como uma categoria analítica deste problema, talvez pelo fato desta categoria estar relacionada aos trabalhos desenvolvidos pelas ciências naturais, já que ele ganhou força dentro das chamadas ciências biológicas. Mas como veremos este mesmo termo se torna instrumento na articulação entre os campos científicos e em seus desenvolvimentos pela ordem e contra a criminalidade.

Neste sentido, o esforço deste trabalho encontra solidão no Brasil e companhia em outros países, não com muita frequência, como é o caso da Colômbia, que citarei também mais adiante. A solidão acabou se tornando um componente importante, porque seu diálogo foi com o estranho e a liberdade enxertando o pensamento no desenvolvimento de questões como a medicalização do crime e do social naturalizado.

As dificuldades de localização dos dados são constitutivas do problema. A sociedade como que tende a eliminar os dados do extermínio. A proposta que faço, então, é de que viajemos por caminhos conturbados, com poucas referências, através do tema Extermínio Seletivo e Limpeza Social na busca do entendimento de alguns problemas de grande importância em nossa sociedade. Meu trabalho é pequeno cheio de dificuldades, mas acredito seja relevante para a construção interminável

deste tipo de ciência e como ferramenta para a busca de outras formas de pensar. Se minha pretensão for uma louca viagem, o que espero é que possa contar com a companhia de vocês que estão lendo. Não desanimem: eu não desanimei mesmo quando me senti cansado, mesmo quando me senti fraco demais e mesmo quando me senti forte demais.

#### *A organização do texto.*

Para apresentação do trabalho, este texto foi organizado em três capítulos, onde no primeiro se desenvolve primeiramente a delimitação do percurso através do tema limpeza social, a partir dos dados coletados pela pesquisa e a relação que estes dados tem com outras estudos que já foram feita sobre extermínio. Neste momento discutirei às dificuldades encontradas para realização do trabalho, assim como, o caminho que percorremos na busca dos dados.

No segundo capítulo, apresentaremos algumas discussões sobre o enfrentamento da criminalidade e no desenvolvimento científico, que são, segundo propomos, as maneiras de se entender a história do conceito, em suas diferentes facetas. Não existe uma história do conceito de limpeza social, entretanto quando desenvolvemos este trabalho pudemos observar que a idéia de limpeza social se encontra na produção histórica internacional, portanto brasileira também, por ser uma das questões

apresentada na batalha contra o crime. Vimos neste percurso que a história contextualiza esta categoria, na luta entre a ordem e o perigo que a ameaça, palco onde se apresenta a questão da criminalidade e a construção da diferença.

No terceiro capítulo reivindicaremos um percurso por onde se desenvolve a antropologia, como uma das maneiras de se entender a limpeza social enquanto mecanismo de resolução de problemas ligados a criminalidade. Criminalidade que por ser legitimada também por argumentos morais, busca através das idéias de poluição a identificação do crime como sujeira, e o ataque ao crime como limpeza e purificação. Nesta discussão estaremos pensando nos estudos de Mary Douglas sobre Poluição, assim como, numa perspectiva ritual desenvolvida pela antropologia que marca uma importante maneira de se entender a marginalidade como fenômeno relacional construído através das lutas hegemônicas.

## I. LIMPEZA SOCIAL EM CAXIAS.

*GRUPOS ORGANIZADOS PARA MATAR: inscrevendo grupos de extermínio no alcance da pesquisa.*

Segundo Holloway, o acordo feito em 1831 entre Feijó e Luiz Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, dá o perfil de uma iniciativa que é matéria fundamental para realização do ataque aos inimigos da ordem<sup>16</sup>:

**"- Nos documentos e cartas, fica claro que Caxias aceitou a incumbência de limpar a cidade, trazer a paz para a burguesia, mas com a condição de que tivesse força e autonomia sobre seus atos e a instituição que comandava".**

A condição imposta por Luiz Alves de Lima e Silva, e aceita pelo governo era de desenvolver os interesses dominantes sem prestar contas de seus atos e da instituição sob seu comando. Constrói-se a necessidade do estabelecimento de um terror capaz de resolver as ameaças à segurança das elites e à ordem social através da guerra contra aquilo que impõe ameaça, e pela autonomia do instrumento de ataque.

A criminalidade aparece como uma questão a ser resolvida por um poder habituado a enfrentar as ameaças à soberania nacional. Entregar a questão da criminalidade a Luiz Alves de Lima e Silva, que também era,

---

<sup>16</sup> Jornal do Brasil 30 de Julho de 1995.

um pacifista treinado para guerra, remetia o problema ao crivo da nacionalidade.

O período da constituição deste acordo é também, o momento das grandes discussões na Câmara, sobre a possibilidade de término da pena de morte e da construção de um novo código penal. Era explícita, a preocupação do poder em sintonizar da sociedade brasileira com as sociedades européias a partir do problema da criminalidade. A questão, dizendo de outra forma, era como colocar o Brasil no processo de civilização que se desenvolvia já em outros países, a partir do debate do código penal, levando em consideração o fato, segundo o discurso do poder, de que neste país existia uma **ameaça**, que era o grande número de escravos.

Esse acordo impõe à questão da criminalidade algumas características importantes. Em primeiro lugar a responsabilidade para a execução dos atos contra a criminalidade foi entregue a um homem conhecido principalmente pelos serviços prestados ao império em questões de revoltas populares e de guerras, ou dizendo de outro modo, a um homem que por seus serviços prestados em nome da ordem passou a ser conhecido depois como **pacificador**. Segundo que para realizar uma

tarefa tão nobre e definitiva - limpar a cidade - deve se legitimar a autonomia no uso da violência. O terror na mão dos especialistas.

Ao entregar a direção da polícia às mãos do que futuramente seria conhecido por **pacificador**, pretendia-se então a resolução do problema, no que observamos à articulação do projeto político-social dentro da concepção do que seria o papel da polícia, papel que marca, como dissemos a forma de se enfrentar a criminalidade através dos tempos.

**“A polícia carioca, há algum tempo ou, mais precisamente após a gestão do General Amauri Krueel, instituiu o chamado esquadrão da morte, para matar de vez os bandidos. O primeiro incumbido de pôr em prática a tarefa foi o investigador Euripedes Malta. Entre os bandidos estabeleceu-se o pânico e daí em diante não houve mais tréguas de ambas as partes. Força contra força, violência contra violência. Forma estranha e errada de resolver um 'problema social'.”<sup>17</sup>**

Esta instituição criada com a finalidade de atacar a criminalidade através do expediente de aplicação do terror e medo, existiu oficialmente até o ano de 1991, ou seja, desde o início da década de 60, antecedendo o golpe de 64, até os anos noventa, quando então foi extinto sob a denuncia de que praticava atividades ilegais. Neste período existia um grupo de contadores e advogados que estavam tentando registrar a guarda municipal em Duque de Caxias, como uma empresa de segurança, com o

---

<sup>17</sup> Louzeiro, 1963

nome de “SOS - Segurança Residencial, Patrimonial, Comercial e **Limpeza em Geral**”.

Nas três décadas posteriores, os grupos de matadores se ampliaram por todo o estado, ganhando no regime golpista pós 64, o apoio necessário para esta ampliação, inclusive quanto à questão da impunidade. É neste percurso que se contextualizam os casos estudados em Duque de Caxias.

Outro incentivo, foi a criação também pelo governo do grupo conhecido como os dos 12 Homens de Ouro, grupo de agentes encarregado de atacar o crime através de um compromisso com as autoridades, que lhes dava carta branca, um acordo semelhante ao firmado entre Luiz Alves de Lima e Silva e Diogo Antônio Feijó em 1831, como descrevemos acima. Dentro desse grupo existiam pessoas que ficaram bastante conhecidas, não só dentro do Estado do Rio como até internacionalmente. Pertencia a esse grupo o hoje deputado estadual, no Rio de Janeiro, José Guilherme Godinho, também conhecido como Sivuca, que se elegeu defendendo à pena de Morte e tendo como slogan de campanha a frase: **bandido bom é bandido morto**. Outro personagem também bastante conhecido, que integrava este grupo, foi Mariel Mariscot, que se tornou até personagem de filme, onde aparece como exterminador; ficou afamado como o homem que matou Lúcio Flávio.

bandido bastante conhecido no Rio de Janeiro. Mariel Mariscot foi morto segundo as notícias, por ter se envolvido com bandidos e bicheiros.

Para Souza<sup>18</sup>, a política em Duque de Caxias é marcada pelas práticas violentas como recurso, já há muito tempo. Segundo ele, um dos nomes que aparece na história deste município com destaque sobre este tema é Tenório Cavalcante, mais conhecido como o “homem da capa preta”. Tenório Chegou em Duque de Caxias e começou a trabalhar como segurança nas fazendas de políticos do Rio de Janeiro. Para Souza Tenório aparece como um dos primeiros homens a institucionalizar um esquema de segurança naquele lugar. Tenório depois de um certo tempo passou a trazer seus parentes, homens, para o trabalho de segurança no local, chegando a reunir “cerca de 40 homens”.

“O homem da capa preta” ficou conhecido assim por andar sempre com uma metralhadora em baixo de uma capa preta, metralhadora que ele chamava de lurdinha. Este homem que já atuava na região na década de 20, apresentava um discurso bastante autoritário sobre a criminalidade. Ele dizia<sup>19</sup>:

**“ Eu dou um tiro na perna de marginal prá ver se ele reage, para depois atirar no peito. Eu quando dou um tiro na barriga da perna de alguém é**

---

<sup>18</sup> Ver Josinaldo Aleixo de Souza, 1997.

<sup>19</sup> Ibidem.

porque ele tá maconhado e é uma cobra venenosa que eu não posso deixar solto na rua (...) os covardes é que é que se omitem e deixam o cachorro louco e a cobra venenosa agredir o indefeso. Tem que matar o agressor injusto, que é injusto não só contra você mas contra toda a coletividade”.

A truculência de Tenório, atravessou várias décadas até ser interrompida com outra truculência, a do regime militar de 64. Antes deste momento, a forma de atuação de Tenório, segundo ele contra os bandidos e a favor dos indefesos, estava profundamente misturada com as instituições políticas. Segundo Souza, em Tenório aparece a idéia de que lutar contra bandidos é um dever e não um crime.

Dentro da política de estigmatização que perpassa a identificação da Baixada Fluminense, Caxias era referenciada como um local extremamente violento, para alguns a terra do “homem da capa preta”. De fato as coisas não são bem assim. Na verdade Tenório veio de Alagoas e encontrou segundo ele mesmo relata<sup>20</sup>, um lugar bastante violento, onde existiam grandes fazendas vigiadas por segurança particulares. Portanto, nem Tenório trouxe de Alagoas uma forma de organização essencialmente violenta, e nem a ele pode ser dada a responsabilidade pela constituição de uma prática, sem a idéia de origem a favor da perspectiva de intensificação.

---

<sup>20</sup> Ver sobre isso (Belloch, 1986).

Durante quatro meses, em 1993, quatro repórteres do Jornal O Dia desenvolveram na Baixada Fluminense uma investigação que depois apareceu numa série de reportagens sobre grupos de extermínio que atuavam naquele Lugar. João Antônio Barros, Paulo Oliveira, Stela Guedes e o fotógrafo Marcos Alves apresentaram ao público um trabalho de denunciava o nome de 146 policiais militares e ex-policiais que se alistaram em grupos de extermínio. As reportagem indicavam que desde 1990, 7502 pessoas haviam sido executadas em sete municípios da Baixada Fluminense<sup>21</sup>.

Segundo dados desta investigação, dentro dos métodos dos matadores, havia se modificado a forma como estes **novos** matadores tratavam dos cadáveres. Até a década de 80 os grupos de extermínio no Rio de Janeiro faziam questão de exibir os corpos das vítimas, em alguns casos, marcando-os com cartazes. A partir dos anos 90, os matadores passaram a expor menos os corpos executados. Muitos dos mortos até hoje, 1998, não foram encontrados. A prática do desaparecimento dos corpos, é bem provável que esteja ligada à tática destes grupos, que agindo assim, ou seja, escondendo os corpos em cemitérios clandestinos, dificultam o desenvolvimento dos inquéritos.

---

<sup>21</sup> Jornal O Dia, 4 de julho de 1993. Pg. 17.

Agora mutilam, queimam, jogam ácido e atiram as vítimas em poços profundos ou rios, sem as vísceras, para não boiar. Foi assim com o PM Luiz Raimundo, o *Luiz da Moto*, morto por comparsas. Atraído a uma emboscada, teve a cabeça e as mãos decepadas e o resto do corpo carbonizado. Só foi reconhecido pela fivela do cinto<sup>22</sup>.

Os detalhes deste caso revelam a nova preocupação da prática dos exterminadores. É claro que não podemos deixar de anotar que neste caso o morto era também integrante de um grupo de extermínio é que sua execução foi causada por seus comparsas, mas a forma como este caso é relatado informa a preocupação dos matadores em dificultar o desenvolvimento das investigações posteriores, através de uma série de procedimentos que marcam um domínio dos matadores sobre a forma como se processam às investigações por parte da polícia. Decepar as mãos e a cabeça e carbonizar o resto do corpo é mais do que um espetáculo sádico, demonstra também uma preocupação com a identificação do corpo.

Os grupos de extermínio, que são identificados pelos repórteres do jornal *O Dia*, chegam a ganhar até 20 mil dólares por pessoa executada. Isso acontece quando o caso envolve algum **peixe grande**, como eles dizem, mas se olharmos as estatísticas observaremos que isto só ocorre raramente. Estes matadores são sádicos. Um deles quando perguntado pelos repórteres sobre os assassinatos respondeu: “Não mato ninguém, só

---

<sup>22</sup> *Jornal O Dia* (4 de julho de 1993, Pg.17).

desligo a tomada. Todos são robôs". Protegidos por políticos e comerciantes, esses indivíduos chegam até a se eleger como representantes políticos.

A organização destes grupos se realiza, segundo o jornal e a promotoria de justiça, através de áreas e territórios definidos. Isto acontece, por exemplo, com o grupo chefiado pelo matador conhecido como De Lima. Este personagem coordena a ação de matadores numa região que passa pelos Municípios de São João de Meriti, Belford Roxo e Duque de Caxias. O grupo De Lima se ramifica pelos bairros em pequenos grupos, que são comandados por subchefes, os quais se encontravam mensalmente com De Lima, momento em que se articulam para novas táticas e repassam ao líder o lucro dos serviços prestados em seus respectivos locais de atuação<sup>23</sup>.

A ação dos matadores está articulada a outras atividades. Além de estarem ligados a serviços de segurança ( dos pontos comerciais, dos bicheiros, dos políticos) os matadores também se ligam a outras atividades como seqüestro e tráfico de entorpecente. Na verdade, tentar identificar exatamente quais são as relações executadas por estes matadores é muito difícil na medida em que eles, os matadores, adaptam suas atividades às

---

<sup>23</sup> Jornal *O Dia*, 4 de julho de 1993, pg. 18.

mais diversas formas de poder, mas o objetivo desta pesquisa não é esse, sendo assim, fiquemos com os problemas propostos.

*Pesquisas e dados estatísticos: ouvindo os outros.*

No final dos anos 80, o problema do extermínio ganha uma ampliação muito grande no Rio de Janeiro, chegando a levar este Estado - conhecido internacionalmente por possuir tolerância às diferenças - à uma exposição que atacava não só a imagem do estado, como também a idéia de uma nação tida como democrática inclusive sob o ponto de vista étnico, pelo menos desde Gilberto Freire. Algumas pessoas de outros países e outras daqui não entendiam como isso poderia estar acontecendo no Brasil. O problema do extermínio seletivo expunha a sociedade e questionava novamente a idéia de nação construída sob as mais belas relações democráticas. Esse drama atingiu o Rio de Janeiro de modo singular, um dos símbolos e reduto dessa nação tolerante.

Neste período os gritos locais contra a banalização da vida, se articulam através de várias entidades que lutam pelo direito civil, e com a opinião internacional. O barulho provocado por toda essa mobilização, acaba chamando a atenção dos grupos organizados em defesa da cidadania, de organizações de pesquisa, parlamentares, e do próprio governo brasileiro.

Neste ambiente começaram a aparecer várias pesquisas, que pretendiam investigar as denúncias sobre o problema do extermínio. No quadro dessas pesquisas emergiu a polêmica em torno dos dados sobre a violência no Rio de Janeiro. Algumas pesquisas apresentavam dados alarmantes. Pesquisas como a do *Centro de Articulação das Populações Marginalizadas* (CEAP), trabalhava tendo como fonte os jornais que apresentavam os seguintes dados: no início da década de 80 a taxa de homicídio era da ordem de 22,1 por cem mil habitantes. No início da década de 90 esse índice cresce para 59,7 por cem mil habitantes, revelando um aumento de 170% na taxa de homicídio em relação à passada, ou uma evolução anual da ordem de 17%.

Esses dados apresentados pelo CEAP, se juntaram a uma série de cobranças da imprensa e da população levando à criação de um interesse muito grande pelo tema. Por determinação do Ten. Cel. da Polícia Militar, Emir Laranjeira foi instaurada uma Comissão no mesmo ano, para investigar o assunto. No Congresso Nacional aparece o projeto de lei de 3321 de 1992 de autoria dos vereadores Hélio Bicudo e Cunha Bueno, propondo alterar o artigo 9 do decreto de lei de n 1001 de 21 de outubro de 1968, que previa o seguinte: "Oficiais e praças das polícias militares dos Estados no exercício de funções de policiamento, não são

considerados militares para efeitos penais. sendo competente a justiça comum para processar e julgar os crimes cometidos por ou contra eles”.

Neste quadro surgiu também a Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa, que objetivava apurar fatos como os que foram apresentados pela **Pastoral da Criança** em Duque de Caxias (Baixada Fluminense). A Pastoral da criança, ligada à Igreja Católica Apostólica Romana de Duque de Caxias, denunciava através de um de seus representantes que estava acontecendo na Baixada Fluminense o extermínio de crianças e adolescentes e que um dos responsáveis por esses crimes era a **Associação dos Comerciantes de Caxias**.

A controvérsia sobre os dados apresentados nesse período se explicita quando aparecem outras pesquisas, como a que foi feita pelo Projeto "Se Essa Rua Fosse Minha" ( *FASE, IBASE, IDAC, ISER*), que apresentavam dados sobre homicídios dolosos praticados contra crianças e adolescentes, no Estado do Rio de Janeiro (1991 a julho de 1993). Esta pesquisa utilizou como fonte os relatórios da *SEPC-RJ*, para os anos 1992 e 1993, e Inquéritos policiais, para 1991. Segundo suas conclusões não havia como sustentar o que seus pesquisadores chamavam de hipótese pessimista, que sugeriria a migração das fontes do problema para o município do Rio de Janeiro, ou seu deslocamento para o interior do

estado. Alguns dados desta pesquisa apontavam um decréscimo nos casos. De 1991 a 1992 (de 0,19 para 0,14 por cem mil habitantes ), enquanto sobem os indicadores relativos às duas faixas da adolescência, particularmente a última, de 15 à 17 anos, (0,26 para 0,38 e de 1,78 para 2,75, respectivamente). Os dados de 93 mostram 2,17, por cem mil habitantes; entre doze e quatorze anos, morreram 0,31, por cem mil habitantes, e 0,17, entre zero e onze anos de idade.

A polêmica sobre os dados passava também pela caracterização das vítimas, e a ação vitimizadora. Até que ponto se poderia afirmar que havia no Rio de Janeiro, extermínio e que o extermínio era seletivo contra jovens ou crianças e majoritariamente negros e pobres? Aqui, então, cabe um esclarecimento: o *Centro de Articulação das Populações Marginalizadas* trabalhava classificando pardos e pretos na categoria negros, já o projeto *SE ESSA RUA FOSSE MINHA*, trabalhava com 3 categorias: brancos, pretos e pardos ( classificação vinda do IBGE). Se por um lado as informações dos jornais revelavam alguma dificuldade de classificação, as informações obtidas nas delegacias também são complicadas. Sobre o registro em delegacias, o relatório dos trabalhos feitos pela Promotora de Justiça Tânia Maria Salles Moreira, em Duque de Caxias, alerta para o fato de que **alguns corpos** são removidos sem

identificação o que dificulta os dados no registro, e isto já representa um fato significativo para um estudo.

A construção das informações em ciências não pode ser pensada, distante do posicionamento do pesquisador. No caso dos dados sobre violência no Rio de Janeiro há uma necessidade de se estar muito atento para os motivos que vão incomodar os pesquisadores e os levar à execução de seus trabalhos. Nesse sentido para tratarmos dos dados apresentados pelas pesquisas, devemos pensar o lugar dos pesquisadores, a relação que estes pesquisadores tinham com o Estado, um dos responsáveis pela impunidade, assim como o posicionamento dos institutos de pesquisas junto das populações afetadas pelo problema.

A pesquisa apresentada pelo projeto *SE ESSA RUA FOSSE MINHA*<sup>24</sup>, tinha pelo menos uma preocupação: o ataque à construção de um estado de desespero, que pudesse pôr em cheque as instituições públicas, o que de fato aconteceu, e o Rio veio a sofrer uma intervenção militar que pretendia dar conta de um dos problemas apontados inclusive pela própria pesquisa, ou seja o tráfico de drogas, a violência nos bairros pobres e nas favelas. Neste sentido, a pesquisa tinha também um esforço

---

<sup>24</sup> Mais tarde, em 1994, pesquisadores do *ISER*, que também trabalharam neste projeto apresentam outros dados sobre perfil dos homicídios no Estado do Rio de Janeiro, indicando que: “A esmagadora maioria das vítimas de Homicídio (90%) pertence ao sexo masculino. E o perfil da vítima de homicídio é de um homem pobre preto ou pardo, entre 18 e 29 anos (concentrando entre 18 e 24 anos), morto em um logradouro público”. Cesar Caldeira. S/d.

de através da ciência, desconstruir alguns desesperos. O próprio relatório dizia que:

**" A violência na sociedade brasileira é endêmica e tem raízes profundas, constituindo matéria da intervenção da cidadania nas áreas que lhes são próprias, como a cultura e a sensibilidade social<sup>25</sup> "**.

Mas, essa mesma pesquisa indicava que a maioria dos crimes cometidos contra criança apontava - segundo os registros da polícia que foram coletados por ela - como culpados, a família 67% e o crime organizado 68%, ficando 54,9% dos crimes cometidos contra os adolescentes nos casos de vingança/execução. Contrariando à afirmação de que "a violência na sociedade brasileira tinha raízes profundas", o que nos sugere uma pesquisa que vá em direção de tais raízes, o projeto nos apresenta dados estatísticos orientados por conceitos tradicionalmente viciados, e argumentos genéricos.

Analisando os dados gerais sobre homicídio dolosos apresentados pela pesquisa executada pelo *ISER*, relatório apresentado em outubro de 1993, que teve como fonte os registros de ocorrências nas delegacias de polícia civil do Estado do Rio de Janeiro, observamos o seguinte quadro: Segundo o relatório, entre 1985 e 1989 se observa um movimento

---

<sup>25</sup> Ver Soares, *SE ESSA RUA FOSSE MINHA*, 1993.

ascendente que nos apresenta uma percentagem de 38,23 homicídios dolosos por cem mil habitantes, em 1985; chegando em 1989 a 61,98 homicídios dolosos por cem mil habitantes.

No ano de 1990, a pesquisa ao analisar dados oferecidos pela delegacia de polícia do Estado, se depara com o seguinte problema: houve uma sensível modificação na codificação dos boletins de ocorrência, estes a partir deste ano deveriam apresentar o número de vítimas e não apenas o registro, que podia incluir uma ou várias vítimas. Esta nova determinação provocou problemas nas delegacias na hora da codificação, algumas misturavam registros e vítimas, mesmo assim, segundo a pesquisa, se observa uma queda de cerca de 8% quando a referência são registros. A pesquisa então aponta: em 1990, 63,03 registros e/ou vítimas de homicídios dolosos, no Estado do Rio de Janeiro, por cem mil habitantes. Queda que se consolida em 1992, quando se verificam 55,21 homicídios por cem mil habitantes ( trabalhando com o indicador registro, o que viabilizou a composição da série diacrônica).

Na Baixada Fluminense, que se constitui pelos municípios de Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Queimados, Japeri, São João de Miriti e Interior, que abrange todos os demais municípios, inclusive Niterói e São Gonçalo; há também uma tendência a queda nos

dados gerais sobre homicídios dolosos: se entre 1985 e 1989 o aumento é de 63,22 por cem mil habitantes para 96,04; caem para 80,26, em 1991, e 74,67 em 1992. No interior os dados são: entre 1985 e 1989, 38,44 por cem mil habitantes para 46,80; em 1991, há 36,68 e; em 1992, 38,59 registros de homicídios dolosos, no Interior do Estado do Rio de Janeiro.

Se sairmos desses dados gerais sobre homicídio dolosos praticados contra a pessoa no Estado do Rio de Janeiro, e analisarmos por comparação os homicídios praticados contra os "menores", observaremos os seguintes fatos: enquanto os dados sobre homicídios dolosos no geral apresentam uma queda entre 1989, 61,98 por cem mil habitantes para 55,21, em 1992, contra "menores" os homicídios dolosos passaram de 2,43 por cem mil habitantes - (ou 306 casos) em 1991 para 3,33, em 1992 ( ou 424 casos) e até julho de 1993, 348 "menores" haviam sido vitimados no Estado do Rio de Janeiro<sup>26</sup>

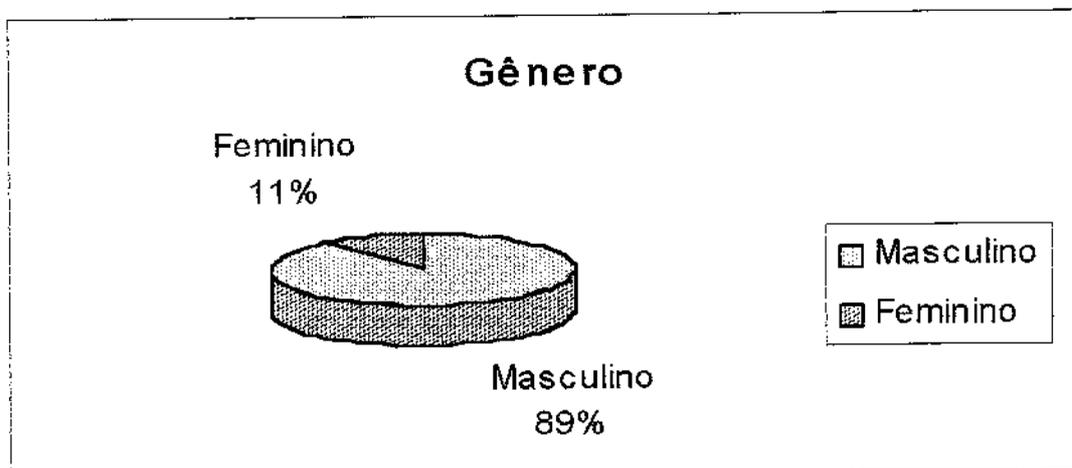
O problema a ser enfrentado por esta pesquisa, não se apoia na questão quantidade de vítimas. Não é o número de vítimas que pretende ser visto como argumento fundamental para legitimação deste trabalho. mas sim, a vitimização de negros e pobres na Baixada Fluminense pela ação de grupos de extermínio. Nesse sentido os dados apresentados aqui

---

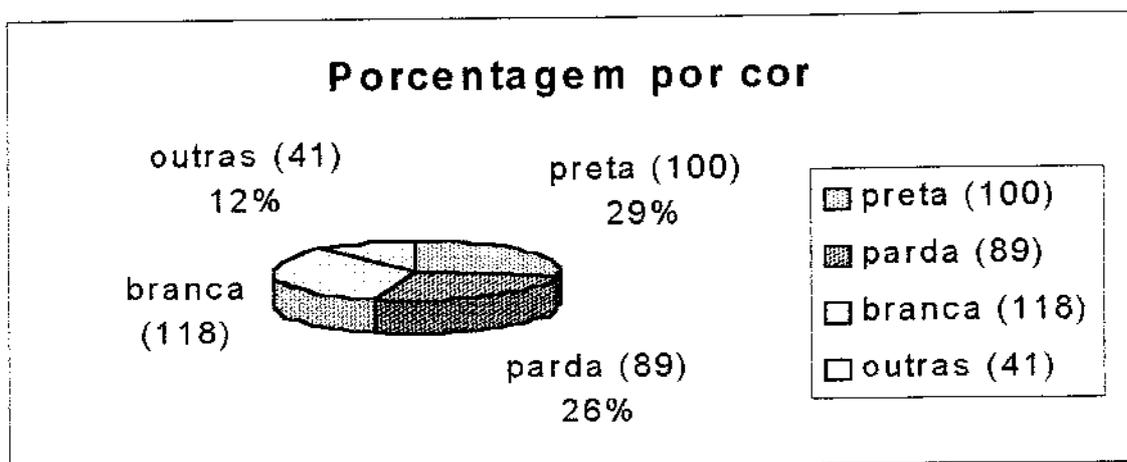
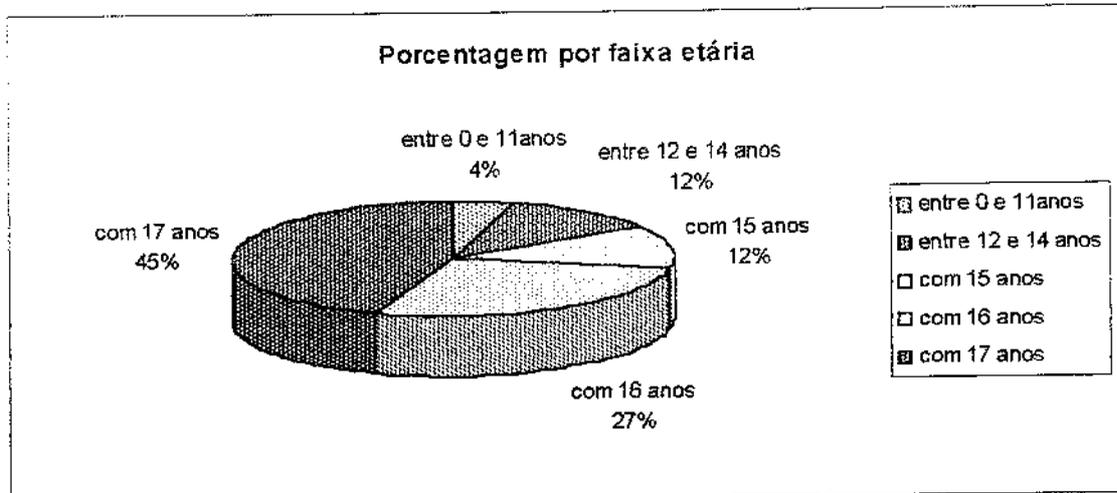
<sup>26</sup> Fonte: relatório de pesquisa desenvolvida, como parte do plano de trabalho do projeto "SE ESSA RUA FOSSE MINHA" (FASE, IBASE, IDAC, ISER).

cumprem o objetivo de uma contextualização do problema a partir dos trabalhos e pesquisas já feitas.

Sobre a caracterização das vítimas, analisando dados oferecidos pelo projeto *SE ESSA RUA FOSSE MINHA*, nós teremos quanto ao gênero masculinos 84% e feminino 10,4%; quanto a faixa etária temos 4,24% entre zero e onze anos; 11,55% entre doze e quatorze anos; 12,5% tem quinze anos; 26,88% tem dezesseis anos e 43,16% do total dos menores morrem com dezessete anos de idade<sup>27</sup>. 70% estão com dezesseis e dezessete anos. 82, 54% tem entre quinze e dezessete anos. 94% são definidos como adolescentes; quanto a etnia 29% pretos ( 100); 26% pardos (89) 34% Brancos (118) e 12% classificados como desconhecida (41).



<sup>27</sup> As vítimas estão enquadrada no grupo dos chamados “menores”, que vai do zero até os 17 anos.



Ainda sobre a caracterização dos vitimas é bom lembrar que essa classificação por cor, pode ser entendida também como uma forma de deslocamento do problema extermínio de negros e pobres, na medida em que se classifica pretos e pardos, ao invés de classifica-los como negros. Sabemos que existem grandes problemas quanto ao critério de classificação por cor, etnia ou raça no Brasil, basta lembrar as dificuldades para a inclusão desse item nos censos feitos no País.

O projeto *SE ESSA RUA FOSSE MINHA*, desenvolve-se no sentido de verificar algumas denúncias que haviam sido apresentadas sobre a questão da violência no Estado do Rio de Janeiro, principalmente a denúncia de que havia neste Estado extermínio seletivo, assassinato de “menores” negros. Focalizando o horizonte da pesquisa podemos observar que a forma como o relatório organiza os dados sugere, uma espécie de posicionamento da pesquisa diante das denúncias. A utilização das categorias usadas pelo IBGE, torna as denúncias de extermínio seletivo enfraquecidas na medida em que pardos e pretos constituem dois grupos distintos, agindo assim a pesquisa pode afirmar inclusive que se há extermínio seletivo o grupo alvo é o dos brancos, como os dados anunciam.

Por outro lado o relatório do projeto *SE ESSA RUA FOSSE MINHA*, aponta para uma necessária caracterização do processo de vitimização. trabalho que para a pesquisa foi possível, a partir de análises feitas sobre as informações presentes nos inquéritos. Esse tipo de trabalho possibilitou ao projeto concluir que não há uma unidade de fundo, subordinando a multiplicidade de eventos à mesma significação sociológica. No quadro dessa multiplicidade de eventos, existiria, porém, segundo o Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP) a ação de "grupos

para-militares no seqüestro e execução sumária de pessoas” (CEAP, abril - 1993), denúncia que também já havia sido feita através do relatório da *Defense for Children International* em 1987, como diz o texto do CEAP *Exterminio de Crianças e Adolescentes Permanece em Ascendência - 1992*. É neste ano que surgem dados estatísticos oficiais da Secretaria de Estado de Polícia Civil - Governo Estadual - reconhecendo a existência dos grupos de extermínio como autores, também, desses homicídios contra "menores".

Segundo o relatório da Secretaria de Estado de Polícia Civil, no ano de 92 foram praticados 424 homicídios dolosos contra a população de 0 a 17 anos no Rio de Janeiro, sendo 8% dos homicídios atribuídos a grupos de extermínio, 10% à confronto com a polícia, 5% disputa de quadrilhas e ficando 83% dos crimes sem identificação definida.

Depois desse panorama geral dos dados sobre homicídio no Estado do Rio de Janeiro me proponho agora a discutir o problema dentro de um corte mais específico, em que privilegie uma descrição sobre a Baixada Fluminense e mais especificamente Duque de Caxias. Apesar da deslocalização, a Baixada ainda é a área de maior produção histórica desses homicídios, onde pretendemos ver de que forma redes se consolidam com essa finalidade. Propus-me estudar este problema em

Caxias, porque nesta região é possível observar redes de relações sociais onde são interpretadas e se interpretam as ação de grupos de extermínio com maior registro público. É em Caxias - Baixada Fluminense - onde a possível farsa de uma relação entre sujeitos é mais efetivamente atacada, obrigando no teatro os personagens à mostrarem suas mascaras.

### *Chegando à Caxias.*

Estudar assassinatos de negros e pobres em Caxias permitiu a essa pesquisa alguns encontros e verificar através deles, a relevância de temas como Extermínio seletivo e Limpeza social, que estão inscritos nos eventos tidos por alguns como extraordinários e/ou irrelevantes e por outros como espetaculares, mas que para mim são eventos de nossa história social.

Segundo o relatório da comissão parlamentar de inquérito, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, instalada pela resolução nº 14/91, para apurar denúncias sobre extermínio de crianças e adolescentes no estado do Rio de Janeiro, existe uma série de dificuldades que favorecem a legitimação da ação de matadores. Por outro lado essas dificuldades prejudicaram os trabalhos de apuração desses crimes.

**"Ao tentar elucidar o extermínio de crianças e adolescentes, esbarramos numa vinculação estranha entre o poder local e os criminosos. em**

Duque de Caxias e Valta Redonda esta vinculação ficou mais visível" (...) "em Duque de Caxias, o judiciário, a associação comercial e as guardas ilegais interligam-se arrastando atrás de si autoridades empresários e políticos num emaranhado de difícil dissolução<sup>28</sup>".

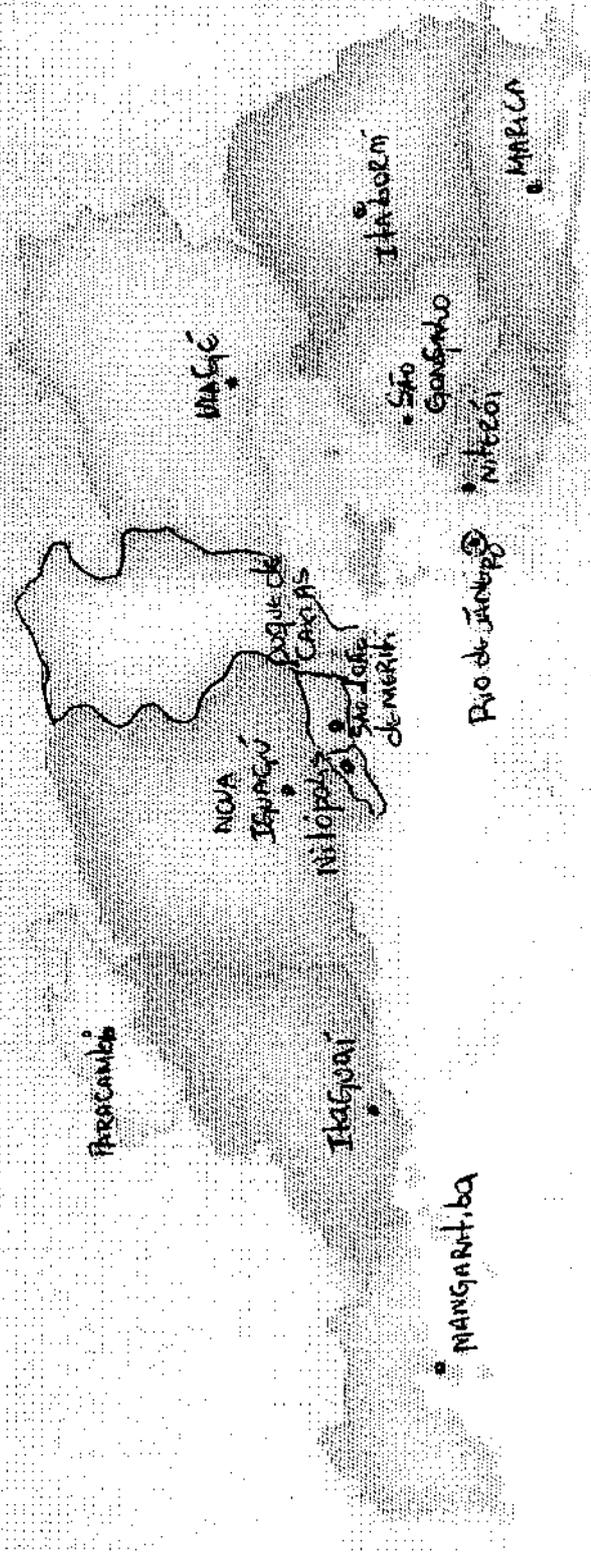
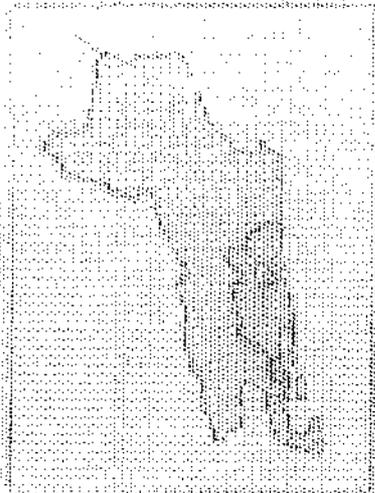
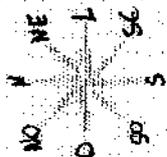
São nestas redes de relações descritas como estranhas pelo relatório da CPI da ALERJ, que se interpreta a realização dos eventos ligados ao tema extermínio seletivo, ou seja, à execução de negros e pobres em Duque de Caxias por grupos organizados para matar.

Segundo dados do censo de 1991 feito pelo IBGE, a Baixada Fluminense possuía à época, uma população de 2.541.574 habitantes, tendo uma taxa anual de crescimento da ordem de 1,2%, o que permite estimar que essa população em 1996 girava em torno de 3.000.000 de habitantes.

---

<sup>28</sup> Comissão Parlamentar de Inquérito no 14/91.

A cidade mais importante do Estado do Rio de Janeiro é a Capital. A cidade do Rio de Janeiro e as municípios locais vizinhos a seu redor formam a Região Metropolitana do Rio de Janeiro ou O Grande Rio.



OCEANO ATLANTICO

Dos municípios que hoje constituem a Baixada Fluminense, Duque de Caxias, depois da divisão do município de Nova Iguaçu em Nova Iguaçu, Belford Roxo, Queimados e Japeri, é o que possui o maior número de habitantes, algo girando em torno de 700.000. Este município, segundo o mapa da fome, IPEA - 1992, apresentava o maior número de indigentes da Baixada Fluminense. Caxias é também o município da Baixada que possui: o maior número de indústrias, cerca de 40% do total; uma densidade domiciliar de cerca de 3.8%; uma rede pública que abriga 41 estabelecimento de ensino pré-escolar, 149 de ensino de 1º grau e 13 de segundo grau, que contrasta com a rede privada que possui: 54 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 82 de 1º grau e 25 de ensino de 2º grau. Na área da saúde a rede pública de Caxias possui: 7 centros de saúde, 4 clínicas/PAM, 1 hospital e a rede particular com: 1 centro de saúde, 11 clínicas/PAM, 16 hospitais.

Duque de Caxias possui uma população constituída basicamente por pessoas que vieram de regiões pobres do País. Há naquele lugar uma grande concentração de migrantes do norte e do nordeste do Brasil, e de outras pessoas que saíram de cidades do interior do próprio Estado do Rio de Janeiro.

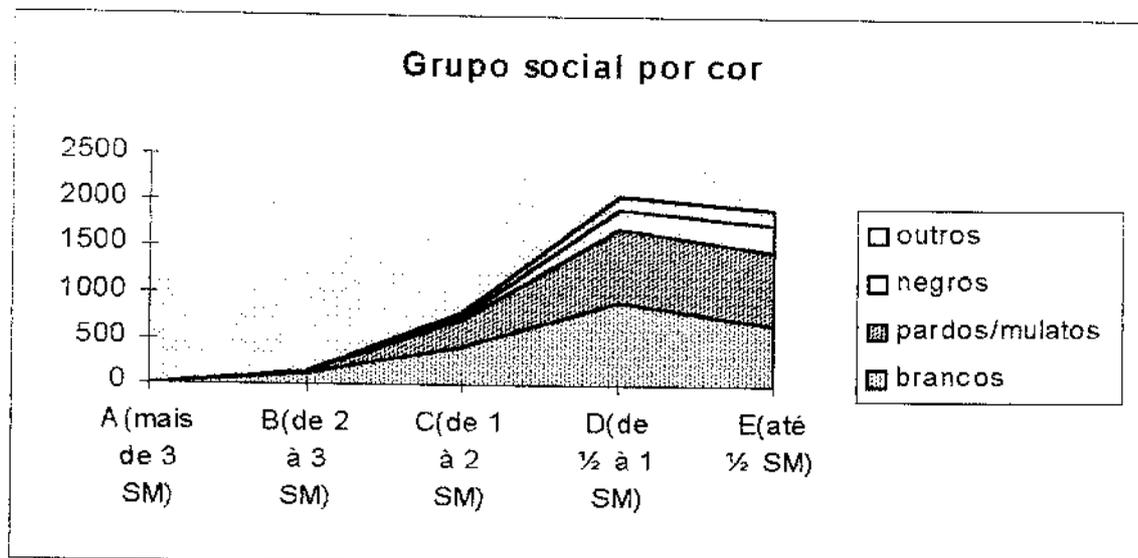
Levando em consideração o cruzamento do item cor e o item estratificação social, a partir de uma pesquisa feita pela Universidade Popular de Baixada (UPB) temos os seguintes dados, a partir dos números totais pesquisados que corresponde a 4967, sendo 531 de *Missing*<sup>29</sup> observados:

A população branca, no grupo social "A" 11 pessoas, no grupo "B" 121, no grupo "C" 425, no grupo "D" 903, no grupo "E" 672. A população parda/mulata tem no grupo "A" 2, no grupo "B" 25, no grupo "C" 293, no grupo "D" 810, no grupo "E" 790. Dos entrevistados, na população negra temos, no grupo social "A" e "B" 0, no grupo "C" 36, No grupo "D" 219, no grupo "E" 290. Outros no grupo "A" e "B" 0, no grupo "C" 56. no grupo "D" 140 e 177 no grupo "E"<sup>30</sup>. No gráfico ficaria:

---

<sup>29</sup> Esta categoria (*missing*) é retirada do mesmo local de onde encontramos os dados aqui analisados, ou seja, do relatório fornecido pela Universidade Popular da Baixada.

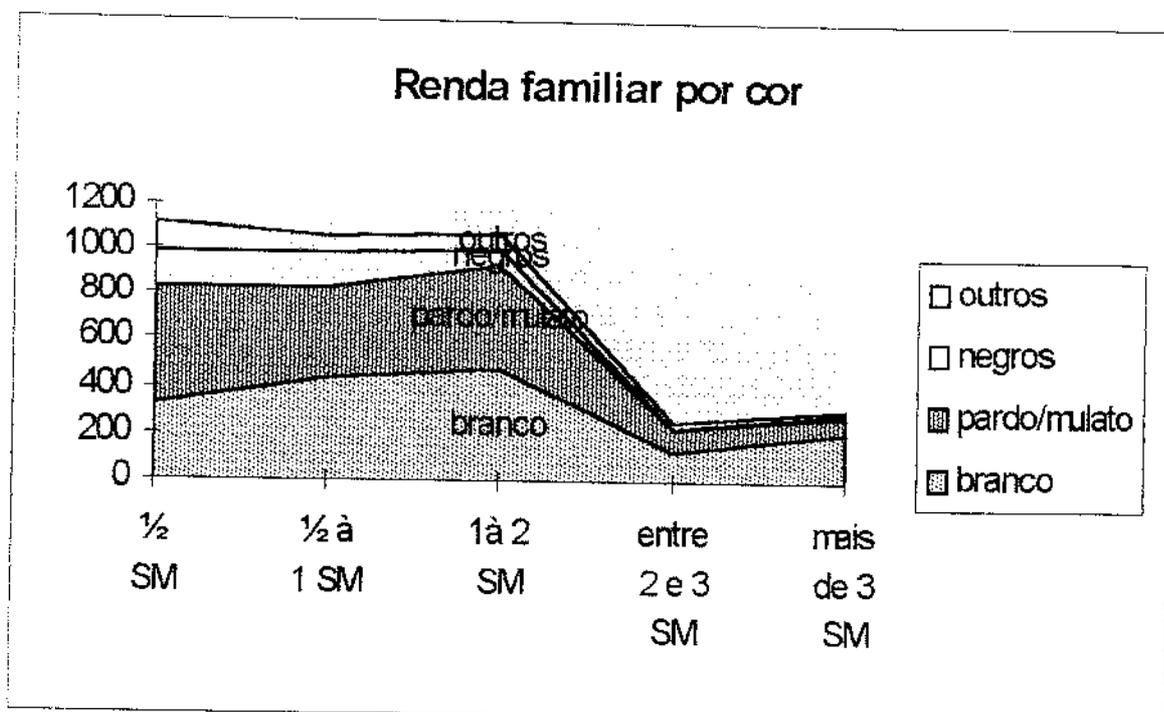
<sup>30</sup> Fonte Universidade Popular da Baixada 199



No quadro da renda Familiar, anotando o número de 3.802 pesquisado e com o número de *Missing* na ordem de 1679 temos:

População branca até meio salário mínimo 330, de meio à um SM 434, de um à dois SM 474, entre dois e três SM 129 e mais de três SM 208. A população parda/mulata tendo no grupo de até meio SM 508, de meio até um SM 406, de um à dois SM 458, de dois até três SM 92 e mais de três 81. A população negra tendo no grupo de até meio SM 155, de meio à um SM 148, de um até dois SM 75, de dois até três SM 7 e mais de três SM 6. No grupo denominado outros tendo até meio SM 116, de meio até um SM 68, de um até dois SM 67 de dois a três SM 29 e mais de três SM 11<sup>31</sup>. No gráfico:

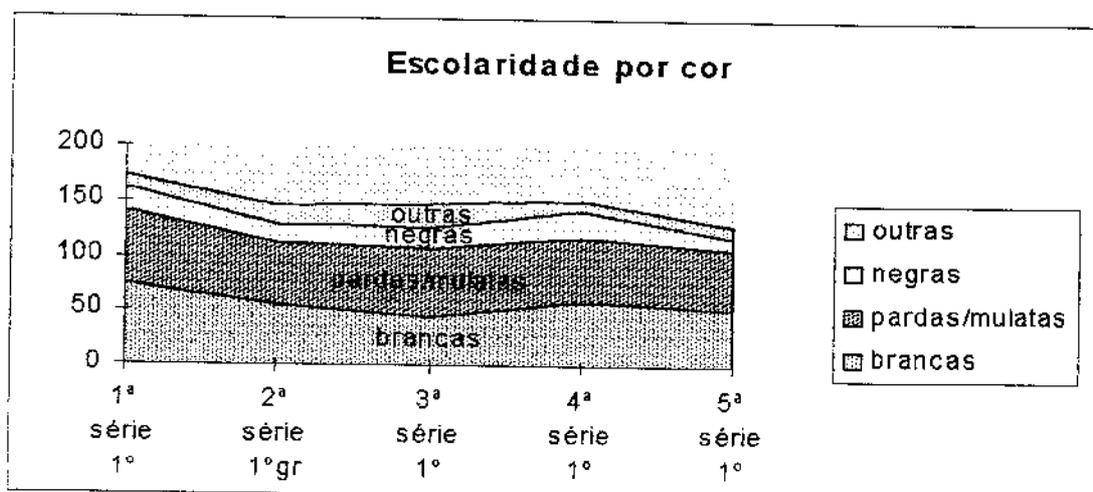
<sup>31</sup> Ibidem.



Sobre o item escolaridade nós temos os seguintes dados segundo a pesquisa, levando em consideração 1355.

População branca 1ª série do 1º grau 73, 2ª série do 1º grau 54, 3ª série do 1º grau 44, 4ª série do 1º grau 58 e na 5ª série do 1º grau 52. A população parda/mulata com 68 na 1ª série do 1º grau, 58 na 2ª série do 1º grau, 63 na 3ª série do 1º grau, 59 na 4ª série do 1º grau e 55 na 5ª série do 1º grau. A população negra com 21 na 1ª série do 1º grau, 17 na 2ª série do 1º grau, 19 na 3ª série do 1º grau, 26 na 4ª série do 1º grau e 11 na 5ª série do 1º grau. O grupo outros possuindo: 10 na 1ª série do 1º grau, 16 na 2ª série do 1º grau, 22 na 3ª série do 1º grau, 9 na 4ª série do

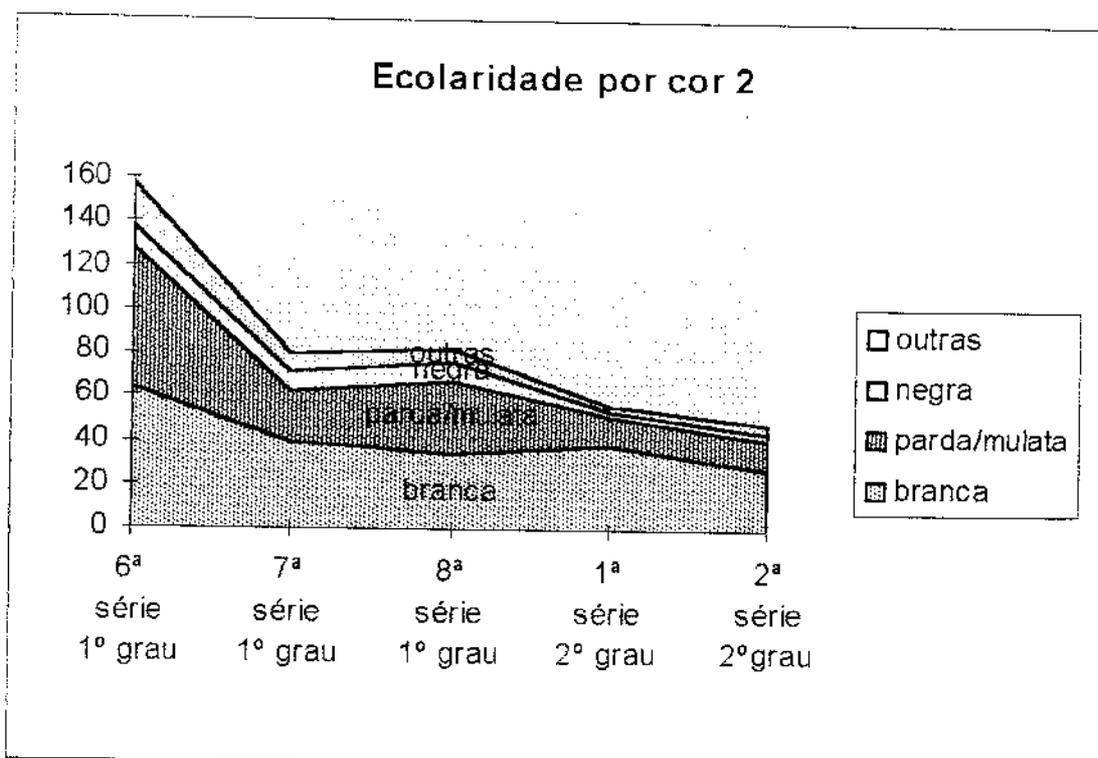
1º grau e 11 na 5ª série do 1º grau. Colocando os dados no gráfico teríamos:



da 6ª série até o 2º ano do 2º grau os números são:

No grupo branco na 6ª série do 1º grau 64, na 7ª série do 1º grau 39, na 8ª série do 1º grau 34, na 1ª série do 2º grau 38 e 2ª série do 2º grau 27. A população parda/mulata 64 na 6ª série do 1º grau, 24 na 7ª série do 1º grau, 34 na 8ª série do 1º grau, 14 na 1ª série do 2º grau e 14 na 2ª série do 2º grau. A população negra tendo: 10 na 6ª série do 1º grau, 8 na 7ª série do 1º grau, 8 na 8ª série do 1º grau, 2 na 1ª série do 2º grau 3 na 2ª série do 2º do grau. O grupo outros com os seguintes números: 19 na 6ª série do 1º grau, 9 na 7ª série do 1º grau, 6 na 8ª série do 1º grau, 3 na 1ª série do 2º grau, 4 na 2ª série do 2º grau<sup>32</sup>. No gráfico:

<sup>32</sup> Ibidem.



Completando o quadro escolaridade temos os seguintes dados para 3ª série do 2º grau até a pós-graduação:

A população branca na 3ª série do 2º grau 43, superior incompleto 5, superior completo 28 e 26 na pré-escola. A população parda/mulata tendo 8 na 3ª série do 2º grau, superior completo 0, superior incompleto 14, pré-escola 34. A população negra com: 3ª série do 2º grau 6, superior completo 0, superior incompleto 0, pré-escola 5. O grupo outros com: 3 na 3ª série do 2º grau, superior completo 0, superior incompleto 0, pré-escola 8<sup>33</sup>.

<sup>33</sup> Ibidem.

Através deste contexto, ou seja, de um município muito rico, mas com extremas desigualdades, observamos ainda hoje, 1998, marcas que ficam e ficaram nas vidas dos que não foram, com a ação dos grupos de extermínios mas que participam dessa história como parentes( mães, filhos, irmãos e esposas.) e amigos que muitas vezes não têm o direito nem de enterrar os que são mortos, ficando vários deles **desaparecidos** nos cemitérios clandestinos compondo uma outra estatística, agora não oficial, a que legitima o discurso **eu não vi, não sei de nada**.

Por outro lado nós vivemos a repercussão de crimes como a Chacina da Candelária no Rio, a Chacina do Carandiru em São Paulo, e a Chacina em Vigário Geral. Sobre o poder instituído vimos o Rio de Janeiro envolvido naquilo que muitos chamaram de "mar de lama" ( o caso dos bicheiros e o envolvimento de várias pessoas influentes com o esquema do jogo de bicho, denúncias de corrupção na câmara, no governo e na polícia).

O cinismo desenvolvido pela sociedade nestes casos está misturado a todo um esquema que permite a impunidade e a continuação do esquema. O Jornal *O Dia* na série de reportagens já citada, divagou uma lista bastante grande de políticos, comerciantes empresários que são denunciados como estando envolvidos com o esquema do extermínio. De

fato, o que aconteceu foi que pessoas acusadas como, na época presidente da Câmara de Vereadores de Duque de Caxias e hoje Prefeito da cidade, José Camilo dos Santos Filho, o Zito, ainda estão a mercê do acaso, ou da justiça, ou ... Enquanto isso os dados informam que de 1990 à maio de 1993, na Baixada Fluminense, 683 pessoas estavam na relação fornecida pelas delegacias, como **desaparecidos sem deixar vestígio**, ficando o Município de Duque de Caxias com 144 casos deste total. E mais, neste mesmo período, existem também os casos das pessoas que foram dadas como desaparecidas e que depois foram encontradas mortas, sendo 72 no total, cabendo a Duque de Caxias o número de 25.

Como já dissemos, é muito comum o desaparecimento dos corpos, porque impede a formulação dos inquéritos, e o desenvolvimento das investigações. Isto pode revelar uma espécie de **acordo** entre os matadores e as delegacias locais. A contabilização dos assassinatos pelas delegacias é feita a partir dos corpos que aparecem e são identificados. O número de assassinatos pode favorecer ou prejudicar a carreira dos profissionais encarregados pela segurança dos locais determinados. O desempenho é medido pelo índice de violência, onde o número de assassinatos tem destaque.

Estes motivos associados a outros, leva ao fenômeno dos cemitérios clandestinos e dos locais de **desova**. O Serviço de Homicídio da Baixada identificou 28 pontos de **desova**. Os locais para estes tipos de atividades são os rios de águas muito sujas e cheios de lama, os morros, os sítios afastados e as estradas de difícil acesso.

Nas décadas de 70, 80 e 90 a Baixada Fluminense acumulou a cifra de cerca de 20 mil inquéritos sem solução.

“Os registros continuam praticamente da mesma forma como foram abertos: sem autoria, testemunhas, laudos de perícia e necropsia e, em 40% dos casos, sem que as vítimas tenham sido identificadas plenamente - filiação, endereço, profissão e local de trabalho. (...) Dos 9.657 inquéritos que tramitam nas varas criminais desses municípios<sup>34</sup>, em 8.379 os criminosos não foram identificados pela polícia<sup>35</sup>”.

Segundo alguns promotores e Juizes seria preciso cerca de 20 anos para apurar todos os casos acumulados até maio de 1993, isto é, sem que houvesse casos novos. Os motivos apontados são a falta de apoio e estrutura, a falta de pessoal, a falta de material de trabalho, falta de carros para diligências entre outros problemas. Tudo isso contribui para impunidade.

---

<sup>34</sup> Nova Iguaçu, Comendador Soares, Mesquita, Belford Roxo e Duque de Caxias.

<sup>35</sup> Jornal *O Dia*, 8 de janeiro de 1993. Pg. 8.

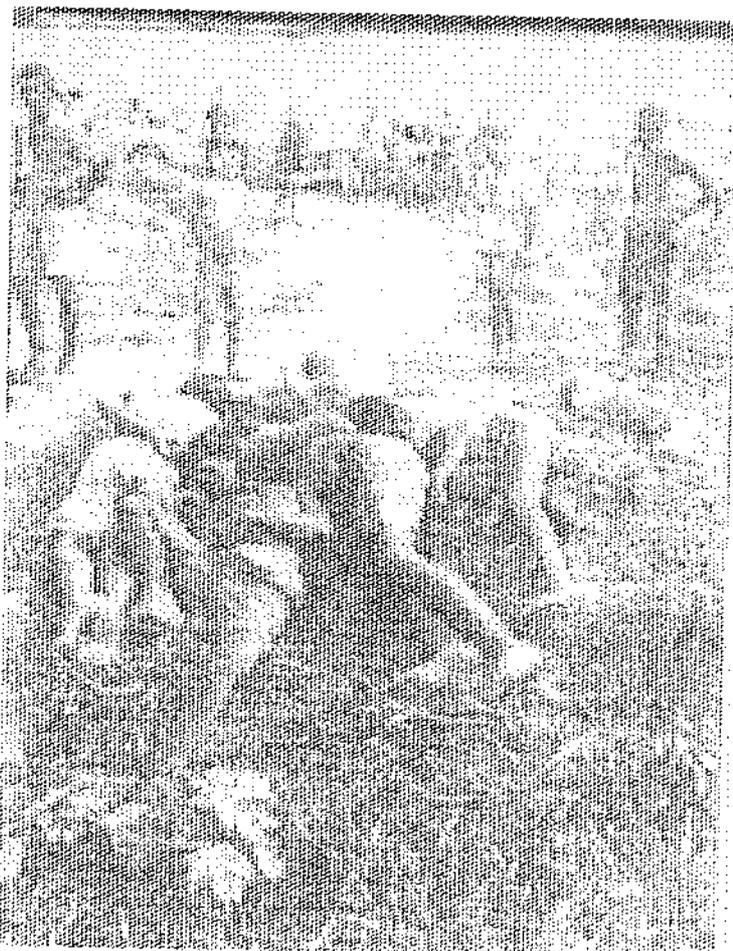
O estudo da violência praticado pelo Estado através de seus órgãos oficiais de repressão e por outros grupos, cuja prática traduz um padrão de ordenamento da sociedade brasileira, configura um conflito no caso do Rio de Janeiro, ao atingir seletivamente negros e pobres, indicando a existência de projetos de dominação postos em prática através da ideologia da limpeza social. Este é o contexto onde encontramos os casos que nos propomos estudar.

“O homem : cor parda, trajando cueca vermelha, mãos amarradas para traz com corda de *nylon* cor vermelha, idade de aproximadamente 50 anos. A mulher cor preta, trajando calça *lee* blusa azul-marinho c/ bolinhas brancas, ao seu lado 8 (oito) *bobs* p/ cabelo, idade aproximada de 35 anos” - registro de ocorrência.

Termo das declarações depoimento. Inquirido disse: “estava vendo televisão em casa com sua mulher fulana de tal, quando ouviu várias batidas em sua janela e portas, que o depoente estranhou as batidas, e não abriu a sua porta, o que só fez quando, digo, tendo ouvido a voz de seu conhecido de 30 anos, mengano, cujo nome era sicrano, o qual pedira para o depoente abrir a porta, que ele queria falar consigo, mas como estranhou o movimento, não abriu a porta, que em ato seguido, arrombaram uma porta e duas janelas, mas, antes, olhando pelas frestas da janelas viu cinco homens, armados, com revólver calibre 38, nas mãos, tendo reconhecido entre eles, o tal ...”

No documento do Instituto Carlos Eboli, depois de uma frase que diz: “descrevendo com a verdade e com todas as circunstâncias o que encontrarem”, vem o texto verdade . “ Do local - Trata-se de uma rua de chão batido, medindo de largura aproximadamente 8, 00 metros, a 300 metros da cerâmica do Dr. fulano de tal (fotos 01/02), margeada por vegetação rasteira de ambos os lados, desprovida de iluminação artificial. (...)

**Conclusão: ante o exposto, concluem os peritos haver ali ocorrido duplo homicídio, com características de terem sido levados aquele local para serem executados sumariamente, apresentando as vítimas ferimentos de natureza perfuro-contudentes, semelhantes ao produzidos por projeteis de arma de fogo. nada mais havendo a lavrar encerram os peritos o presente laudo que segue devidamente firmado e acompanhado de seis fotografias tiradas dos cadáveres no local”.**



De posse de um documento, que me identificava como estudante da Universidade Estadual de Campinas, minha primeira parada foi a sede do Instituto Medico Legal do Estado, lugar onde em 1993 eu havia desenvolvido um levantamento, num trabalho conjunto entre o Grupo

Tortura Nunca Mais e o Grupo de Pesquisa Fernando Santa Cruz, ligado à Universidade Federal Fluminense de onde eu era aluno. Pois bem, no IML fui informado que os dados que eu procurava (registros sobre homicídio), deviam ser encontrados na Secretaria de Polícia Civil, lugar encarregado de concentrar essas informações. Minha idéia era de fazer como eu já havia feito em 93, trabalhar com o livro de ocorrência. Na Secretaria, me vi envolvido numa grande burocracia.

Entrei com o processo, para obtenção de informações junto à Secretaria, no dia 13 de janeiro de 97, retornei àquela casa varias vezes, passando por diversos departamentos conversando com muitas pessoas e quase sempre no final da conversa eu recebia a indicação de que meu processo ainda não havia sido avaliado pelo Secretário. Certo dia, numa de minhas peregrinações pela Prédio da Secretaria, acabei conversando com a pessoa responsável pelo setor onde eram tratados os dados recebidos das delegacias e dos IMLs do Estado. Nesta conversa eu foi informado que na secretaria eu poderia encontrar pouco material. Grande parte dos boletins, estava sendo microfilmado, uma outra parte microfilmada poderia ser analisada na secretaria depois da permissão concedida pela secretário. Na sala de estudos haviam duas maquinas para leitura dos microfimes, sendo que uma delas estava quebrada, e a outra

que havia sido recuperada pelo próprio encarregado do setor, deveria ser usada em revezamento com outros pesquisadores, mais o pessoal da própria Secretária.

No período em que eu aguardava resposta sobre o meu processo resolvi ir até o IML do Município de Duque de Caxias. Conversando com o legista responsável fiquei sabendo que as informações que procurava não seriam encontradas com a abrangência que a pesquisa exigia. A forma como as mortes são registradas nos mapas dos IML locais, deixam de fora dados importantes tais como origem, profissão, e cor. Na secretaria, os dados recebem um tratamento e depois aparecem na estatística geral através de três categorias: homem, mulher e menor. A constatação deste corte em três categorias me foi passada pelo chefe da assessoria de imprensa da Secretaria, quando eu fui até lá com o objetivo de marcar uma entrevista com o secretário de polícia civil, já que eu estava há quatro meses esperando respostas do processo que havia apresentado à Secretaria.

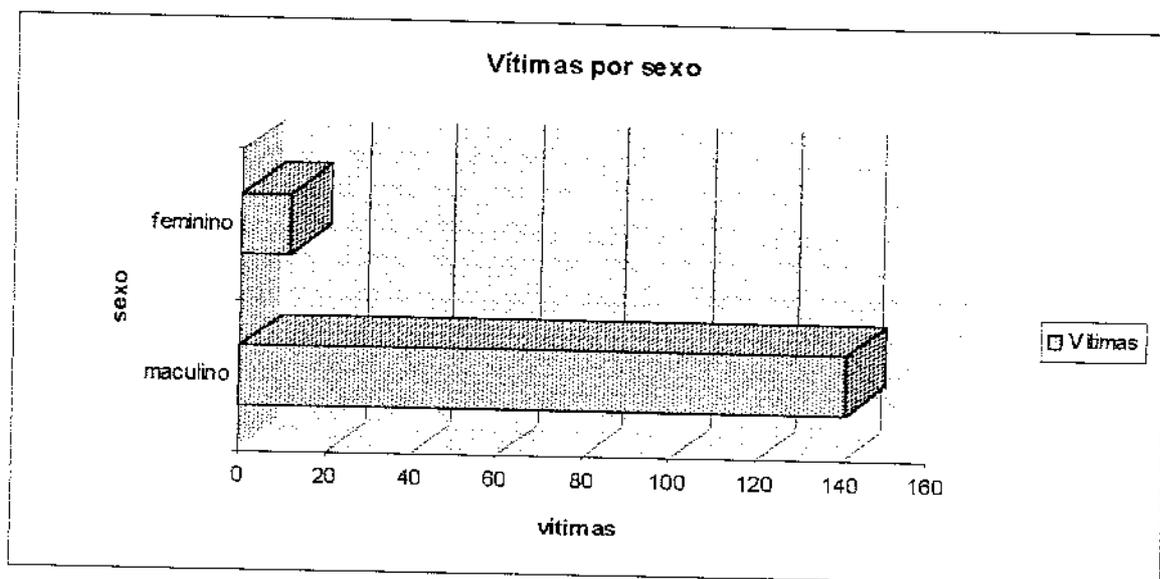
A pouca qualidade dos dados fornecidos pela secretária para pesquisa, me levaram a pensar o Cartório da 4ª Vara Criminal como sendo o lugar onde eu poderia encontrar maior qualidade nos dados, pois eu sabia que lá eu poderia ter acesso ao material utilizado pela promotoria

de justiça. Em 1995 eu havia entrevistado a Promotora de Justiça, Tânia Moreira Sales, seguindo meu projeto de monografia de fim do Curso de Ciências Sociais. No Cartório da 4ª Vara com a permissão do Juiz, eu passei então a analisar as pastas contendo inquéritos e processos. Através destas pistas, ou seja, das indicação que me poderiam fornecer material sobre a ação de grupos de extermínio, desenvolvi durante seis meses um levantamento de dados junto a 4ª Vara criminal de Duque de Caxias. Neste período, estudei 152 documentos: inquéritos e processos classificados dentro do artigo 121 do código penal - homicídio.

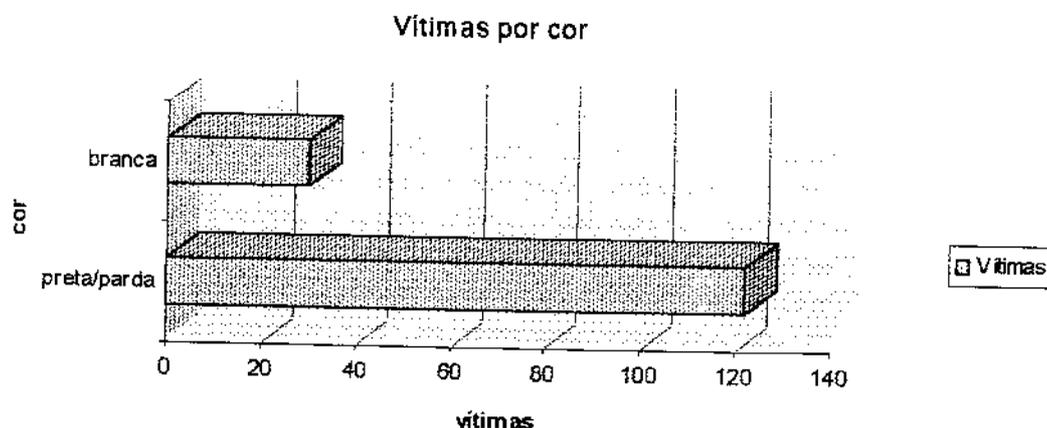
Trabalhando com as categorias: sexo, cor, origem, profissão e idade estabeleci um percurso que me permitiu chegar a dados bastante significativos para esta pesquisa. Nestes documentos analisados sobre a profissão das vítimas foram identificados em maior número as seguintes categorias: serventes, pintor, mecânico, eletricista, sendo que em muitos casos a indicação era definida pela não-qualificação profissional.

Sobre a idade das vítimas, o material informa que a faixa etária do período está entre os 23 e os 40 anos, sendo poucos os casos de indivíduos em idades menores que 18 anos. Em sua maioria estas vítimas são do sexo masculino, possuem a classificação documental de serem pardos e/ou pretos, nascidos dentro do estado do Rio de Janeiro, ou nos outros estados

da Região Sudeste, ainda pode observar que algumas das vítimas tem como origem os estados da Bahia, Rio grande do Norte, Pernambuco e Paraíba. Foram 2 casos do ano de 1980; 6 de 1981; 6 de 1982; 3 de 1983; 20 de 1984; 12 de 1985; 20 de 1986; 20 de 1987; 27 de 1988 e 36 de 1989 compondo um total de 152 casos. Destes casos 141 eram do sexo masculino, 11 do sexo feminino, sendo que, 122 tinham a cor preta ou parda e 30 tinham a cor branca, segundo os dados<sup>36</sup>.



<sup>36</sup> Estas tabelas foram construídas a partir dos dados apresentados na análise dos processos criminais, fonte de estudo desta pesquisa.



Para melhor identificar grupos de extermínio, onde eu observava dados como a forma como os indivíduos era assassinados, o local onde o evento ocorria e as indicações sobre os possíveis suspeitos, além é claro dos dados sobre a profissão das vítimas. Não foi possível, entretanto, estabelecer um quadro homogêneo que me permitisse sistematizar melhor estas informações, já que as indicações eram coletadas segundo às observações dos detetives e dos peritos. É importante lembrar que há um numero bastante significativo de casos onde não é possível recolher todas estas identificações, devido ao estado avançando de putrefação, ou a ausência de documento.

No caso dos acusados dos assassinatos, a situação é mais complicada. São poucos os documentos que informam nomes, ou qualquer outra identificação. Quando há uma diferença deste quadro, o que vemos? Os acusados aparecem como grupos de indivíduos

encapuzados, ou então indivíduos que tem seus nomes ligados a grupos que fornecem segurança nos locais. São raros os casos, como já dissemos, onde aparecem nomes de possíveis acusados mas em alguns casos raros, foi possível constatar nomes de alguns, como o de um processo de 1988, onde a vítima foi um indivíduo do sexo masculino, cor parda, natural do Rio de Janeiro morto aos 20 anos, tendo como acusados Cezar PM e Sapatinho (seu comparsa). Mas este é um dos casos onde não houve comprovação.

É bom lembrar que este corte é construído a partir do estudo, ou seja, não existe nem no cartório do Fórum, nem na central de inquérito situada no mesmo município, nem na Delegacia de Polícia do município, nem Secretaria de Polícia Civil do Estado informações organizadas desta forma, levando em consideração todas as categorias que eu acima destaquei.

Na pesquisa que foi realizada no cartório da 4ª vara criminal pude constatar no período investigado, década de 80, uma enorme incidência de crimes como este na região de Caxias, comarca de atuação desta vara. Os documentos acima citados, que são o registro feito pelos detetives da delegacia do local, mais o laudo do Instituto Médico Legal(IML) fornecem material fundamental para investigação do perfil sócio-

econômico das vítimas, assim como, detalhes que caracterizam o processo de assassinato e pistas sobre os matadores.

A forma como os dados sobre homicídio é catalogada nos órgãos encarregados de acompanhamento dos casos, afirma a falta de estrutura do poder público, assim como a impossibilidade de que as informações ali contidas possam ser acessadas com alguma facilidade. O forma de registro, dos acontecimentos, que começa no trabalho do detetive e vai até as estatísticas da Secretaria, desenvolve um processo de silenciamento dos dados, corroborando, também, para a manutenção da impunidade.

Existe um volume absurdo de inquéritos que não são desenvolvidos por falta de provas, testemunhas que indiquem os autores destes crimes, levando assim a um outro volume também bastante significativo de casos que ficam a espera de alguma coisa que possa fazer com que eles possam ser trabalhados, causando assim, o arquivamento de inúmeros processos que levam como classificação constante o título de autoria ignorada, processos que ficam a espera do acaso. Sobre este problema, vale relatar parte dos argumentos apresentados pelas autoridades estando elas diante de tais dificuldades:

**“No Instituto Carlos Eboni, conforme os dados (...) Foram ouvidos, por duas vezes familiares das vítimas, em busca de subsídios que levassem à autoria. Nada conseguido. O inspetor fulano de**

tal, no documento informa 'que tudo indica tratar-se de elementos de conduta irregular' e que um deles, 'já esteve internado na FUNABEM.' Também compareceu ao local do evento, o zeloso delegado Dr. Mengano, que subscreveu o minucioso relatório, informando sobre a inexistência, se quer, de 'possíveis suspeitos.'

Pelos sete (07) anos já transcorridos e dada a ausência de uma pista, ao menos, que conduza ao levantamento da autoria, somos levados, pesarosamente, a opinar, data vênua, pelo arquivamento da inquérito, sem prejuízo do disposto no artigo 18 do código de Processo Penal.

O tempo, inexorável, tudo consome, tudo destrói, inclusive e principalmente na coleta de delitos tais. Não levantada a autoria naquela época ( abril de 1980), dificilmente tal ocorrerá agora (07 anos depois). Dai, nosso confessado pessimismo em torno de um possível e remoto êxito na retomada das investigações."<sup>37</sup>

Pude observar também, segundo os laudos cadavéricos, que há um número muito grande de mortes onde as vítimas aparecem com tiros na nuca, ou nas costas, o que sugere execução, ou seja o numero de execução é absurdo passando e muito da cifra dos milhares.

A caracterização de um assassinato como sendo uma ação de grupos de extermínio, só pode ser constatada a partir da investigação o que impõe a necessidade de estudo dos processos. Nos processos contra os grupos de extermínio em Caxias, é muito comum encontrar os seguintes detalhes:

---

<sup>37</sup> Este texto é parte de uma dos documentos analisados dentro da pesquisa que foi realizada no Cartório da 4ª Vara Criminal em Duque de Caxias. Resolvi deixar de nomes, porque esta estratégia me permite pensar futuramente num aprofundamento desta pesquisa.

seqüestro das vítimas por mais de dois homens<sup>38</sup>, geralmente a noite ou madrugada, espancamento e tortura das vítimas que aparecem na maioria dos casos, com as mãos amarradas. Nos 152 documentos analisados, o dado que mais impressionava era a quantidade de assassinatos, onde a característica do crime era a execução. Descrevendo a forma como as vítimas apareciam as autoridades encarregadas da investigação concluíam<sup>39</sup>: “(...) ante ao exposto, concluem os peritos haver ali ocorrido homicídio com características de terem sido executados sumariamente (...)”. São muitos os assassinatos com tiro na nuca e no rosto .

No geral as vítimas dos grupos de extermínio são pessoas que estão desempregadas, ou são biscoiteiras quando não possuem as profissões referidas acima . São também: pessoas que cometeram pequenos delitos - batedor de carteira, uso de entorpecente em pequena escala, ex-detentos de delegacias ou reformatórios - enfim, os chamados **peixes pequenos**. É quase impossível encontrar nos casos com as características descritas, entre as vítimas algum **peixe grande**( um grande traficante, um político corrupto, um empresário que sonegue impostos, um seqüestrador, um

---

<sup>38</sup> Nos documentos que puder constar não havia a referência a participação de mulheres e nem de crianças, aos grupos de extermínio.

<sup>39</sup> Este trecho é retirado de um dos inúmeros processos que estão avolumando às prateleiras empoeiradas do Cartório da 4ª vara Criminal de Duque de Caxias.

político de prestígio). Nos processos que analisei nenhum caso foi constatado.

Estas vítimas são, como atestam os documentos estudados, em sua maioria negros, com a faixa etária entre os 20 e 35 anos, tendo como local de origem o próprio Estado do Rio de Janeiro, ou outros estados da Região Sudeste. Outro dado interessante é que é difícil serem encontradas vítimas do sexo feminino. Geralmente as vítimas do sexo feminino que são executadas, aparecem na companhia de outros homens, ou seja, homicídios com mais de uma vítima. Como em um dos casos de 1984, em que aparecem dois mortos, "... um homem preto de 21 anos e uma mulher também preta de 19 anos, mortos juntos sendo que a mulher mesmo atingida foi morrer depois em outro lugar para onde fugiu"<sup>40</sup>.

Já os matadores são em sua maioria indivíduos que já estiveram ligados a polícia, ou trabalharam, em alguns casos ainda trabalham, como segurança em empresas particulares. Mas, como matadores, são recrutados nas classes mais pobres da sociedade.

Nos documentos analisados no cartório da 4ª vara em Duque de Caxias, ainda pude perceber comentários interessantes sobre estes casos de

---

<sup>40</sup> Tenha evitado citar número dos processos, ou outras informações mais precisas, por não ter conseguido conversar com os familiares das vítimas, pretendo com isso não expor às pessoas ainda mais do que elas já foram.

assassinatos: as situações das vítimas são as mais cruéis, indivíduos degolados, outros com vários tiros na cabeça, pessoas que são retiradas de casa enquanto dormem, outros que são mortos na frente das crianças, no **trabalho**; homens que aparecem na madrugada encapuzados.

O balanço destes documentos aponta para um volume enorme de casos que ficam de fato como alimento das traças dos arquivos do cartório por falta de continuidade na investigação. Por outro lado, o descaso e a falta de organização nos trabalhos de apuração destes casos, acaba transformando as informações em emaranhados de estatísticas difíceis de serem penetradas, material de domínio dos magistrados e dos funcionários dos cartórios que comandam a organização destes documentos<sup>41</sup>.

A princípio, a forma como os documentos são construídos e organizados parece tornar impossível a compreensão e resolução dos casos, porque como já dissemos o processo de catalogação das informações, que termina na Secretaria de Polícia Civil, tende a garimpar os dados de forma que no final as categorias dizem pouco sobre às características das vítimas dos acusados. Mas, na verdade, o que se pode concluir sobre os documentos no que diz respeito a investigação, é que

---

<sup>41</sup> Mais a frente apresentarei dados que abrangem um período mais longo, neste momento estou falando apenas dos casos que correspondem a década de 80, década em que o volume de casos com a acusação de serem de autoria de grupos de extermínio, fez o Governo do Estado, criar uma comissão especial para investigar a atuação destes grupos.

apesar do processo de garimpagem das informações que formam as estatísticas nas secretarias e cartórios, faz-se necessário a pesquisa destes documentos que, mesmo mal organizados, como atestam os próprios funcionários dos cartórios, podem nos fornecer algumas pistas. A pesquisa nestes documentos contribui para uma mudança no silenciamento destes casos e é, portanto, necessária<sup>42</sup>.

Assim, o início de um plano de estudo sobre "extermínio seletivo" me levou a entrevistar uma Promotora de Justiça que trabalha em Duque de Caxias. A Promotora se destaca pelo enfrentamento e uma imagem que me ficou clara em um julgamento onde a vi participando, julgamento de um acusado de integrar um dos grupos de extermínio.

O contato foi feito no Fórum em Caxias, numa sala pequena onde junto com a Promotora trabalham mais duas pessoas, e percebi um esquema de segurança que ao meu ver, era até deficiente para o grau de perigo que envolve a promotora, que já recebeu várias ameaças de morte. A entrevista foi conseguida através de um amigo comum. Quando entrei na sala, depois de ter esperado alguns minutos sentado num banco de madeira que fica no corredor perto da porta, a Promotora estava sentada, com um saquinho de doce na mão, atrás de uma mesa pequena que ficava

---

<sup>42</sup> Seixas, 1965. Este texto foi retirado do livro *Assim Marcha a Família*, que na verdade é uma série de reportagem sobre problemas que apareciam nos debates e principalmente através dos jornais.

de frente para um espelho grande que estava colado a uma parede que dava para uma outra sala, onde ficavam alguns seguranças. A Promotora me recebeu e logo me foi perguntando de onde eu conhecia o nosso amigo em comum. Depois que eu disse de onde, ela telefonou, tentando não deixar que eu percebesse sua intenção de checar minhas informações, e brincou com ele dizendo que estava ali comigo. Depois disso eu obtive um longo depoimento.

Na entrevista a Promotora falou sobre a forma como o extermínio está localizado dentro das relações de força naquele município. Existem dois grandes grupos de força que organizam o "mercado de mortes": O banqueiro do jogo de bicho, que tem um dos filhos como presidente regional do PDT e hoje é Deputado; e um outro grupo que é o da Associação Comercial. Na última eleição na Comarca, Caxias, foi possível observar bem claro a definição do quadro de forças. No segundo turno das eleições, vimos de um lado o candidato da Associação Comercial - Moacir do Carmo - e do outro lado o candidato do jogo do bicho - Messias Soares - filho do banqueiro.<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> Essa entrevista foi conduzida por um roteiro que foi construído à seis mãos, onde tive a colaboração de minha orientadora, Ana Motta, e da presidente nacional do Grupo Tortura Nunca Mais, Cecília Coimbra. Na época, 1995, esta entrevista serviu para o trabalho de monografia de final de curso.

Nessa entrevista houve como saber da promotora, a forma como é produzida socialmente a figura do integrante do grupo de extermínio em Caxias. Os quais não matam pessoas **famosas**, salvo raríssimos casos, do mundo do crime mas os pequenos criminosos tipo **ladrão de galinha**.

Segundo a Promotora:

**"O matador profissional como todo profissional tem que treinar e treina no dia a dia matando pequenos infratores, jamais vi algum bandido de grande periculosidade ser morto por um grupo de extermínio. A prepotência diária deles é basicamente o treino do dia a dia para grandes empreitadas."**

Esse esquema de **profissionalização**, que constitui o ofício do matador, credencia esses indivíduos a participarem dos projetos de controle e terror nas áreas onde atuam. Segundo o que se pode constatar através da pesquisa, o ofício de matador ligado ao grupo de extermínio se contextualiza através do que eles chamam de exercício de manter a **área limpa**. Esta tarefa se desenvolve pelo assassinato dos ladrões que também atuam no local onde se estabelecem os grupos de extermínio. Os matadores executando esses **pequenos trabalhos ou treinamentos**, como a promotora mesmo diz, se estabelecem como autoridades locais.

Eles chegam numa determinada localidade, a partir de um acordo pequeno ( a execução de algum assassinato encomendado por um

comerciante, ou pelo narcotráfico, ou por algum político, etc.) e se estabelece desenvolvendo a chamada **limpeza**, até que mais tarde dominam territórios extensos controlando até os assuntos ligados à vida e a morte de animais, como ficou exemplificado na ação da promotoria contra Pereira, acusado de comandar um grupo em Duque de Caxias. Para dar as pessoas que estavam no tribunal, a idéia de quanto era forte a presença do matador na localidade, a Promotora relatou um episódio em que havia aparecido um cachorro doente no local onde atuava o grupo comandado por Pereira dizendo que ele, Pereira, havia sido contactado para matar o cachorro. Na verdade este relato não só tinha o objetivo de revelar a autoridade do matador, mas tentava também dar uma imagem cômica e fragilizada da mesma autoridade.

Destacamos, também, que os matadores são vistos como sujeitos que possuem uma categoria profissional, que comporta tempo de treinamento, legitimidade social e padrão de aceitação. Então esses indivíduos são bandidos<sup>44</sup> que possuem prestígio social muito grande pela forma como eles se integram nas relações moralmente aceitas nos acordos identitários.

Na voz da promotora:

**" São sujeitos absolutamente bem integrados na comunidade, ... ele é um homem de bem, tem**

---

<sup>44</sup> Acerca desse assunto cabe lembrar o trabalho feito por Alba Zahuar, sobre a identidade de bandidos e trabalhadores na Cidade de Deus, 1985.

**emprego certo, tem carteira de identidade, título de eleitor, ele tem prestígio social ele está bem integrado nesta sociedade e por isso diluído dentro de um determinado padrão".**

Este é por exemplo o caso de *Pedro Capeta*, João Pedro Buenos, suspeito de liderar um grupo de extermínio em Gramacho - Distrito de Duque de Caxias. Ele desfilava pelo Município com três carros novos, que dizia pertencer a amigos. Segundo a Promotora , ele é dono de uma loja de loteria esportiva, duas vilas de casas em Gramacho e um sítio em Xerém, fora os bens que não estão em seu nome. Assim um eletricitista após entrar para Guarda Municipal de Duque de Caxias, na década de 50, consegue não só se enriquecer, como também conquista o prestígio de vários moradores, como atesta a foto do Jornal *O Dia* de 9 de julho de 1993 na página 8, que traz *Pedro Capeta*, nos braços dos moradores, o que demonstra a legitimação da prática do extermínio.

São essas figuras bem integradas socialmente que recebem a missão de livrar a sociedade do crime, da desordem, da sujeira; são esses indivíduos que são vistos por alguns como justiceiros, mas eles praticam a justiça contra quem? qual é o alvo de ataque dos justiceiros? Na entrevista a Promotora responde da seguinte forma:

**" ... atingem pessoas absolutamente marginalizadas, mas não marginalizadas através do crime, marginalizadas através da situação econômica e devido à constituição histórica do**

Pais. Você vai cair num grande número de mulatos e negros, mas nenhuma novidade até aí, então você tem pobre e preto e são esses que estão morrendo no dia a dia no treino do grupo de extermínio."

Depois de uma longa entrevista eu fui convidado a presenciar um julgamento de um matador acusado de organizar um grupo de extermínio no Pantanal - um dos bairros daquele município. Então, num outro dia, fui ao julgamento de Pereira.

Neste julgamento as pessoas estavam assim posicionadas: de frente para o público, em numero bastante razoável, estava o Juiz; do lado direito do Juiz estava a Promotora e uma assessora, e do outro lado, quatro advogados de defesa. Logo que eu cheguei a Promotora veio me cumprimentar e me disse: "está vendo aquele sujeito sentado ali?" (apontando para o banco dos réus) "aquele é o Pereira".

Naquele dia o Pereira **representava** o papel de um cidadão muito bem educado. Estava de terno e gravata, usava óculos e estava lá cabisbaixo de frente para os jurados, como se naquele momento estivesse acontecendo uma grande injustiça. Essa figura de cidadão injustiçado foi desconstruída durante o julgamento, através dos argumentos da Promotoria e das testemunhas, num ato que contou com a presença da esposa do Pereira e de sua também ex-cunhada, justamente a que o teria

denunciado à polícia. Sobre a forma como o acusado é apresentado no julgamento, é interessante assinalar que o processo de transformação do acusado fazia parte da estratégia dos advogados de defesa, que trabalhavam com a idéia de que tudo não passava de uma injustiça, que aquela pessoa de bem, que ali se apresentava, estava passando por um processo de injustiça.

A pose de bom moço construída para o espetáculo do julgamento fortalecia a idéia de injustiça, na medida em que esta nova imagem fugia da idéia que se possa ter de assassinos, marginais, criminosos. Num país onde as características criminais obedecem a uma série de preconceitos que produz naturalizações, a contradição não pode ser incorporada a esse pensamento, ou seja, um **homem de bem**, não cometeria assassinatos como os descritos pela promotoria.

Para a Promotora, uma das principais responsáveis pelo ataque aos grupos de extermínio em Duque de Caxias, o acusado só havia sido pego porque ele teria cometido alguns erros: matara um policial, e depois voltara ao local onde morava para raptar sua esposa que já havia dito a ele que não o queria mais. Sentido a ameaça contra sua irmã, a cunhada de Pereira resolveu denunciar à polícia seu paradeiro. As duas mulheres

estavam numa situação limite; denunciavam o acusado e participam como testemunhas no processo de acusação.

Penso que uma das perspectivas de análise que se apresenta à interpretação deste julgamento, encontra-se na utilização do trabalho apresentado por Geertz<sup>45</sup>, no texto em que o autor desenvolve suas anotações sobre brigas de galo em Bali. Tomar esse julgamento como um fato e vê-lo através de uma perspectiva teatral, onde poderia se perceber em que medida, através daquelas **máscaras** estavam ali presentes, naquele espetáculo, as forças que organizam e orientam as relações sociais em Caxias.

Neste percurso se desenvolve meu estudo que me faz acreditar e intuir sobre a relevância teórica e política do tema que me mobiliza e que os dados notificam. Quando perguntada sobre a existência de uma relação entre extermínio de subversivos e extermínio de "menores"<sup>46</sup> - relativizando com uma necessária contextualização histórica - para considerar a dimensão de um possível projeto de "limpeza social" à favor das elites, a Promotora assentiu e definiu o tema pela lógica do controle social:

---

<sup>45</sup> Ver Geertz, *Um Jogo Absorvente: notas sobre a briga de galos em Bali*. In *Interpretação das Culturas*, 1989.

<sup>46</sup> Esta pergunta foi feita quando eu estava trabalhando em minha monografia de conclusão de curso, na graduação.

"Um País onde a divisão econômica, a divisão de oportunidades não é igualitária, aí então você tem que manter essa rapaziada sob controle. Então mantem-se o controle de uma forma que não é nova, o controle desde 1500, o controle do tapa da violência. Controla-se a grande massa através da violência, através do cerceamento do direito mesmo. Se a pessoa não tivesse que se preocupar com sua sobrevivência no dia à dia, e quando eu digo sobrevivência, eu não digo se preocupar com ter o que comer não, eu digo, 'ter que respirar mesmo', ele poderia se preocupar em ter educação, ter saneamento. Por que que ele vai reclamar isso, se ele tem que se manter vivo?" (Tânia).

Este é o contexto em que se apresenta este mapa de questões a ser enfrentado neste percurso, como eu já disse através do problema limpeza social, que aparece como forma de estabelecimento de projetos de enfrentamento da questão criminalidade. As ações dos grupos de extermínio ganham legitimidade também porque estão relacionadas a idéias morais que se estabelecem através dos argumentos que colocam como necessário a defesa da sociedade, ao mesmo tempo em que submetem e destituem o problema da criminalidade dos contextos mais estruturais.

Como a promotora afirma, todas preocupações **em tempos de terror**, se estabelecem em função da luta pela sobrevivência, o que afeta decisivamente o processo de hierarquização das lutas ou reivindicações,

colocando outras questões que são também bastante importantes, como refêm do medo e do terror.

A seguir tentarei intensificar as questões apresentadas, a partir do estudo da categoria limpeza social vendo-a como ferramenta de análise do problema da criminalidade através de uma perspectiva histórica, talvez não tão extensa quanto necessária, mas significativa dentro deste trabalho.

Seguindo a proposição de que o processo, o movimento deve ser pensado como parte do problema nos estudos em ciências sociais, trabalhamos sobre o esforço que nos diz que o discurso moral se forma a partir das realização de projetos de controle e ataque, na medida em que os discursos que focalizam as questões sobre marginalidade, perigo, violência e criminalidade são colocados dentro dos jogos de poder, ou seja, dentro dos processos sociais de disputa e dominação.

Tanto os inimigos, quanto as maneiras de enfrentá-los não vem do nada ou de uma suposta objetividade científica, ou mesmo de uma necessidade divina, mas vem do movimento onde o tempo cortado pelas representações é a matéria básica do espetáculo, e onde tanto a objetividade científica, quanto o argumento profético, podem ser

utilizados como forma de legitimação do terror e elemento de significação.

Este estudo defende a proposição de que o processo de construção da marginalidade se ancora na perspectiva dos valores morais, econômicos e culturais, ou seja, indo à ação de grupos de extermínio, se buscará desenvolver uma aproximação das formas como a questão da criminalidade se envolve nas proposições sobre limpeza, ou mais precisamente, sobre limpeza social.

É no quadro dos problemas ligados às perspectivas de desenvolvimento e as idéias dos projetos nacionais, que tem sido contextualizado por aqui o problema da marginalidade, ou melhor dizendo é dessa forma que deve se entender a perspectiva de limpeza social. Os projetos de desenvolvimento e ordenação social não surgem do mar da pureza, pois a própria idéia de pureza, advém da batalha entre a poluição e a ordem. É limpando a sujeira, que se estabelece a ordenação. Não há discurso ou prática sobre a realização da ordem, que esteja distanciado do medo e da guerra pela manutenção do padrão.

A compreensão deste problema, ou seja, a ideologia da limpeza, ultrapassa o plano empírico, o que demanda algumas considerações sobre o referencial simbólico em que a limpeza social se apresenta. A história como teatro e como tragédia, não nos permite abandonar a construção dos significados apenas ao palco, ao recorte no tempo e no espaço, onde se processa a *mimese*.

O movimento que acompanha o gestos dos personagens, dos heróis, dos vilões não pode ser apropriado pela perspectiva que pretenda apenas comparar um drama de um dado momento exclusivamente à questões conjunturais. Focalizar à análise primeira nos anos 80 e em Duque de Caxias, deve ser pensado como ponto de partida. As articulações pertinentes ao estudo das categorias limpeza social, por tratar da criminalidade, dos discursos nacionais, das relações raciais, da ciência e do poder, esta envolvida na história, As histórias dos homens e das mulheres reais.

A localização é um recurso arriscando e sedutor para ciência. Arriscado porque pode, nos retirar do rastro que nos leva ao campo de batalha das questões. É sedutor porque tende a tornar segura a abordagem científica que assim se põe fora do tempo. Mas como o ofício do cientista

também se faz pelo risco e pela sedução, levemos esse corte, essa primeira empiria às encruzilhadas históricas, vamos intensificar os significados. Procurarei, mergulhando em alguns movimentos da história, entender melhor os argumentos que sustentam essas ideologias.

## II - ANOTAÇÕES E QUESTÕES PARA O ESTUDO HISTÓRICO SOBRE OS INIMIGOS E A ORDEM, OU A CONFUSÃO DA LIMPEZA SOCIAL.

### *Autoritarismo e extermínio.*

Na literatura produzida pelos estudos em Ciências Sociais, a categoria extermínio tem assumido um caráter muito vago. "... o termo não aparece nem nas convenções de direito internacional ou nacional e até os dicionários tendem a simplificar ou banaliza-lo<sup>47</sup>". Mas nota-se a presença dessa discussão de modo quase exclusivo nos estudos feitos sobre fatos históricos tais como o nazismo e o estalinismo.

A tendência dos trabalhos teóricos sobre o extermínio de pessoas é de localizá-los dentro de uma discussão inerente à uma realidade de regimes totalitários, existentes no século XX e onde o termo tem se mostrado uma fértil categoria analítica.

Nos estudos sobre totalitarismo, em que se destacam pelo menos os livros de Barrington Moore *Injustiça* (1987) e Hanna Arendt *As origens do totalitarismo* (1990), esta idéia sobressai. Estes dois autores apontam questões importantíssimas para o estudo do totalitarismo. Moore (1987), levado por uma pergunta aparentemente simples. "Quem eram os

---

<sup>47</sup> Cruz-Neto e Minaio (1994).

nazistas?" - acaba por identificar certos aspectos dentro da organização nazista, que permitirão observar quais eram as bases de sustentação daquele projeto. Desta forma, o nazismo pode ser compreendido não como o designo de um homem apenas - Hitler - mas como uma forma de resposta aos incômodos causados pela "indignação moral e os desejos de justiça", que reunia e organizava uma multiplicidade de intenções presentes no povo alemão.

Analisando fontes deixadas pelo próprio sistema nazista, Barrington Moore descobre um estudo feito em 1935 sobre a composição social dos alemães filiados ao partido nazista, e um censo profissional que foi realizado ao mesmo tempo que um recenseamento geral, em julho de 1933 - cinco meses após à ascensão de Hitler ao poder. Com estes dados o autor pode observar que a criação e a articulação do projeto nazista se dava em vários segmentos da sociedade alemã. Concluiu também que as forças que movimentam os desejos de indignação e de justiça podem conduzir as sociedades a experiências com o uso da violência, às vezes de maneira tão absurda quanto a que se expressou através do nazismo. O esforço do autor permitiu pensar algumas formas possíveis de legitimação daquele projeto.

Para Arendt<sup>48</sup> as possibilidades de realização desses projetos autoritários se inscrevem dentro da realidade das modernas sociedades de massas. Para essa autora, a desarticulação, a falta de interesse coletivo, presentes em grande parte das pessoas, a super-valorização do medo e uma perspectiva bastante pessimista da vida, associadas a toda sorte de problemas causados pelo processo de desenvolvimento vividos nestas sociedades, acabam por fornecer por um lado, argumentos que permitem a divulgação de experiências autoritárias, e por outro, criam problemas para as perspectivas mais **sagradas** democracia.

Essas interpretações são interessantes porque elas nos permitem pensar que problemas como o extermínio não podem ser presos naquelas experiências históricas tais como o nazismo e o estalinismo, mas são problemas também de nossas sociedades. Outrossim, nos é possível estudar as formas que legitimam o uso da violência nas experiências sociais atuais. É no processo de democratização da sociedade brasileira que se desenvolve também com muita força na baixada fluminense e onde se encontra um dos momentos mais importantes das lutas pelos direitos civis em duque de Caxias - final da década de 70 e durante toda a década de 80, que vemos a ampliação das ações dos grupos de extermínio, assim como, o combate mais eficaz a essa prática.

---

<sup>48</sup> Hanna Arendt (1990)

*Extermínio seletivo neste trabalho.*

Neste trabalho, a categoria extermínio está sendo pensada a partir da prática de grupos que são organizados para enfrentar a criminalidade, e que na verdade, atacam preferencialmente os indivíduos negros e pobres, através da prática que vincula criminalidade às características naturalizantes, articulando um fenômeno social ao discurso da medicina. O termo extermínio está ligado, então, à prática destes grupos que se organizam para matar e que seletivamente matam esses criminosos que são historicamente discriminados no processo social de construção da criminalidade, ou seja, os criminosos pobres e negros que cometem pequenos furtos.

A discussão sobre o crime no caminho das ciências sociais, e pelo desenvolvimento do conceito de cultura, tem demonstrado que não se pode sustentar a idéia de crime com um caráter exclusivamente universal, ou seja a produção do crime e da criminalidade são construções que se apoiam em verdades delimitadas por contextos definidos pela articulação entre o específico e o geral. Dizendo de outra forma, toda discussão e proposições dos grupos de direito internacional esbarra nas chamadas especificidades nacionais e em alguns casos especificidades étnicas regionais. Por outro lado mesmo em contextos marcados pelos acordos

internacionais mais sagrados, não é raro observamos as disputas pelas delimitações dos códigos sociais que constituem as formações das idéias de crime. Para afirmar esta idéia podemos pensar a forma como se desenvolve a idéia de justiça a realização do narcotráfico em vários países, ou no Brasil<sup>49</sup>

A **necessidade** de se lançar mão da prática do extermínio como instrumento legítimo está ligada também a um argumento moral que no caso do nazismo aparece como um discurso profético. Hitler se colocou como um líder enviado por Deus para executar o projeto de terminar com o judaísmo universal. Em seu livro *Minha Luta*, o líder nazista nos mostra um pouco das forças que sustentam tal idéia<sup>50</sup>:

**"Lutando contra os Judeus eu defendo a obra do Senhor. A arte dos grandes líderes sempre consistiu, através dos tempos, em não distrair a atenção do povo, mas sim concentrá-la sempre sobre um só adversário, no meu caso, o judaísmo internacional, sustentáculo, ao mesmo tempo, do capitalismo e do comunismo. Hitler, 1938".**

No discurso do líder totalitário, o projeto de extermínio é construído sobre argumentos que pretendem ultrapassar a perspectiva da sociedade dividida em classes. Estes regimes constroem o **mal** ( os indesejáveis,

<sup>49</sup> Sobre este assunto vale lembrar do trabalho de Zahar, *A Maquina e a revolta ... onde se nos apresenta uma bua discrição da forma como se organiza a idéia de justiça e crime dentro de um lugar marcado pelo narcotráfico.*

<sup>50</sup> In Cruz-Neto/Minayo, (1994).

aqueles que devem ser eliminados), sustentando-se numa verdade fanática, onde as lideranças assumem o papel de profetas.

Ao sustentar, no argumento, a idéia de que a sociedade não é dividida em classes sociais, o projeto de extermínio vai ao encontro dos preconceitos latentes e se constitui em bandeira social, organizando-se à partir dos desejos mais explícitos e implícitos de dominação e controle expressos no terror, que uma sociedade humana pode gerar. No caso do nazismo a certeza de que o judaísmo era um inimigo, não sai só da cabeça de Hitler, mas é algo que estava fragmentado na sociedade alemã. A verdade incontestável realizada através do nazismo é fruto de uma série de preconceitos construídos historicamente.<sup>51</sup>

Ainda nessa perspectiva, lembrariamos também a análise feita por Marx no *18 Brumário de Luís Bonaparte*. O autor descreve como a expectativa dos camponeses para a chegada de um salvador da pátria é importante para o êxito do sobrinho Luís Bonaparte. Marx apresenta, através de uma análise simbólica do código Napoleônico, como o carisma contribui para construção do Rei, na explicação do voto dos camponeses, análise que está contextualizada dentro de uma perspectiva teatral, como

---

<sup>51</sup> Sobre isso ver também Reich, William - *Psicologia de Massa do Fascismo* 1974.

já apontamos na obra deste autor, ao ser analisada brilhantemente por Marx como um evento de repetição dentro da história francesa e mundial.

O apartheid Sul-africano, também pode ser visto como um exemplo de como os desejos, as perspectivas sociais, os medos de um dado grupo podem vir a ser utilizados na construção de um projeto nacional e legitimar certos tipos de práticas. Na África do Sul nos anos 40 coube a Gert Cronjé, um sociólogo, idealizar o apartheid que tinha como idéia fundamental o isolacionismo. O argumento utilizado por Cronjé era o de que o contato impediria o desenvolvimento dos grupos étnicos diferentes. Para ele a sociedade Sul-africana estava sob a ameaça de se destruir chegando àquilo que ele chamava de “sociedade papa”, uma sociedade amorfa e sem valores definidos, fruto do contato interétnico que produziria essa indefinição. O apartheid, assim como o nazismo, se identificava com a idéia de povo escolhido e a realização do regime através de uma possibilidade fundamental de controle.

O controle em sociedades dominadas por regimes totalitários se desenvolve por todas as relações. Nesta perspectiva, tendo o apartheid como exemplo, observamos que em função do controle se lança mão até, de uma política de governabilidade do desejo. Como o próprio Cronjé afirmava, todo Jovem Bôer não desejava uma mulher de outra etnia, isto

porque todo Bôer teria noção da diferença e mais a consciência de que a composição com a outra prejudicaria o desenvolvimento dos dois por que<sup>52</sup>:

**“Por toda a criação nos deparamos com essa rica variedade. Existe uma variedade maravilhosa de plantas e animais (...) variedade no que diz respeito às condições do controle do solo e ao clima. Essa grande variedade torna a Criação de Deus tanto maior quanto mais maravilhosa. Parte dessa Criação é também a variedade de raças - assim pretendida e desejada (gewil) pelo criador (...) em tudo reverenciamos essa rica variedade de criação (skeppingsverkeidenheid). Portanto a variedade racial (rasseverskeidenheid) também deve ser reverenciada. A Criação de Deus é Um grande todo tem sentido e significado”.**

É importante que se diga que não há aqui uma tentativa de comparação entre duas realidade nacionais, África do Sul do apartheid e o Brasil, através do crime, mas a tentativa aqui é a de observando o controle no caso apartheid, e o ataque no caso da Alemanha nazista, descobrir no pensamento o que pode permitir no caso brasileiro a realização do extermínio seletivo, não só dentro de um regime autoritário.

Os estudos, aos quais nos referimos acima, são importantes porque discutem ideologia e cultura, e discutem sobre uma perspectiva que relaciona estes conceitos a uma contextualização histórica muito semelhante à que Dumont apresenta. Para ele a ideologia é: “ ... um

---

<sup>52</sup> Ver Ribeiro (194).

sistema de idéias e valores que tem curso num dado meio social. Chamo de ideologia moderna ao sistema de idéias e valores característicos das sociedades modernas.<sup>n53</sup>

Mas o fenômeno do extermínio seletivo não se inscreve apenas nos regimes totalitários, não está preso a experiências históricas delimitadas por estes regimes. Sua dinâmica se produz e reproduz na história de nossas sociedades para além do totalitarismo, e é através do estudo da forma como é realizado no Brasil, que pretendo estudar a noção experimentada socialmente de violência.

#### *Medicina e crime: o caminho da ordem.*

A pesquisa pela delimitação da categoria limpeza social é muito extensa. Uma das formas de delimitação começa pelo estudo das assassinatos enquadrados no que se determina por execução, onde se localiza a prática dos grupos organizados para matar. Essas práticas pedem à uma delimitação da idéia de limpeza social, que aparece nos discurso contra e sobre o crime, algumas referências históricas por isso este tipo de acompanhamento.

---

<sup>53</sup> Luis Dumont é um outro autor que estudando o nazismo, contribui para contextualizar os problemas do totalitarismo no tempo das sociedades modernas. Sobre uma comparação entre o nazismo e o Apartheid, vale lembrar os estudos de Coetzee (1988) e Ribeiro (1993).

No livro de Ruth Harris *Murders and Madness: medicine, law, and society in the fin de siècle*, no terceiro capítulo, a autora observa o estabelecimento da relação entre a medicina e o crime, através da categoria micróbio. Esse cruzamento desloca novas concepções para a área de saúde pública no contexto das descobertas científicas em que se destacam, por exemplo, os feitos de Pasteur. Este que através de seus estudos sobre os micróbios, desenvolve a idéia de que no ataque à doença, deveria ser feito o isolamento e o extermínio do micróbio causador da enfermidade, tese que será apropriada pelo ataque ao crime e aos criminosos.

A idéia de risco da contaminação deixa de ser um discurso exclusivo, preso ao crivo de uma disciplina, a biologia, e passa a ser observado passeando nos discursos sobre criminalidade, onde aparece com reforço da medicina, enquanto ciência positiva, o caráter naturalizante do conceito de crime e de criminoso.

Através do discurso científico positivista, o problema da criminalidade passa a ser controlado pelo crivo das ciências biológicas. É neste momento que se apresentam aos estudos sociais as perspectivas que propunham, tal como na medicina, as idéias de isolamento e

erradicação do mal poluidor, do elemento escroto, ou seja, na medicina o micróbio e na sociedade o crime e o criminoso.

O que se observa é que a sociedade é vista como um corpo, idéia que permite estabelecer os projetos de erradicação do **micróbio criminal do corpo social**. O discurso social acaba por absorver através destas questão, um caráter mais do que metafórico onde se nos apresentam proposições tais como a da **patologia social**.

Neste período em que se observa o aumento da autoridade dos médicos sobre os indivíduos e a sociedade, se verifica também que a incorporação pelo discurso social das proposições biologizantes, não ficou apenas nos discursos, mas se transformou em medidas práticas utilizadas no ataque ao crime, ou ao micróbio criminoso.

O discurso que propõe a erradicação do crime, articulando o discurso médico com proposições das ciências sociais, pode ser percebido em práticas mais contemporâneas. É o que observamos nas análises sobre as ações dos grupos de extermínio, mas antes é necessário que acompanhem, mesmo que não tão intensamente como o necessário, o desenvolvimento desta relação, que tem produzido não só no Brasil, políticas terroristas sobre grupos humanos.

Segundo Pirre Darmon em seu livro *Médicos e Assassinos na Belle époque*, de 1941 a 1975, 13 mil pessoas foram esterilizadas contra a sua vontade na Suécia, que aparece constantemente como modelo de sociedade democrática para o mundo. Esta prática estava apoiada numa lei que foi votada em 1941, e foi legitimada pelo discurso **da higiene social** “Com base nas recomendações de um obscuro Instituto de Biologia Racial da Universidade de Uppsala”<sup>54</sup>.

A legitimidade desta lei, que seguiu as recomendações fornecidas por este Instituto, estava baseada em uma pesquisa encomendada pelo governa sueco, para se saber qual as causas e os fatores hereditários da criminalidade, do alcoolismo, das doenças mentais, dos vícios e perversões. Em nome do saber médico científico, e em defesa do desenvolvimento social e contra o crime, se esterilizam 13 mil pessoas na Suécia.

O pensamento de que as causas do crime estavam presas às características hereditárias, punha o exercício do saber contra o crime, em direção à proteção do futuro social, ou seja, o controle do desenvolvimento social melhorado se daria pelo extermínio das causas e fatores que são impecilhos a este projeto.

---

<sup>54</sup> Darmon, 1991.

No livro *Razão e Diferença*, onde Márcio Goldmam analisa a importância dos esforços de Lévy-Bruhl, para o entendimento de questões ainda bastante atuais dentro dos trabalhos em antropologia, e das próprias questões que aparecem sobre o desenvolvimento do pensamento racional, temos um contato importante com o debate que envolve o estabelecimento de uma ciência laica capaz de servir ao desenvolvimento das sociedades.

Nos esforços de Lévy-Bruhl aparece o projeto de enfrentamento de uma questão cara ao positivismo de Comte. Lévy-Bruhl leva ao seu estudo a questão ligada ao desenvolvimento, ou seja, como será possível tratar do desenvolvimento se há no pensamento algumas resistências ao progresso? É a questão de Comte, ou seja, como romper com a tradição que impede o pensamento de se desenvolver, como garantir o progresso ordenado.

Esta questão, que será um dos motivos para a realização dos estudos de Lévy-Bruhl sobre o pensamento primitivo, ou ainda como ele mesmo chama o “eles” por oposição a um “nós”, será o lugar de onde parte o pesquisador. Este mapa de preocupações será também transformado em bandeira definitiva para o desenvolvimento dos trabalhos sobre criminalidade.

Se em Descartes observamos uma necessidade de separação do saber religioso do saber científico, a proposição de que a ciência não poderia investigar a religião, ou a moral, ou a paixão e o sentimento; no positivismo de Comte há uma necessidade de se investigar a paixão e o sentimento sim, porque são estes dois, segundo Lévy-Bruhl numa perspectiva comteana, os responsáveis pelos empecilhos ao desenvolvimento<sup>55</sup>.

O saber é produto de um processo conflituoso que se apoia em referências e questões já colocadas, nada surge pelo nada e nem do nada, para lembrarmos numa frase da filosofia de Empedócles (século IV a.C.). Por outro lado esse percurso contextualiza as práticas em torno do desenvolvimento científico interessado em formas de defesa social.

Lévy-Bruhl, Descartes, Comte e o debate científico entram neste estudo, através de Márcio Goldmam, não por uma exibição estéril de erudição, mas cumpindo o papel de indicar as relações que se estabelecem na construção da legitimidade do saber científico sobre o enfrentamento da questão da criminalidade e sobre a perspectiva da limpeza Social.

Estamos dizendo que nem sempre uma dada perspectiva da realidade é enjaulada facilmente por uma teoria. Em muitos casos uma dada teoria é

---

<sup>55</sup> Goldmam, 1995.

rearranjada, transformada para uma melhor sustentação de uma proposição. Isso aconteceu com o positivismo de Comt, e as proposições sobre a diferença que aparecem nos estudos de Lévy-Bruhl e nos trabalhos sobre criminalidade no Brasil, como veremos mais adiante. Vemos ainda que o cruzamento do discurso científico com o problema da criminalidade através das idéias de micróbio e de doença, marcam idéias positivistas muito caras as formulações e aos combates ao crime e a criminalidade.

Esse contexto de intervenção do saber médico sobre questões sociais se dá pela necessidade presente na ciência positiva de enfrentar os problemas vistos como entraves ao desenvolvimento e a defesa social, sendo assim uma das questões que se apresentava era o ataque à autoridade do poder espiritual que controlava inclusive, a questão da criminalidade.

**“Um abismo separava, portanto, os positivistas dos espiritualistas e, por volta do final do século XIX, o confronto tornara-se inevitável. Mas os espiritualistas, que só tinham ao seu favor a sua boa fé e a sua íntima convicção, estavam reduzidos a planar no limbo, ao passo que os deterministas fundavam sua opinião na ciência, nos números, na biologia, na experimentação. Dessa polêmica resultou um violento questionamento do direito penal clássico, cuja ineficácia podia ser vista na maré montante do crime”<sup>56</sup>.**

---

<sup>56</sup> Darmon, 1991.

A medicalização científica do crime, do criminoso e da criminalidade dá, aos médicos um lugar privilegiado nas relações de poder na sociedade através do confronto entre o poder científico - a experimentação - e o poder espiritual - a verdade abstrata. A construção desse novo saber que se legitima através do confronto, através da violência, leva não só o discurso social à incorporação de categorias do desenvolvimento deste saber médico-biológico, como também joga papel fundamental nas maneiras como deve ser enfrentado o desenvolvimento social que tem, os problemas ligados a criminalidade como entrave.

O poder científico que surge através do ataque ao autoritarismo do saber espiritual, acaba por se constituir como uma força hegemônica dentro de características também bastante autoritárias, ou seja, o mundo deve ser passado pelo crivo do saber científico. Nesse contexto se pode legitimar as idéias lombrosianas de que é um absurdo que a humanidade permita a procriação de hordas de criminosos, que trazem o “vício no sangue, o instinto do crime”<sup>57</sup>.

Neste debate, aparecem também as sociedades eugênicas, que pregavam o melhoramento das raças. Essa nova ciência cruzava perspectivas darwinistas às novas descobertas, defendendo o controle

---

<sup>57</sup> Ibidem.

sobre os casamentos, assim como uma defesa de um determinado grupo social, tido como mais apto, em detrimento de outros<sup>58</sup>.

Os médicos afirmavam ser uma heresia criar indivíduos débeis, doentes, incompletos, idiotas, ou inferiores. É entre esses médicos que participaram de uma sondagem em 1903, foi publicada na *Chronique Medicale* uma revista Inglesa, que se encontram argumentos como este do Dr. Cazalis: “É desejável que todos os tarados e miseráveis permaneçam sem posteridade e que os pobres diabos não semeiem às cegas chorrilhos de filhos.”

Esses discursos tinham como base noções darwinistas e a preservação de caracteres hereditários, o que permitiria defender o ataque ao criminoso, previamente identificado a partir de um método científico onde se leva em consideração o destaque de algumas características dentro de um inquérito socio-cultural envolvendo os indicados.

Nesta **gestação histórica**, para não perdermos o clima da medicalização do crime e da hegemonia da ciência positivista, encontraremos os ideais eugênicos que serão cultuados e praticados em vários países do mundo.

---

<sup>58</sup> Começamos a ver este assunto na referência que fizemos aqui sobre o nazismo e o apartheid.

Estamos falando dos projetos eugênicos à luz do início dos anos noventa, período em que continuamos a observar a força das ciências biológicas no controle e ataque ao crime. A partir dos discursos médicos é que surgiram as propostas de castração, e esterilização dos delinqüentes<sup>59</sup>.

Mas se por um lado, como nos mostra Durkeim, o crime é uma das formas como as sociedades se enfrentam, vemos também que por ser uma construção socio-cultural, ele deve ser estudado dentro das especificidades sociais. Não só se percebe a construção do poder médico através da legitimação do saber científico, como também se nos apresenta, pela medicalização do crime, a aproximação de realidades diferentes através do crivo médico científico.

A medicina como local de encontro, como podemos observar, nos dá a possibilidade de entendermos não só o contexto do processo de medicalização do crime, mas nos coloca em contato também com os dramáticos mecanismos de construção do espetáculo onde o crime é visto como algo deslocado das próprias contradições sociais que estes projetos querem esconder.

O que se observa no debate entre o saber espiritualizado e o saber científico que se estabelecia, em que pese a questão do crime, é que eles

---

<sup>59</sup> Darnon, 1991.

são atravessados por uma mesma perspectiva: a de que a sociedade pode ser libertada de um mal, o que permite na dependência do contexto histórico e socio-cultural, fazer com que o crime apareça de diversas formas.

No Brasil, observamos que o problema da criminalidade ganha desenvolvimento a partir da questão da nacionalidade e a perspectiva desenvolvida pelas ciências como atividade internacional. **O caso brasileiro**, no que diz respeito a um desenvolvimento científico, toma como base a questão da nação, objeto de enfrentamento tanto na Europa quanto nos Estados Unidos da América como paradigma reinterpretado em seus pressupostos. A formação de um saber científico no Brasil ganha novos ares com a vinda da família real portuguesa para a então colônia em 1808, período em que se observa a intensificação da crise no desenvolvimento das possibilidades de construção da ciência através da reorganização do saber institucionalizado, que já havia sofrido violentas modificações no período pombalino que se constituiu como momento de ataque aos jesuítas e suas proposições. Este é o momento da vinda da família real, a criação dos liceus e dos primeiros curso universitários<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> Sobre isto ver o trabalho de Schwarcz (1993). No estudo que estamos apresentando apareceram alguns pontos de encontro com o trabalho desta autora.

O que se pretende com esta referência é, como já dissemos anteriormente, acompanhar o crivo que se observa entre a ciência, mais especificamente a medicina, e a moral na questão da criminalidade onde para nós se desenvolve as possibilidades de constituição da idéia de limpeza social como forma construída, também nesta sociedade, no enfrentamento do crime, categoria que é manipulada ainda hoje nos discursos que tentam legitimar os assassinatos na prática dos grupos organizados para matar em Duque de Caxias.

Para que houvesse articulação entre ciências naturais e antropologia, foram necessários alguns movimentos. Dentro destes movimentos observamos o surgimento e o desenvolvimento da medicina social no Brasil, movimento que deve ser pensado na política de construção das idéias de perigo social que aparece tanto nos projetos nacionais apresentados no século XIX, quanto nas definições dos projetos específicos em que se observa a constituição de novas práticas institucionais.

O discurso da limpeza social, que no caso da chacina do Rio da Guarda está relacionado à mendicância, pode ser observado também dentro do discurso da criminalidade apontando outros aspectos que desenvolvem a discussão.

Como encontramos nos trabalhos que tratam da história da medicina no Brasil, e entre estes o trabalho coordenado por Roberto Machado - *Danação da Norma. Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil* - há um consenso em localizar o nascimento da medicina social no início do século XIX. Neste período através da idéia de higiene pública observamos o surgimento de um tipo de medicina que vai se definir de forma diferente à que se observa anteriormente no país. Se antes do período que é definido como o do surgimento da medicina social, início do século XIX, a medicina e o poder colonial se preocupam em evitar a morte, o surgimento da medicina social marca à articulação entre os conceitos de saúde e sociedade. O papel da medicina social é o de prevenir e proteger a sociedade contra a doença: “O médico político” deve dificultar ou impedir o aparecimento da doença, lutando, ao nível de suas causas, contra tudo o que na sociedade pode interferir no bem-estar físico e moral<sup>61</sup>.

Para os autores desse trabalho, a preocupação da medicina com as causas e as possibilidades de tornar os indivíduos doentes não tirava a medicina do seu campo próprio de ação, mesmo que os médicos tivessem que conhecer o meio para proteger os indivíduos contra os perigos ao mesmo tempo médico e político. A garantia da permanência da medicina

---

<sup>61</sup> Machado et al., 1978.

em seu campo de ação era garantida. segundo estes autores, pela busca da medicina dos fatores criadores de doenças nos componentes naturais, urbanísticos e institucionais. Por outro lado estes autores afirmam que o medico passa a ser também um cientista social, na medida em que integra a sua lógica:

**“a estatística, a geografia, a demografia, a topografia, a história; torna-se planejador urbano: as grandes transformações da cidade estiveram a partir de então ligadas à questão da saúde; torna-se, enfim, analista de instituições: transforma o hospital - antes órgão de assistência aos pobres - em ‘máquina de curar’; cria o hospício como enclausuramento disciplinar do louco tornado doente mental; inaugura o espaço da clínica, condenando formas alternativas de cura; oferece um modelo de formação a prisão e de formação à escola”<sup>62</sup>.**

Observamos depois, através das Câmaras municipais, que a forma como é colocada a questão da higiene pública pretende responder ao problema da desorganização urbana a partir da articulação de três aspectos: urbanístico, econômico e populacional. Urbanístico - cabe ao governo o dever de cuidar da engenharia, alinhamento, limpeza, iluminação e desimpedimento das ruas praças e canais; econômico - o governo se encarrega de policiar (incentivando) a agricultura, o comércio e a indústria; populacional - as “Câmaras devem tomar medidas contra ‘o

---

<sup>62</sup> Machado et al., 1978.

perigo da divulgação dos loucos e embriagados'; 'as vozerias nas ruas em horas de silêncio, injúrias e obscenidades contra a moral pública'<sup>63</sup>.

Estas determinações que aparecem no regulamento de 1º de outubro de 1828 provocaram um contra-ataque por parte dos médicos, na medida em que o regulamento pôs nas mãos das Câmaras, ou seja, dos políticos uma autoridade que cabia, segundo os médicos, à ciência. A primeira Constituição brasileira (promulgada em 1824), em seu artigo 167 reestruturou às Câmaras municipais, encarregando-as das questões ligadas à higiene pública e da saúde, que até então eram encargos da Fisicatura ( órgão máximo da medicina da época). Isto acontece através do regulamento de 1828. Os médicos apresentavam o argumento de que a questão da higiene pública e da saúde não poderiam está desmedicalizada. Este momento caracteriza o debate na definição de uma ciência médica que pretendia dar legitimidade ao saber médico que se institucionalizava através do controle não só da profissão, como também da sociedade. Neste período observamos a criação das organizações médicas, que pretendiam impor a medicina como crivo para as questões ligadas à saúde pública.

---

<sup>63</sup> Ibidem.

A ofensiva da medicina objetivava a constituição do campo da disciplina, assim como, o controle por parte dos médicos da locomotiva que carregaria o projeto de reorganização social como já dissemos. Por outro lado, o contexto deste debate encontra o império envolvido em grandes crises políticas e sociais<sup>64</sup>.

Se um filme sem passado pode ser um filme ruim, no caso das ciências sociais a demarcação de um problema a partir de uma análise de aspectos conjunturais que se apresentam dentro das idéias de rupturas pode ser pouco significativo diante da necessidade de se estudar as histórias dos conceitos, histórias dos problemas. Como diz Mariza Corrêa, com o que eu concordo:

**“Não foi com a institucionalização da medicina que se iniciou entre nós uma tecnologia de controle dos corpos dos homens, embora ela tenha tido aí um importante papel a desempenhar. Este saber é mais antigo e interdisciplinar e, se pode ser analisado nos termos utilizados nos debates contemporâneos sobre a histórias das especialidades médicas, faz parte da própria história da nossa constituição política. Deixar de lado essa de relações entre às várias ciências na história do controle das populações no Brasil, é perder um componente importante de sua inteligibilidade porque só assim poderemos**

---

<sup>64</sup> Não será possível desenvolver neste estudo uma contextualização mais precisa, onde possa caber uma análise mais efetiva sobre a crise em que se envolveu o império, não contamos neste momento com as possibilidades necessárias a este esforço. Por outro lado se faz necessário envolver esta discussão sobre o surgimento e o desenvolvimento da medicina social em discursos que não só buscaram dá legitimidade ao projeto médico, como também indicam a forma como o poder se organiza num determinado momento fornecendo instrumentos ao controle da população principalmente dos negros e dos pobres, que aparecem efetivamente como perigo e ameaça.

**observar as normas dessa sociedade em ação, no momento em que começam a cristalizar-se em leis e instituições próprias.”<sup>65</sup>**

O que marca o percurso até aqui descrito é a afirmação de que todo conceito tem uma história, e dentro de uma concepção teatral da história, o que caracteriza o esforço é a apresentação das rupturas dentro dos jogos de hegemonização e de construção de legitimidade. Para uma leitura da história do conceito de limpeza social, o que nos compete é apresentar os processos de construção de tais jogos. Isto nos permite olhar a história mais distanciados de uma perspectiva factual e evolucionista, ao mesmo tempo em que não permite ao estudo fazer sumir os grupos que estão envolvidos nos jogos.

Contextualização, não tem aqui o caráter de aprisionamento, mas permite a apresentação de uma crítica aos estudos que tratam da questão da medicina como forma de controle social sem levar em consideração a estratificação social. A idéia de poder apresentada por Foucault tem sido para estes estudos a base teórica, assim como seus estudos sobre o mesmo assunto em outros países, principalmente na Europa. Sem entrarmos num debate muito caro a um grupo grande de intelectuais brasileiros, principalmente os antropólogos, que afirmam o Brasil como especialmente diferente dos outros países e muitas vezes melhor,

---

<sup>65</sup> *Ibidem.*

observamos que o apoio que estes estudos sobre os médicos às instituições médicas e outras formas de poder encontram na chamada teoria foucaultina tem muitas das vezes não só silenciado vários grupos sociais, como também os tem feito sumir. Isto acontece porque estes estudos identificam as relações de poder, mas tem dificuldade de pensar o rosto das pessoas que estão envolvidas nestas relações. O poder é relacional, mas ele opera em favor de alguns e contra outros.

Como um neófito das ciências sociais digo que sim o poder é criativo, controlador e transversal, mas é também instrumento de construção e desenvolvimento de diferenças, marcando a disputa entre grupos, beneficiando alguns em detrimento de outros. Neste sentido qualquer estudo sobre o surgimento de qualquer forma de poder no Brasil, uma sociedade que tem o racismo como uma das marcas, tem que considerar quando se tratar da desorganização social e as formas de propostas que pretendem resolver isto, a maneira como são praticadas e formuladas essas ações considerando também a questão das diferenças sociais. É necessário ao pesquisador em ciências sociais em qualquer lugar do mundo, e por isso no Brasil, enxertar discursos, conceitos práticas comportamentos para que se possa não silenciar, mas sim fazer falar as várias vozes numa pesquisa histórica.

Por outro lado se as pesquisas desenvolvidas através das propostas fornecidas pelo método “genealógico”, permitem o entendimento de novas práticas, novos dramas, estas pesquisas não devem ao desprezarem a idéia de origem, ou ponto de partida, afastar o problema do movimento que integra a realização das sociedades.

*Estão chegando os antropólogos.*

Se por um lado a apresentação do debate em torno da medicalização do crime não pode nos reter em uma relação imediata entre os acontecimento internacionais e o caso brasileiro, isto porque a construção do crime pode se realizar de formas diferente em contextos diferentes, por outro lado se constata que os dilemas descritos acima, as formas os meios, tendem a nos por em contato com o desenvolvimento científico internacional.

Sem defendermos a proposição de que o nome responde pelo processo histórico, e de que a história não é a realização dos interesses, dos mais gerais e dos mais específicos, disputados pelos grupos existentes, apontariamos Nina Rodrigues como um dos intelectuais mais importantes na produção de uma ciência social que se produziu primeiramente envolvida na relação entre medicina e sociologia. Nina Rodrigues parte da

medicina e através da psicologia desenvolve vários trabalhos sobre antropologia criminal.

Arthur Ramos um dos intelectuais que se posicionavam como pertencentes a escola Nina Rodrigues,<sup>66</sup> escreveu textos apaixonados em favor da importância da obra e do trabalho de Nina Rodrigues, segundo ele, fundamentais para a produção científica brasileira. Talvez com o mesmo ardor se encontra um grande número de outros intelectuais interessados em defender ou atacar a obra e até mesmo o próprio Nina Rodrigues, mas o que queremos aqui com a referência ao trabalho de Nina Rodrigues. Queremos é ver de que maneira os esforços deste autor participa do enfrentamento da questão da criminalidade.

Como Arthur Ramos assinala, Nina Rodrigues tornou-se um autor internacional em seu tempo, com vários trabalhos produzidos no exterior e com muitos debates travados com intelectuais de sua época; intensificou também a relação entre poder e ciência através de seu trabalho. Um dos caminhos, talvez o mais forte, foi o desenvolvido através da questão da criminalidade. Nina Rodrigues esteve bastante sintonizado com os estudos que eram desenvolvidos em outros países sobre o crime, discutindo em vários momentos os trabalhos produzidos lá. Não se limitou a repetir no

---

<sup>66</sup> Falaremos sobre esta escola através do trabalho de Mariza Corrêa, o que acontecerá mais à frente.

Brasil as técnicas e as metodologias internacionais - ele desenvolveu e bastante proposições internacionais, como observamos por exemplo em seu trabalho sobre Lucas da Feira, um criminoso do Brasil Império.

Na análise sobre o criminoso Lucas da Feira, que aparece no livro *Coletividades Anormais*, organizado por Arthur Ramos, Nina Rodrigues consegue desenvolver uma crítica ao trabalho de Lombroso, o estudioso italiano da criminalidade através das características físicas hereditárias ancoradas na ciência darwinista. Trata-se de uma crítica interna ao desenvolvimento da perspectiva lombrosiana. Nina Rodrigues continua considerando o estudo da composição física dos indivíduos na questão da criminalidade, assim como a consideração do critério racial, mas amplia as possibilidades de estudo da criminalidade, na medida em que à análise da constituição física passa a ser associada a análise psicológica.

O estudo de Nina Rodrigues sobre Lucas revela ainda uma perspectiva, que poderíamos chamar de envolvida por estudos não exclusivamente dominados pela medicina :

**“Vê-se também que, se Lucas fosse um criminoso nato, os caracteres vantajosos do seu crânio não seriam feitos para dar razão à observação seguinte de Lombroso, que há ‘nos criminosos um tendência ao exagero dos índices étnicos’, porque**

os seus não são verdadeiramente os índices das raças inferiores”.<sup>67</sup>

Para Nina Rodrigues, Lucas não era um criminoso nato. Toda dificuldade de classificação de Lucas como um Criminoso se baseava na distância que ele estava dos padrões físicos dos criminosos já conhecido e classificados, seguindo os padrões lombrosianos. Ao recorrer às características psicológicas de Lucas, Nina Rodrigues acaba por concluir “Era um selvagem domesticado que retomou entre nós toda a liberdade de suas atitudes.”<sup>68</sup>

Este é um texto bastante importante porque, porque mesmo se baseando em teorias evolucionistas e positivistas, não está preso a características naturais apenas e avança em direção de outras perspectivas. Por outro lado, é uma das possibilidades de aproximação da medicina das ciências sociais, menos dominadas pelas **biologizações** científicas. Menos dominada não significa desvinculada, não defendemos aqui a idéia de corte epistemológico ou qualquer coisa que o valha. Ao referir as “características criminais” de Lucas ao tempo histórico cultural apontando a diferença, Nina Rodrigues não só mantém o vínculo com um projeto evolucionista, como também da margem para que se faça, através

---

<sup>67</sup> Este texto de Nina Rodrigues de 1939, me lembrar de um estudo sobre um indivíduo zulu na África do Sul, que ora era classificado pelo regime do apartheid hora como louco, hora como criminoso.

<sup>68</sup> Ibidem.

de seu próprio trabalho, críticas aos estudos da criminalidade exclusivamente dominada por características naturais.

Nina Rodrigues identifica falhas nos instrumentos defendidos pela medicina no estudo da criminalidade, e isto fica nítido em sua conclusão sobre a análise do caso Lucas da Feira.

**“Compreende-se assim o valor que se deve dar à ausência de caracteres criminais no crânio de Lucas e vê-se como não podemos criticar os dados da antropologia criminal, pretendendo-nos preconcebidamente aos caracteres físicos com a exclusão de uma sábia análise psicológica. É preciso, antes de tudo, fazer dos criminosos um estudo completo”<sup>69</sup>.**

Não quero afirmar que Nina Rodrigues foi, e sua obra é, o lugar de discernimento entre medicina e ciências sociais<sup>70</sup>. O que estamos observando é de que forma o problema da criminalidade na maneira como ele estudou aponta a articulação entre às especialidades científicas. Isso pode ser visto com muita força nos percursos que ele desenvolveu. No caso Lucas da Feira estudado por Rodrigues já observamos uma aproximação entre especialidades<sup>71</sup>. Nina Rodrigues, como vimos fala neste caso de uma necessária participação, no estudo da criminalidade do

---

<sup>69</sup> Ibidem.

<sup>70</sup> Mariza Corrêa assinala que a relação entre antropologia e medicina assume caráter ambíguo no que diz respeito ao aspecto aproximação afastamento, porque se de um lado uma idéia de antropologia marcada por uma concepção biológica aproxima as duas ciências, é exatamente a crítica a biologização que afastará às duas.

<sup>71</sup> Entre os vários trabalhos que tratam deste assunto, ou seja, constituição dos saberes científicos no Brasil, Neste trabalho destacamos os estudos de Mariza Corrêa (1982) e de Lilia Moritz Schwarcz (1993).

que ele chama de **antropologia criminal**. É claro que por antropologia criminal não está se entendendo uma disciplina que se constitui no desenvolvimento de críticas mais efetivas ao desenvolvimento da ciência positivistas, ou evolucionista. Antropologia criminal é a filha mais nova de vários preconceitos que marcam a formação das ciências neste período. Levaria ainda algum tempo para à antropologia, não a antropologia criminal, renegar seus progenitores.

A idéia de uma antropologia criminal, falava sobre a participação do estudo das características sociais marcadas pela hereditariedade ou diferenças étnico-raciais.<sup>72</sup> Isto se comprova por exemplo nos referenciais utilizados por Nina Rodrigues sobre estudos sociais. No caso de Lucas da Feira, Nina Rodrigues lança mão de um livro intitulado *L'ethnografie criminel*, de um autor chamado Corre. Deste trabalho Nina Rodrigues tenta justificar a intervenção de aspectos sociais no estudo da criminalidade, apresentando citações como esta:

**“Nos Meios coloniais de população composita ( é a condição do Brasil) tem-se o meio, diz Corre, de distinguir o atentado intrínseco, aquele que se concentra em cada categoria étnica, que nasce da relações particulares dos elementos de cada raça entre si, e o atentado extrínseco, que sai de**

---

<sup>72</sup> É importante que se diga nos estudos destes autores, os que se consagraram estudando a criminalidade, o conceito de etnia aparece como sinônimo de raça ou ao contrário.

categoria, proveniente dos conflitos desta com suas vizinhas de outra origem.”<sup>73</sup>.

Nina Rodrigues usa os conceitos de crimes intrínseco e extrínseco para estudar o caso Lucas. Mas o detalhe mais interessante que deve ser apresentado vem no próprio comentário de Rodrigues. Na incorporação deste tipo de análise etnográfica ao estudo da criminalidade no Brasil, Rodrigues explica não só o conceito de criminalidade na forma que ele aplica, como também aponta a necessidade e o dever de se combatê-la. Ele mostra também o que está em jogo neste drama histórico.

“Logo, Lucas é bem um criminoso para nós outros brasileiros, que vivemos sob a civilização européia.”<sup>74</sup>

O criminoso, e é bom que não esqueçamos de como este é caracterizado, é um inimigo nacional, que ataca valores sociais mais sagrados e neste estudo Nina Rodrigues aponta um dos mais fundamentais - o modelo europeu de civilização. Os criminosos fazem isto por serem incapazes de se desvencilharem de seus preconceitos primitivos, que se tornam reminiscências quando vividos frente a outros contextos, podendo aflorar a qualquer momento. Daí a idéia de **selvagem domesticado**, que se desdomestifica através da subversão da ordem na realização do crime.

---

<sup>73</sup> Ibidem.

<sup>74</sup> Ibidem.

No discurso sobre a criminalidade vemos como o processo transforma os indivíduos em estrangeiros. Através da criminalidade os sentidos de pertencimento a um determinado grupo aparecem e se ratificam, assim como o nós e o eles se estabelecem. Mas Lucas da Feira que era “... um negro creolo e escravo”, foi membro da nação enquanto escravo, carregando toda potencialidade de estrangeiro que se revelou através do crime. No crime Lucas da Feira, revela sua impossibilidade de se tornar civilizado, de se tornar um nós.

Neste momento devemos dizer que para Nina Rodrigues o entendimento da sociedade brasileira passa fundamentalmente pela idéia de diferença. O enfrentamento de um dos problemas brasileiros, a criminalidade, nos mostra isso. O nós em Nina Rodrigues é um modelo europeu de civilização e o eles são todas as pessoas, gestos, atitudes e pensamentos que se colocam contra o desenvolvimento do modelo almejado, de organização social que se que afirmar. Aqui está o papel da ciência e tal como Comte havia colocado, ou seja como enfrentar os empecilhos postos ao desenvolvimento da razão<sup>75</sup>.

---

<sup>75</sup> Outro momento também bastante forte de explicitação do conceito de sociedade em Nina Rodrigues, aparece em seu estudo *Os Mestiços Brasileiros*. Neste estudo o autor ataca a idéia de povo brasileiro em função de um estudo dirigido pelo conceito de raça que afirmava a perspectiva de diferenças essenciais.

A idéia de potencialidades que acompanham a pessoa e que um determinado acontecimento ou uma situação pode transformar em significado mais explícito, é importante e fértil para se entender o conceito de sobrevivência que é sem dúvida uma das possibilidades de entrada dos grandes arcabouços teóricos com os quais várias pessoas fizeram ciências no Brasil.

Em Arthur Ramos o conceito de sobrevivência se tornou ferramenta de análise dos mitos e das religiões do que ele chamava Negro Brasileiro. Associando suas interpretações à uma psicologização do social, ele dizia que o negro brasileiro não conservava a lembrança de seus mitos primitivos, “Mas ficou dormindo no seu inconsciente coletivo a força emocional que outrora os criou”<sup>76</sup>. Ramos (1935)

No inconsciente coletivo, termo que reafirma a presença da psicologia nos trabalhos em ciências sociais, estaria presente, uma espécie de essência cultural ligada a novas estruturas e que pode ser revivida a qualquer momento. Neste trabalho Arthur Ramos assinala as várias deturpações dos cultos e dos mitos africanos. Em alguns casos, como ele

---

<sup>76</sup> Ramos, 1935.

afirma em seu estudo sobre *O folclore negro no Brasil*, existiu a utilização interessada que acabou servindo a inúmeros propósitos.<sup>77</sup>

Sobre a forma como os organismos de controle e repressão se lançaram contra o eles que viviam entre nós, o próprio Nina Rodrigues, falando sobre a polícia, já apresenta explicações. Em seu livro *os Africanos no Brasil*, analisando o código penal de 1890 e sugerindo uma comparação entre as formas de construção dos processos penais “na Bahia e na África selvagem”, ele diz que poderia ser visto que a polícia brasileira agia “inconscientemente de acordo com impulsos atávicos”.

Mais do que uma possibilidade de entendimento de uma especificidade da polícia brasileira em comparação com às polícias européias ou as dos Estados Unidos da América, através de uma aproximação da polícia brasileira com o “selvagerismo africano primitivo”, o que merece destaque é a interferência crítica dos cientistas sobre as formas de repressão, objetivando seu aperfeiçoamento. Nestas críticas como, assinala Mariza Corrêa, a própria polícia é vista como um dos problemas da criminalidade, ao operarem a partir, para falar como eles, de motivações primitivas.

---

<sup>77</sup> É importante assinalar que marca a história brasileira o ataque sistemático aos símbolos e os cultos realizados pelos descendentes de africanos no Brasil. Como o próprio Arthur Ramos apresenta em seu trabalho “Os fetiches referidos pelo ‘jornal’ e demais objetos colhidos em Maceió, nas batidas de 1912, ainda hoje se encontram (pelomenos até 1935, data de publicação do livro do autor) amontoados num dos porões da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados do Comércio, de Maceió”.

Não estou querendo dizer que há uma continuidade no processo histórico que explique a evolução da violência até a prática do extermínio. O que se pretende aqui é uma forma descontextualização do problema extermínio seletivo no Brasil pensando a limpeza social como discurso legitimador nas suas articulações que envolvem esta prática. Neste sentido a volta aos acontecimentos, aos estudos e aos eventos feitos aqui é, referência necessária. Por outro lado os conceitos de sobrevivência, atavismo, reminiscências cabe melhor na própria racionalidade que se nos apresenta, porque se a criminalidade para ela, razão, explica a impossibilidade de convivência dos **eles**, toda resposta a questão se dá através de referências a um estado de selvageria, e primitivismo onde se enquadram os denominados pela ciência de inferiores. É a ciência repetindo a prática utilitária do pensamento, construído e cavando uma fonte, da qual se retiraria toda explicação. Idéia de essência permanente cabe muito mais no próprio pensamento científico, do que nos outros que ele estuda.

*Quem tem medo da cara preta.*

Sobre formas possíveis de se ver e encontrar significado nos eventos acontecidos na história Brasileira, poderíamos apresentar a maneira como Gilberto Freyre nos propõe olhar para o 1889. Para Freyre,

declaradamente comprometido com uma visão mais contributiva das diferenças na formação do Brasil e do brasileiro, já havia no segundo império um acentuado caráter participativo envolvendo uma perspectiva democrática. O argumento fundamental de Freyre se verifica na idéia de “branqueamento” que para ele era uma das possibilidades de ascensão ao elemento de condição étnica inferior.

Apresentando exemplos de pessoas que já apareciam no período do segundo Império Freyre defende a tese de que:

**“ O processo de valorização do homem de origem modesta ou de condição étnica socialmente inferior, pelo título acadêmico, acentuou-se com o advento da república, e não apenas através das referidas Academias ou escolas Superiores, como através das Academias ou escolas militares.”<sup>78</sup>**

Freyre se esforça para estabelecer a perspectiva de contribuição e de participação menos conflituosa envolvendo as diferenças étnicas no Brasil, e indica o mérito como uma possibilidade de ruptura das “condições sociais inferiores”. Por outro lado deslocando a idéia de participação para o período imperial, Freyre se sente mais a vontade para desenvolver algumas críticas a organização da Primeira República.

Um dos destaques que interessa ao nosso estudo fica por conta da idéia de ascensão através da carreira militar. Segundo Freyre a

---

<sup>78</sup> Freyre, 1974.

participação de descendentes de africanos nas forças militares marca a ascensão como também pode informar sobre a idéia de contribuição das diferenças na formação da Nação brasileira. Freyre acusa a República de não saber trabalhar com tal perspectiva, ou seja, A contributiva. Assim ao contrário do Império que organizou inclusive uma guarda com homens negros (os Henriques) , a conhecida Guarda Negra, foi extinta na república. Freyre diz que a ordem republicana envolvida num forte positivismo não soube entender o processo que já se desenvolvia no Império e foi na república que se realizou o ataque mais sistemático a tudo que punha em risco o modo de vida europeu.

Um dos feitos da república foi desenvolver ataques à capoeira, no relato de Freyre: “Louva-se geralmente , e com *alguma razão*<sup>79</sup> , a república de 89, por ter conseguido, através do seu primeiro e enérgico chefe de polícia do Rio de Janeiro, Sampaio Ferraz, esmagar a capoeira na Capital do País”. Freyre não está totalmente de acordo, porque ao contrário do Império a República não soube se utilizar dos capoeiras. da contribuição do outro para a formação e o fortalecimento da especificidade nacional, ao contrário também do que aconteceu depois no

---

<sup>79</sup> O destaque no texto de Freire corresponde a tentativa de entender melhor a aspecto paradoxal apontado pelo autor, que se explicita neste momento.

período Vargas, quando novamente a capoeira é assimilada<sup>80</sup>. A primeira República extremamente envolvida nos ideais contidos não pensou na possibilidade de conversão. Por outro lado Freyre não se põe totalmente em desacordo com o ataque aos capoeiras, porque para ele também a capoeira, tal como se desenvolvia se caracterizava como atividade perigosa e ameaçadora da ordem e do progresso<sup>81</sup>.

Para Afonso Arinos de Mello Franco, olhando o passado estando ele no ano de 1936 e analisando o conceito de civilização Brasileira, o Brasil levou bastante tempo para se “emancipar e se diferenciar suficientemente da cultura”, cultura que para ele tinha um caráter primitivo e natural, quando ligado aos índios e aos negros. O trabalho de Franco serviu para entender melhor através da ciência evolucionista e positivista a constituição do perigo tal como ele se apresentava a partir da questão da legalidade. Segundo este autor a legalidade “indo-africana se apoiava na força. O poder era, assim respeitado porque temido.”<sup>82</sup>

Segundo este autor, a questão da legalidade encontra barreiras porque ela não consegue incorporar valores completamente racionais, se

---

<sup>80</sup> Além do estudo de Tomas Holloway, já citado, sobre a capoeira, existem outros estudos mais recentes que analisam esse tema, como o de Marcos Luiz Bretas *Navalhas e Capoeira*, 1989.

<sup>81</sup> Não estabeleceremos neste trabalho nenhuma discussão mais direta e mais sistemática com a perspectiva defendida por Gilberto Freyre sobre a sociedade brasileira o que nos interessa aqui é seu discurso contraditório que deste jeito se articula em nossa caminhada.

<sup>82</sup> Franco, 1936.

prendendo a formas primitivas presentes nos índios e nos descendentes de africanos. É a questão da razão versus o primitivo, sendo que o primitivo está nos negros e nos índios e a razão na ciência internacional. Repetindo uma prática muito comum na ciência que se desenvolve, no Brasil, desde Nina Rodrigues ele afirma: “a psique do brasileiro não se formou, porem, a este influxo de idéias. Ela assimilou os resíduos Afro-índios da concepção de legalidade filiada ao terror natural, à presença da força, desligada de qualquer compromisso com a razão”<sup>83</sup>.

O motivo de tanta citação se justifica pela quantidade dos trabalhos que são desenvolvidos através da oposição ao primitivo, por me permitir não falar deles apenas e por nos dar imagens da intelectualidade brasileira no que ela muito bem soube fazer: encontrar argumentos científicos para sua legitimação dentro dos jogos hegemônicos na sociedade brasileira. Entretanto é importante que se diga que não há homogeneidade nestes diversos discursos, se há alguma coerência entre eles se deve ao objeto de ataque destas teorias e aos pontos de encontros que meu estudo pude demonstrar. Nessas diferenças é que observamos a formulação das idéias de perigo, poluição, ordem, limpeza.

---

<sup>83</sup> Ibidem.

A grande peça teatral que apresenta nosso cenário histórico montado para a batalha contra a criminalidade, afirma o pensamento que diz do medo social também como potencialidade, e destacar que o medo se baseia na potencialidade significa entender a forma como o pensamento afetado pela diferença apresenta as maneiras que ele, como força hegemônica, ataca o perigo potencial que eventualmente se torna real. Nos olhos das formas de racionalidade onde navegam ciência, desenvolvimento e poder, existe o perigo constante de grandes tempestades que podem trazer à superfície toda violência, todo primitivismo, causando então a derrota da razão. Neste sentido o outro ( a capoeira, a guarda negra, os mendigos, os trabalhadores e pequenos delinquentes que são mortos pelos grupos de extermínio, às crianças que vivem nas ruas) é inimigo, é perigoso e potencializa todas as possibilidades de desordem. Aqui eu entendo melhor Mary Douglas.

É importante destacar também que potencialidade, não significa apenas medo, desordem e destruição. A idéia de potencialidade tal como estes estudos nos sugerem, pode ser relacionada a criatividade a desenvolvimento, a segurança; isto está nítido no discurso de Freyre. Sua crítica à república se baseia na idéia de que com o fim do Império à sociedade brasileira ficara mais desorganizada.

No trabalho de Mariza Corrêa, *As Ilusões da Liberdade a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil* institucionalização do saber, como forma de controle e investigação por parte do poder sobre as “leis sociais” e a sociedade, se relacionava com o contexto internacional, passando por um atalho. O problema da nacionalidade enfrentado no Brasil pelas ciências apontava para a questão racial, ou como ela diz: “O atalho que esta questão tomou no Brasil estava diretamente ligada à presença entre nós de milhões de descendentes de africanos”<sup>84</sup>.

O que a autora classifica como atalho identificava a partir do próprio trabalho desses cientistas a construção, ou a interpretação, desse grupo, descendentes de africanos, como **classes perigosas**, tendo as classes perigosas no Brasil características que às diferenciavam das de outros países como a Inglaterra, a França e Itália. No projeto de uma ciência que de um lado se punha em sintonia com o movimento científico internacional através da questão da nacionalidade, e de outro lado construía uma especificidade projetando a idéia de **inimigos da pátria**, ou para usar expressões da época, do povo brasileiro ou da raça brasileira, nos descendentes de africanos escravizados no Brasil, a questão da

---

<sup>84</sup> Corrêa, 1982:19.

criminalidade se torna veículo importantíssimo de desenvolvimento da ciência e da Nação.

O próprio trabalho de Nina Rodrigues, que se desenvolve dialogando com a ciência ocidental, demonstra através de suas críticas, a especificidade que tomam teorias internacionais quando colocadas frente aos problemas brasileiros. Segundo o autor o Brasil teria diferenças étnicas e regionais mais definidas.

O trabalho destes cientistas afirma a construção de um percurso que passa pelo estabelecimento de conceitos que permitem a um tipo de racionalidade capturar a vida social brasileira. É assim que o conceito **negro** se transforma em instrumento dentro do arcabouço técnico científico. Até porque a ciência defendia com bastante firmeza o papel de utilidade social; fazer ciência equivalia, a contribuir para o desenvolvimento humano.

Nos estudos científicos, assim como nos discursos da sociedade marcada pela escravidão, a história do conceito negro define a construção de um objeto, que quando analisado através de seu desenvolvimento demonstra a própria construção das ciências sociais no Brasil. No caso da antropologia é comum entre os estudiosos da formação da disciplina no Brasil, identificá-la através de uma vinculação desta com a medicina.

Segundo Mariza Corrêa, a vinculação se apresentava não só na formação dos discursos, mas também na própria formação dos primeiros antropólogos.

Neste momento se faz necessário assinalar que através da questão da nacionalidade, os descendentes de africanos escravizados no Brasil, não aparecem como componentes de estudos sociais que pudessem entender a questão racial como algo mais amplo, que revelasse estruturas de poder e dominação sobre estes. O **negro** nos trabalhos científicos da época corresponde a uma perspectiva de poluição e de entrave; os negros eram o problema. Para um pragmatismo científico arraigado de preconceitos a pesquisa correspondia à busca de leis e respostas objetivas para resolução de problemas enfrentados pela organização do saber hegemônico. Como ilustração deste argumento poderíamos apresentar alguns títulos que informam sobre o interesse científico daquela época. *O animismo Fetichista dos negros Baianos* de Nina Rodrigues, *Hereditariedade e Eugenia* de Octávio Domingues, *As coletividades anormais* de Nina Rodrigues, *O Negro no Brasil* de vários autores, que foi um trabalho apresentado ao II Congresso Afro-Brasileira.

No romance *Quincas Borba* de Machado Assis, cuja primeira publicação data de 1891 vemos um debate interessante, que informa sobre

o discurso científico daquela época. Quincas Borba, personagem que tem sua origem no romance *Memória Póstumas de Brás Cubas*, trabalho também de autoria de Machado, discute com um amigo, seu achado filosófico, seu conceito fundamental. Dentro da explicação do que seria *Humanitas*, o tal conceito filosófico fundamental, a personagem construída por Machado diz:

**“Não há morte. O encontro de duas expansões, ou a expansão de duas formas, pode determinar a supressão de uma delas; mas, rigorosamente, não há morte, há vida pois a supressão é condição de sobrevivência da outra, e a destruição não atinge o princípio fundamental e comum. Daí o caráter conservador e benéfico da guerra.(...) Daí a alegria da vitória, os hinos, aclamações, recompensas públicas e todos os demais efeitos das ações bélicas. Se a guerra não fosse isso, tais demonstrações não chegariam a dar-se, pelo motivo real de que o homem só comemora e ama o que lhe é agradável ou vantajoso, e pelo motivo racional de nenhuma pessoa canoniza uma ação que virtualmente a destrói. Ao vencido ódio ou compaixão; ao vencedor às batatas”**<sup>85</sup>

Este texto ilustrativo é apenas um relâmpago da gênialidade de um autor que soube fazer de sua obra uma encruzilhada por onde passam vários pensamentos filosóficos, científicos e artísticos, que se torna por isso um espaço de criação. Para este estudo o texto de Machado depõe em favor da discussão sobre a concepção de ciência que se marca pelo darwinismo. A idéia de que a guerra é um componente que integra a vida

---

<sup>85</sup> Assis (s/d: 21-22). As batatas são, no exemplo de Machado de Assis, o objeto de disputa e o pretexto para a guerra, que é a condição necessária a sobrevivência.

diz que através dela o desenvolvimento não pressupõe nem vencedores e nem vencidos, só o próprio desenvolvimento. Respondendo a Rubião, seu interlocutor e discípulo que lhe pergunta sobre a opinião do exterminado, Quincas Borba o filósofo diz: “Não há exterminado. Desaparece o fenômeno; a substância é a mesma. (...) A higiene é filha de podridões seculares; devemo-la a milhões de corrompidos e infectos. Nada se perde, tudo se ganha.”

O extermínio e tudo que se produz com ele, pode ser legitimado em função da substância que corresponde a necessidades naturais, ou seja, a guerra e uma necessidade legítima por que ela é o veículo de transição. Através da fala do personagem de Machado observamos que as saídas, as descobertas surgem daquilo que classificamos como indesejável. O personagem defende a necessidade dos opostos com unidade que se explica no desenvolvimento.

*Crime: ainda sobre a história do conceito.*

Assim como uma história do conceito de negro informa sobre a construção de parte da noção de ciências no Brasil, o conceito de criminalidade diz sobre o envolvimento das ciências sociais com a medicina, descreve a construção da antropologia e desenvolve práticas de poder dando permanência a focalização dos descendentes de africanos

escravizados no Brasil, como inimigos sociais, como empecilho ao desenvolvimento e ao progresso.

Em seu trabalho *As Ilusões da Liberdade ...* Mariza Corrêa aponta a necessidade de fazer um estudo da história de um outro conceito, o conceito de periculosidade, que se desenvolve nos trabalhos internacionais da chamada antropologia criminal, assim como nos desenvolvidos por Nina Rodrigues, conceito que se alonga até ser incorporado no código penal brasileiro de 1940, código que está até hoje em vigor. Esta proposição é bastante interessante porque, este conceito que aparece nos trabalhos científicos nacionais a partir do estudo da criminalidade tal como se desenvolvia na Europa, ganha através da medicina, passando pelo direito e indo até às leis caráter de verdade e paradigma, porque ele consegue sintetizar várias práticas se tornando instrumento.

O conceito de periculosidade teve por veículo os trabalhos realizados pela medicina legal, em seu desenvolvimento articulado com técnicas internacionais admitidas aqui no Brasil. A idéia fundamental que orientava estes estudos era a de que havia a necessidade de se manter a **ordem social**. Na defesa da ordem social, estes cientistas desenvolviam estudos objetivando o entendimento das **cousas naturais da criminalidade em nosso País** . Nas décadas de 1920 e 1930 os

envolvidos com a questão da criminalidade partem para uma série de pesquisas, objetivando encontrar nos criminosos características físicas, psíquicas e sociais que pudessem fornecer a sociedade um entendimento mais seguro das cousas da criminalidade e consequentemente, planos mais eficientes de defesa social, ou seja, a ciência em função da sociedade, através dos grupos sociais que continuam sendo postos em função da ciência.

Na execução do projeto de defesa social e de manutenção da ordem, se lança mão de vários instrumentos científicos internacionais, construídos a partir do desenvolvimento da própria ciência em seus estudos sobre criminalidade. Um destes instrumentos que foi utilizado no Brasil, foi a chamada biotipologia, que segundo Corrêa é apresentada no I Congresso Latino Americano de criminologia (Buenos Aires - 1938), por Leonídio Ribeiro médico brasileiro, na época, diretor do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro. A biotipologia é apresentada através da exposição de dois trabalhos realizados no Rio de Janeiro. Segundo Leonídio esta ciência era capaz de "...estudar o homem classificando os numerosos tipos humanos, num método rigoroso de estudo integral dos fenômenos morfológicos, funcionais, morais, afetivos, evolutivos e intelectuais."<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup> In Correa, 1982.

Como já dissemos estas pesquisas objetivavam à prevenção do crime que segundo estes pesquisadores seria possível dominar.

**“... desde que se lograsse classificar biotipologicamente, desde a primeira infância, todos os indivíduos, especialmente aqueles que, pela sua constituição e tendências, pudessem ser considerados como *pré-delinquentes* e, por isso, passíveis de *medidas especiais de tratamento e educação*, capazes de corrigir ou atenuar suas anomalias e conseqüentes reações anti-sociais”<sup>87</sup>.**

Leonídio Ribeiro, desenvolve na década de 30, uma enorme batalha no sentido de tornar obrigatória a identificação civil, que se legitimava através dos resultados apresentados das várias pesquisas que ele desenvolvia sobre criminalidade, pesquisas que tinham determinações práticas que deveriam ser adotadas pela sociedade. Numa articulação entre criminalidade e trabalho Leonídio acaba definindo melhor suas intenções e o dimensionamento da defesa.

**“É preciso, ao meu ver, tornar obrigatório a identificação civil de todos os trabalhadores pelo método científico da dactiloscopia, afim de defender a sociedade e de proteger os patrões”<sup>88</sup>.**

Este autor deixa bastante nítido em seu trabalho, a importância da incorporação por parte do estado de uma perspectiva orientada pelo desenvolvimento científico, tanto que a idéia de identificação civil

---

<sup>87</sup> Ibidem.

<sup>88</sup> Ibidem.

deveria, segundo ele ser articulada a outras formas de controle por parte do estado na população em defesa da ordem social. Neste sentido, as pesquisas deveriam desenvolver estudos que pudessem dar conta não só daqueles que estavam envolvidos pelos controles institucionais definidos, como as escolas, as igrejas, as prisões e os outros vários mecanismos do estado, mas também dos outros indivíduos que de alguma forma fugiam aos espaços de controle e poder. O Estado deveria criar, a partir dos resultados das pesquisas, “os abrigos para menores”<sup>89</sup>. A cidade do Rio de Janeiro deveria se espelhar, novamente, em outros modelos municipais, que haviam construído formas de controle das questões que impunham perigo a ordem social, e de fato foi isso que se realizou.

A idéia do controle por parte do Estado através do isolamento dos elementos que apresentavam perigos à ordem social, se articulava no entendimento do crime como doença. O conceito de periculosidade, matéria dos estudos e dos cursos na cadeira de Medicina Legal, permitia que se fizesse tal articulação, na medida em que a criminalidade, como algo que se realiza a partir de características naturais hereditárias, ou seja, adscritas, se ligava aos estudos científicos sobre a doença de uma forma geral. É de Afrânio Peixoto, outro médico que se auto intitulava seguidor

---

<sup>89</sup> Mariza Corrêa destaca a preocupação destes cientistas com a questão das crianças e adolescentes que naquele momento fugia ao controle da ordem social. Para um entendimento melhor desse assunto, ler o capítulo três de *As Ilusões da Liberdade a Escola Nina Rodrigues e A antropologia no Brasil*.

dos esforços de Nina Rodrigues, o pensamento que melhor define esta articulação.

“Porque não considerar o criminoso *doente social* da mesma maneira? A noção de periculosidade ocorre a isso, assimilado o perigoso social ao perigoso sanitário ou perigoso psicopático, declarado alienado. Mas a disparidade começa porque só se isola ao doente social declarado depois do crime, quando a prevenção social obriga, sanitariamente, a segregar o possivelmente infectado, perigoso higiênico, infectante, antes de infectador. Porque não corrigido pelo cárcere, com trinta anos nossos, ou nos anos soviéticos, entrega-se à sociedade o irresponsável o irresponsável, como não faríamos, com igual critério, ao pestoso de mais de dez dias, ao varioloso ainda doente além de vinte, ao tífico que está longe de são aos trinta? Prazos de cura ou reforma serão tão absurdos sanitariamente quanto absurdos sanitariamente, quanto penalmente.”<sup>90</sup>

Peixoto trabalha com o pensamento de que existem na sociedade vários focos, que podem a qualquer momento infectar os que não estão doente. Segundo ele a idéia de periculosidade aparece como um grande progresso nas leis penais porque incorpora a perspectiva de “prevenir antes de curar”. Prevenir significa **extinguir os focos**, numa política mais ampla de higienização, política que incorpore a criminalidade como doença.

---

<sup>90</sup> Ibidem.

Desse jeito, a questão da criminalidade se desenvolve através do conceito de periculosidade, recebendo no totalitarismo do Estado varguista elementos necessários a sua realização. É neste período que, a medicina investe também mais efetivamente na popularização de seus argumentos. Como exemplo disso vemos os textos que são apresentados no *Boletim Eugênio*, veículo de divulgação das proposições médicas da época, criado em 1929. *O Boletim Eugênio*, defendia as proposições mais fundamentais do movimento eugênista internacional definidas assim:

**“A eugênia estuda as leis da hereditariedade no que diz respeito a conservação e ao progresso do gênero humano: 1º ) Fomentando a Reprodução dos melhores elementos. 2º ) Restringindo a fertilidade dos inferiores e incapazes. A eugenia aplica as leis biológicas para o aperfeiçoamento integral da humanidade”<sup>91</sup>.**

Segundo os eugenistas a tarefa era proteger a sociedade contra o que eles chamavam de medíocres, que representam à maioria no mundo e que eram a ameaça mais terrível a toda humanidade. *O Boletim Eugênio* tinha um caráter panfletário. Os objetivos dos médicos através dele era o de contemplar toda sociedade, neste sentido os textos apresentados eram curtos, numa linguagem que não se estreitava no discurso exclusivamente técnico, os artigos eram curtos e fundamentalmente informativos com a intenção de convencimento.

---

<sup>91</sup> Renato Kehl, *Boletim de Eugênia*. Abril de 1931, ano III no28.

Neste boletim circulavam artigos científicos, pesquisas e depoimentos de pessoas de vários países que defendiam os ideais eugênicos como dever a ser seguido por todos, na luta contra os mediócras que aumentavam, segundo eles, diante do desenvolvimento dos instrumentos tecnológicos no mundo. Para os eugenistas, “Com o advento das máquinas e dos aparelhos automáticos, os mediócras foram aos poucos deixando à margem como inúteis, aumentando, assustadoramente, o mundo de indigentes”<sup>92</sup>.

Aqui vemos o discurso eugenista interpretar a marginalidade, não como um lugar definitivo, mas como um *locus* jogado no tempo. A marginalidade assim como a criminalidade advém do espaço das possibilidades onde se criam os criminosos, mediócras e indesejáveis.

Os classificados, pelos eugenistas, como mediócras cresciam ainda mais com o aumento da miséria. Eles argumentavam sobre um problema histórico e social a partir dos parâmetros biológicos. Para eles só “um sério programa de profilaxia da procriação poderá reduzir, progressivamente, essa avalanche de infelizes que constituem grave **perigo** para a comunidade”.

---

<sup>92</sup> Ibidem.

Com títulos extremamente apelativos, investiam através de valores morais em defesa de suas proposição que passavam pelas instituição mais sagras, como casamento. Em um artigo do Boletim, que tinha como título, “QUEM AMA O POVO BRASILEIRO, DEVE NOS AJUDAR NA CAMPANHA EM PRO DA EUGÊNIA”, Renato Kehl afirmava:

**“Enquanto não se estabelecer a proibição matrimonial para os inaptos para a procriação rígida ou sua esterilização, a educação e a higiene não conseguirão diminuir as anomalias, os vícios e os crimes, em suma, não levantaram o nível da coletividade.”<sup>93</sup>**

Os eugênistas se colocavam também contrários às práticas filantrópicas que ao ajudarem os chamados mediócras, depunham contra a seletividade social. A filantropia deveria se voltar para os “normais”, e não somente para os “doentes” e “degenerados”. A filantropia mal direcionada, segundo os eugenistas, era um fator de indigência e de degradação social. Neste sentido a sociedade, como eles propunha deveria esta voltada para o incentivo ao casamento mais cedo dos chamados normais, para que eles pudessem procriar mais, fomentar incentivos a educação e à profissionalização, para que eles pudessem vencer a batalha social.

---

<sup>93</sup> Ibidem.

Ao contrário de Nina Rodrigues que se preocupava em diferenciar criminalidade de loucura, o discurso eugenista em muitos momentos associava as duas coisas dentro de um mesmo problema, apresentando resultado de pesquisas desenvolvidas em outros países, eles objetivavam articular propostas internacionais. Assim, o Boletim de Eugenia apresentou entre outros, os dados de uma pesquisa realizada nos Estados Unidos da América, onde 15.000 criminosos haviam sido levados para laboratórios psiquiátricos e psicológicos para atestar que “25% eram débeis mentais, 35% psicopatas, 5% sofriam outros defeitos mentais.”<sup>94</sup>

Através desse expediente os eugenistas resolviam o problema. Colocavam todos os indesejáveis sociais dentro de um mesmo grupo, contra o quais poderiam se utilizados os mesmos antídotos. Os propostas de ataque dos eugenistas apresentavam 3 possibilidades: Controle da natalidade; esterilização e a pena de morte. Em artigo publicado também no Boletim de Eugenia com o título: “*Birth-Control*, Esterilização e Pena de Morte, o Prof. Octávio Domingues analisa as 3 medidas como possibilidade de enfrentamento do problema. O birth-control, seria a forma de regularização dos nascimentos de modo a evitar a formação dos chamados por eles, foco de infelizes; a esterilização deveria ser aplicada obrigatoriamente nos seguintes indivíduos: “delinqüentes, tarados

---

<sup>94</sup> Ibidem.

mentais, com extensão aos portadores de males hereditários, mais neste caso em caráter compulsório”. E a pena de morte que se baseava na extinção dos criminosos através de morte sumária. Segundo o autor deste artigo, os cultores da Eugênia só proclamavam as duas primeiras medidas, por acreditarem ser possível através delas diminuir a porcentagem dos condenados ao pauperismo, à delinqüência, à vida miserável; outra provocar a regeneração dos tarados evitando que a sua infelicidade se distribuisse por outros mais - filhos de seu sangue, carne de sua carne.

O que é importante assinalar é que de fato todas às medidas foram adotadas no Brasil, em alguns momentos de forma clandestina e em outros momentos de forma oficial. A pena de morte e a esterilização de mulheres ainda continuam sendo adotadas de forma não oficial em vários lugares do país, e o caso do extermínio seletivo se enquadra neste contexto.

Por outro lado qualquer estudo crítico que se faça à forma como o Brasil trata a questão da criminalidade em sua história, identificará que as mudanças no entendimento do problema, não conseguem deixar de desenvolver seus preconceitos. A realização do conceito na história incorpora as verdades mais autoritárias, para usarmos palavras que são muito caras à história de construção deste projeto, diríamos que a criminalidade se fertiliza das verdades mais preconceituosas, ela descansa

na sobra do autoritarismo, que cresce como possibilidade de libertação e de resolução dos entraves que suas construções identificam.

*Periculosidade na lei.*

No Código Penal Brasileiro, onde o conceito de periculosidade, serve como instrumento e referencia. O Código, que foi criado no Governo Vargas na década de 1940, é um dos espaços, de articulação e sintetização, onde é possível encontrar várias pistas do processo de atualização da norma, e da maneira como o entendimento da criminalidade organiza no enfrentamento.

O Artigo 76, que trata das medidas de segurança, já pensa a questão da periculosidade, quando diz que pode ser aplicada “quando ela pressupõe a periculosidade do agente”. Ora como é possível pressupor a periculosidade de alguém? O código responde em seu artigo 77.

**“II a periculosidade é presumida naquele que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento e também naquele que, em virtude de perturbação da saúde mental, ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não possuía, ao tempo da ação ou omissão, a *plena capacidade* de entender o caráter**

**criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”<sup>95</sup>.**

A formação da idéia de periculosidade se baseia em conjecturas que são estabelecidas em função da compreensão dos **homens da lei**, podendo o Juiz estabelecer, a partir de seus critérios, os elementos de construção das conjecturas. Um dos elementos mais importantes neste processo de construção da periculosidade, é a análise da personalidade do indivíduo, que deve corresponder a investigação:

**“ À formação social e cultural do acusado, o exame do meio em que vive, suas reações neste meio, sua maneira de se comportar no ambiente de trabalho, na vida familiar, enfim fatores capazes de retratar sua personalidade sob as mais diversas facetas. É indispensável a efetiva prova de caráter perverso em face das atitudes do réu, não bastando a existência de outros processos em andamento”<sup>96</sup>.**

O que orienta a construção das ações, e até mesmo da Lei, são preconceitos que se articulam em verdades científicas, ou dizendo de outra forma, verdades que são construídas para corresponder aos preconceitos mais caros no desenvolvimento do poder. Se o perigoso já não é visto como fruto exclusivamente de causas naturais, elas, às causas naturais, não deixam de participar da construção da idéia de periculosidade, que

---

<sup>95</sup> Pontes s/d. É impossível não lembrar de Nina Rodrigues, em seus estudos sobre características dos criminosos e em tudo o discurso da chamada Antropologia Criminal. Rever o caso Lucas da Feira apresentado neste trabalho.

<sup>96</sup> Ibidem.

aponta para a formação da personalidade dos indivíduos. Esses termos são veículos por onde a criminalidade se desloca na história brasileira.

Os historiadores têm nos fornecido brilhantes trabalhos sobre as questões que giram em torno da construção da nação brasileira em momentos de crise. Isso se verifica por exemplo nos mecanismos de construção em uma sociedade que busca a liberdade para as ações que possam garantir a sintonia do projeto de desenvolvimento brasileiro com nações-modelo.

Lógico que o Brasil não importou simplesmente um modelo de desenvolvimento francês, onde não se possa observar a construção de uma **especificidade brasileira**. Se por um lado na França é com o desenvolvimento das estruturas urbanas que se desenvolve a medicina social, no Brasil a construção de uma medicina social se realiza no debate sobre a apresentação de saídas para o que os médicos chamavam de desorganização urbana, que como já vimos leva em consideração o medo da criminalidade que se apresenta inclusive nas câmaras municipais, onde observamos a identificação dos africanos e descendentes de africanos escravizados como perigo.

A incorporação dos referenciais europeus de modernização no Brasil passa pelo crivo da especificidade, o que acaba por desenvolver a

diferença como meio de conquista da sintonização, ou seja a leitura das modelos acabaram por se envolver em problemas práticos brasileiros.

Com o auxílio da propaganda, algo imprescindível aos regimes autoritários, a polícia carioca pôde promover uma ação de combate ao crime que entre outras coisas criou na história brasileira a figura do **esquadrão da morte**, o que se caracterizava pela idéia de resolução do crime e da violência, através do uso também da violência pelo aparato repressivo do estado<sup>97</sup>. Ainda que na sociologia de Durkeim se tenha aprendido que o crime pode se compreendido como parte integrante da vida social, já que não há sociedade sem crime, o discurso policial associava a matança ( ou extermínio) de bandidos à solução do problema da criminalidade.

#### *Quem tem a cura?*

O final da década de 70 e início da década de 80, tem sido caracterizado como um período de abertura política consentida. Neste momento há uma preocupação com as formas e as possibilidades de mudanças de fato na sociedade brasileira, que até ali se via envolvida num regime autoritário. Neste contexto um dos problemas a ser enfrentado era

---

<sup>97</sup> Weber, 1974.

a nossa doutrina de segurança nacional (DSN), um dos argumentos basilares da ditadura.

É importante destacar, que neste momento a questão da criminalidade continua sendo tratada como doença e marcada por características hereditárias. A criminalidade é vista como ameaça a sociedade. Dominada por conceitos da medicina, ela se desenvolve pelos círculos debate e proposição social. No plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro ela é apresentada como uma doença inerente a natureza humana, onde a sociedade, repito, aparece como corpo:

**“ Tal como o corpo humano relativamente à enfermidade, o organismo social de modo algum se acha imune ao crime, e este em última análise, constitui uma fatalidade atávica, uma espécie de gene maldito que transmite os caracteres da violência e da destruição”<sup>98</sup>.**

A investigação sobre o "pensamento brasileiro", que estabeleceu parâmetros para criação da ESG e a DSN, leva Vieira até dois autores: Alberto Torres e Oliveira Viana. Estudando suas produções pôde observar o que ele chamou de paralelismo de idéias presentes na Doutrina de

---

<sup>98</sup> Aguiar, 1977.

Segurança Nacional e nas maneiras como a ESG se utilizava das noções de Estado, Elite, Nação e do Caráter brasileiro<sup>99</sup>.

Para Vieira<sup>100</sup>, a persistência de traços autoritários encontrados nessa época, oriundos da doutrina de Segurança nacional, representava o seguinte problema: a Doutrina de Segurança Nacional implantada no Brasil através da Escola Superior de Guerra (ESG), que foi criada em 1949 no governo Dutra, não era apenas uma reprodução das proposições teóricas elaboradas pelo Pentágono a partir de 1945. A (DSN) implementada neste país apresentava uma certa especificidade, assim como em toda América Latina. Uma das marcas desse especificidade estava no fato da América Latina ter passado por experiências de ditaduras militar, mas a (DSN) revela um grande processo de maturação ideológica presente nos argumentos de militarização de nossa sociedade.

Para o Deputado Frota Aguiar, tal como o trabalho desenvolvido pela biologia, a sociedade deveria desenvolver mecanismos que pudessem controlar este **mal**, para que “os efeitos de sua potencialidade fiquem circunscritos a um mínimo de dano social”, porque como ele diz se esse mal foge ao controle, pode “irradiar formando múltiplos focos”, o que

---

<sup>99</sup> Neste trabalho recorro a essa discussão para dizer que a preocupação apresentada por Viera, não ficou naquele tempo, mas hoje ainda é importante perguntar sobre o autoritarismo que possibilita à nossa sociedade, o terror sobre a vida humana, no caso desse estudo sobre o problema do extermínio seletivo.

<sup>100</sup> Viera, 1979.

tornaria uma endemia, numa epidemia. O crime não só é visto como uma doença, mas uma doença que possui o risco de contagiar.

**“É uma doença, hoje de tal modo generalizada, que contra ela se mostra inoperante a medicina tradicional e os meios normais de profilaxia para evitar o contágio”<sup>101</sup>.**

O ataque às doenças incorporando (o crime também em seu discurso), orientado pelas idéias de higiene que levavam o poder público a dirigir suas ações de controle e terror aos espaços de moradia dos pobres, descrevia a forma como se relaciona pobreza a perigo<sup>102</sup>, prática que alias não deixou de ser usada no combate a criminalidade e da violência. A operação Rio e as chamadas batidas constantes da policiais as favelas, confirmam isto.

O estudo da criminalidade e da violência não pode ser pensado distante da construção sócio-cultural, em que se apresenta inclusive o papel desempenhado pela mídia. As marcas desse problema ainda se apresentam pelo esforço constante em atá-lo a dimensões naturalizantes. Nesse sentido a produção do criminoso está colada às idéias que essa sociedade tem de inimigos da Pátria. Pela mídia a super-valorização do medo, a construção de um tempo inexorável, veloz e freqüentado através das imagens do

---

<sup>101</sup> Aguiar, 1977.

<sup>102</sup> Na história brasileira as idéias que relacionam pobres a perigo já aparecem nas discussões sobre o código penal, abolição da pena de morte e abolição da escravidão. Ver sobre isso os debates parlamentares de 1930.

espetacular, e a projeção de uma insegurança insuportável. muitas vezes vão ao encontro dos desejos mais autoritários de justiça. É neste ambiente em que se encontram os discursos da pena de morte e de legitimação do uso da força.

O que permite articular a prática do extermínio, e toda encenação que o acompanha, dentro da história são as interpretações que apresentam o crime como uma matéria que deve ser atacada definitivamente. O crime marca não só uma transgressão, mais coloca em risco a própria ordem. Criminalizar é localizar o perigo, que se apresenta como uma ameaça. A legitimidade conquistada pelos ataques e pela construção dos perigos, demonstra que o medo não coisa de criança e que ele pode camuflar posicionamento ideológico, político, religioso, moral e até mesmo o cinismo social.

Estas anotações históricas são importantes mas precisam ser intensificadas, faremos isto através de uma análise antropológica, que possa tornar este processo mais significativo. Por isso no próximo capítulo atravessaremos este rio com os remos fornecidos pela teoria antropológica.

### III. POLUIÇÃO DA ORDEM E OS ESPETÁCULOS DAS PURIFICAÇÕES.

#### *Impureza e marginalidade*

**"... se impureza é um assunto inoportuno, devemos investigá-lo através da ordem. Impureza ou sujeira é aquilo que não pode ser incluído, se quiser manter um padrão"<sup>103</sup>.**

Este trecho do livro de Mary Douglas, nos aproxima de uma perspectiva que nos permite pensar na diferença e refletir sobre os estudos a respeito da violência, marginalidade, crime e exclusão. A questão da impureza deve ser estudada a partir da limpeza. O caminho para o entendimento dos projetos que se colocam contra a desordem deve estar direcionado para as concepções de ordem, onde se armam as defesas e os ataques às ameaças.

Em Douglas os discursos que pretendem legitimar as ações sobre limpeza são construídos a partir das idéias que nossas sociedades têm de ordem. Neste sentido o conceito de limpeza envolvido numa perspectiva moral se descobre como veículo de desenvolvimento da ordem, ou seja, não se pode falar em marginalidade, exclusão sem pensar na ordem e em

---

<sup>103</sup> Douglas, 1966.

suas maneiras de sustentação; por isso falemos do jogo, do teatro, dos processos e possibilidades.

O trabalho de Douglas continua discutindo o problema da **poluição** sob a perspectiva dos valores morais, chamando a atenção é claro que nem todas as idéias de poluição estão inscritas em códigos morais, mas é importante perceber quando se inscrevem e de que forma isso acontece.

Por outro lado, a discussão em que se relacionam as idéias de limpeza, pureza, perigo, marginalidade e crime nos faz pensar, através do estudo dos processos de legitimação das ações dos grupos de extermínio, que não podemos falar em eventos extraordinários e desconectados das formas de construção das relações sociais no Brasil. Os dramas sociais que inscrevem na história brasileira as figuras de grupos organizados para matar, não estão presos na distância do tempo absurdo, da maldade estranha, e devem ser enfrentados como acontecimentos capazes de falar sobre esta nação.

É em *Pureza e Perigo* que podemos observar uma relação bastante interessante analisada por Douglas, sobre o conceito de perigo nos trabalhos em antropologia. Para esta autora, Lévi-Bruhl estudando o problema do sangue menstrual já sugere uma observação sobre o perigo,

na medida em que neste autor o entendimento que alguns povos fazem desta questão, a menstruação ou não, diz de uma idéia de perigo, porque o sangue menstrual é visto como o aborto de alguém. De um lado diz esse mesmo autor em suas pesquisas, um feto nascido prematuramente tem um espírito malévolos, **perigoso** para os vivos, por outro lado o sangue menstrual é entendido como algo ruim; na medida em que ele significa um pessoa que não pode viver.

Esta discussão parte dos estudos sobre ritual, porta de entrada para antropologia. A idéia de perigo, no contexto ritual, descreve uma preocupação em controlar, a partir da ordenação um mal construído que indica a explicação<sup>104</sup> de um evento, o que aparece em Lévi-Bruhl como uma forma de localização do perigo na marginalidade. Vejam que aqui já se nos apresenta o pensamento de que o perigo que se desenvolve na marginalidade, e que ameaça a ordem, deve ser objeto de controle e de preocupação, ao mesmo tempo o controle e a preocupação impedem que se perca a idéia de processo e de movimento.

Mas é em Van Gennep a partir dos estudos sobre ritual, que a idéia de perigo social melhor se apresenta. O perigo situa-se no limiar, ou seja

---

<sup>104</sup> Da Matta na introdução do livro *Carnavais Malandros e Heróis*, também desenvolve uma proposição em que se nos apresenta o ritual como forma de entendimento da sociedade, mas ao meu ver há neste trabalho uma dificuldade na resolução da questão sícronia/diacronia, o que me faz me afastar deste estudo.

na transição. esse lugar indefinível, ou um não lugar. O que representa esse não lugar, deve ser controlado pelo ritual que pretende separar a pessoa do velho *status* segregando-a por um tempo, para depois retorná-la numa atividade pública ao novo *status*. A análise do ritual observa que não só a transição em si é perigosa, mas os rituais de segregação constituem também grande perigo dentro do processo.

A distância que separa Lévy-Bruhl de Van Gennep está em que o pensamento do último coloca numa perspectiva sociológica a idéia de perigo relacionada à marginalidade. Por outro lado, o que torna estes dois autores próximos um do outro é, não por ironia do destino, a marginalização sofrida por um processo que Pina Cabral vai chamar de discursos hegemônicos.<sup>105</sup>

A forma como o conceito de marginalidade aparece nos estudos de Van Gennep é visto por João de Pina Cabral<sup>106</sup>, como uma das mais importantes descobertas empíricas desenvolvida pela antropologia. É importante assinalar que o trabalho de Van Gennep só ganha legitimidade dentro de um processo de marginalização, que o empurra para fora das academias francesas, levando-o até a suíça onde segundo Cabral, Gennep

---

<sup>105</sup> Para uma melhor discussão sobre a construção dos discursos hegemônicos, que marginalizam estes dois autores, ler Pina Cabral (1996) e Goldmam (1995).

<sup>106</sup> Cabral, 1996: pg. 25.

teria encontrado apoio junto aos esforços de um amigo, o etnógrafo e missionário Henri Junod, que então acolheu Gennepe cedendo a este o posto de professor na Universidade de Neuchâtel (Suíça), de onde o autor teria sido expulso, no período correspondente à primeira guerra mundial, por ter se posicionado favorável aos franceses, o que teria afrontado às autoridades cantonais, na época eram simpatizantes da causa alemã.

Segundo Pina Cabral, o processo de marginalização do trabalho e do pesquisador Van Gennepe tentaram esconder, o que é para ele uma das principais descobertas realizadas pela investigação antropológica, ou seja a introdução do tema da marginalidade nos estudos dessa disciplina. Para um estudante de antropologia, a análise do ritual tal como estamos vendo torna-se praticamente necessária e o que me espanta é a forma como esta tantos debates sobre criminalidade e marginalização tal perspectiva recebe tão forte silenciamento.

Ainda assim, seguro da perspectiva de que a ciência se desenvolve em jogos de verdade e por isso jogos de poder, entendo como isto pode se processar. Na *síntese*, para trazermos Bourdieu ao centro do debate, sabemos que :

**“Contra todas às formas do erro ‘interacionista’ o qual consiste em reduzir as relações de força a relações de comunicação, não basta notar que as relações de comunicações são, de modo**

inseparável, sempre, relações de poder que dependem na forma e conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes ( ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o *Potlatch*, podem permitir acumular poder simbólico”.<sup>107</sup>

A proposição de que a marginalidade é um processo acaba por fornecer à esta pesquisa uma ferramenta bastante interessante. Na verdade responde a questão que é colocada pela citação do texto de Mary Douglas, com relação ao problema da idéia de pureza como valor moral. O processo de marginalização não corresponde apenas à concentração de renda em uma sociedade como a nossa. A construção da marginalidade neste sociedade passa pela articulação de questões em que se relacionam nossas idéias de bem e mal às questões ligadas aos problemas de classe, isto é, se quisermos entender a definição de classe pela presença em relação ao poder econômico ou ao mercado, devemos relativizar todas essas noções.

Faz-se necessário dizer, entretanto, que o conceito de marginalidade não corresponde aos aspectos extra-morais ou sociais, à idéia de um não lugar é muito mais a noção de lugar de possibilidade inscritos nas relações, ou seja um lugar dentro das disputas de poder. O não-lugar não é

---

<sup>107</sup> Turner falando sobre o ritual também aponta algo sobre este assunto: “Nas sociedades tribais, também, a fala não é apenas comunicação, mas poder e sabedoria. A sabedoria transmitida na liminaridade sagrada não consiste somente num aglomerado de palavras e de sentença; tem valor ontológico, remodela o ser do neófito”. Turner (1967).

um espaço exclusivo. Este lugar de possibilidades, dependendo de onde se observe pode vir a fornecer argumentos para diversas ações, e vamos tentar ampliar este argumento a partir de um certo tipo de antropologia, ou de fazer ciências sociais.

Sobre os ritos de passagem ou de transição aparecem em Van Gennep, como nos diz Turner três fases: separação, margem, e agregação, sendo que a segunda fase, a margem, é vista como um limiar. Para Turner:

**“Liminaridade é a passagem entre *estatos* e estados culturais que foram cognoscitivamente definidos e logicamente articulados. Passagem ‘liminares’ (pessoas em passagem) não estão aqui nem lá, são um grau intermediário. Tais fazes e pessoas podem ser muito *criativas* em sua *libertação* dos controles estruturais, ou podem ser consideradas *perigosas* do ponto de vista da manutenção da lei e da ordem”.**<sup>108</sup>

Se na primeira fase do processo ritual temos o afastamento, segundo Turner, quer seja de um ponto fixo anterior na estrutura social, quer de um conjunto de condições culturais, ou ainda de ambos, durante a limiaridade o passado e o futuro estão em risco. A partir dessa perspectiva de risco no ritual, aparece um outro conceito, importante, o conceito de “*comunitas*”, que se entende pelo momento onde se desenvolve a batalha

<sup>108</sup> Ibidem. As palavras colocadas em negrito neste trecho são de minha responsabilidade e obedecem uma tentativa de ilustração mais radical com a proposta deste estudo.

entre estrutura e antiestrutura. Ouvindo Turner: “A dinâmica empregada no relacionamento contínuo entre estrutura social e antiestrutura social é a fonte de todas as instituições e problemas culturais”.

Em Turner nas *comunitas*, os indivíduos desenvolvem relacionamentos não estruturados, são relacionamentos entre indivíduos concretos, históricos. Outro dado importante é que estes indivíduos não estão segmentados em funções mas encaram-se como seres humanos totais<sup>109</sup>. Este conceito de *comunitas*, como foi dito está relacionado ao conceito de liminaridade e traduz, então, um lugar perigo. Destacamos também, para não ficarmos com este estudo numa discussão entre conceitos generalizantes, que o olhar que se desenvolve dentro das *comunitas* por seu membros, pode ser encontrado naqueles que não estão lá, isto é visto por exemplo na defesa do ritual.

Já no ritual, e não esqueçamos da perspectiva de construção, as chamadas entidades liminares, devem passar por uma transformação comportamental, devem estar dependente do processo ritual, ou seja, devem se conformar ao controle, a regra. O ritual no momento liminar, leva a uniformização dos indivíduos, como pré requisito à formação de uma nova personalidade, à instrução para uma nova situação.

---

<sup>109</sup> Ibidem.

A partir da análise ritual, uma perspectiva ritualística pode se tornar uma porta de entrada bastante larga para o estudo da marginalidade, encarada também como construção envolvida em argumentos morais. Nos discursos sobre a violência relacionados à criminalidade, busca-se legitimar certas perspectivas no processo de silenciamento de várias outras. No processo ritual vemos então que os componentes também morais são alavancados pelo poder ou a necessidade de controle, senão vejamos:

**“Os poderes que modelam os neófitos, iniciados, na liminaridade para a entrada em uma nova ‘condição’, nos ritos em todas as partes do mundo, são considerados poderes sobre-humanos, embora sejam invocados e canalizados pelos representantes da comunidade”<sup>110</sup>.**

Daqui a pouco iremos entrar com argumentos empíricos, retirados dos relatos históricos brasileiro, mas antes pensemos esta proposição que marca pela perspectiva do controle exercido por alguns, os representantes, que atuam sobre o limiar e sobre a *comunitas*.

Está presente na obra de Turner, o pensamento de que na *comunitas*, existe uma certa desvinculação com a estrutura. Este autor chega até a falar na oposição estrutura/antiestrutura<sup>111</sup>, no veículo da liminaridade.

---

<sup>110</sup> Ibidem.

<sup>111</sup> É necessário lembrar que para Turner, o conceito de estrutura social tem a seguinte intenção: “Todos tem, em comum, a noção de uma combinação superorgânica de partes ou de posições, a qual persiste, com modificações mais ou menos gradativas, através do tempo. O conceito de ‘conflito’ passou a relacionar-se

Por outro lado, a proposição estrutura/antiestrutura não deve nos sugerir uma desvinculação definitiva entre o limiar e a estrutura, mas sim a imagem do próprio tempo, o lugar do jogo onde se verifica a partir do movimento e da crise, tanto na estrutura, como na *comunitas*.

É, por exemplo, como diz Turner, o caso dos profetas e dos artista, que em suas realizações sugerem uma vontade de se desvincularem da estrutura, ou seja, dos papéis e das posições sociais, objetivando neste percurso uma relação mais efetiva entre os homens. Este fazer da arte e dos profetas, acaba por identificar nestes uma certa concepção fronteira são momentos onde, segundo Turner, podemos viver o potencial evolutivo do gênero humano, ainda não exteriorizado e fixado na estrutura.

Se por uma lado, “a liminaridade, a marginalidade e a inferioridade estrutural são condições em que freqüentemente se geram os mitos, os símbolos rituais, sistemas filosóficos e obras de arte”, nos olhos do jogo do poder, para os representantes todas as manifestações continuadas das *comunitas*, são vistas como perigosas e anárquicas, e precisam ser modeladas por prescrições e proibições.

**“A liminaridade pode por ventura ser vista como o não a todas as asserções estruturais, mas também como, de alguma forma, a fonte de todas elas,**

---

com o conceito de ‘estrutura social’, desde que a diferenciação das partes se torna oposição entre as partes, e a situação insuficiente se torna objeto de lutas entre pessoas e grupos que pretendem alguma coisa”.  
Turner (1974:1531;54).

como o reino da pura possibilidade de onde surgem novas configurações de idéias e novas relações.”<sup>112</sup>

Liminaridade na leitura de Turner é classificada como tudo que está nas margens, ao seja, não está nem aqui nem ali. Intensificado, o significado de liminaridade é também associada a ambigüidade, sujeira, poluição, morte, selvajeria e bissexualidade.

A própria Mary Douglas assinala que a idéia de *Liminaridade*, que corresponde a um momento do ritual onde se identifica a idéia de marginalidade - onde estão os degenerados - estados indefinidos, é totalmente compatível com uma sociologia da poluição.<sup>113</sup>

Para irmos além neste percurso necessitamos dizer que aqui há uma encruzilhada, uma encruzilhada onde os discursos não correspondem apenas a uma disciplina científica, aqui já não falam mais exclusivamente antropólogos, historiadores, psicólogos, psicanalistas, sociólogos e outros. Está é uma discussão necessariamente interdisciplinar. A possibilidade de análise do “ponto de vista da poluição” se desenvolve nesta encruzilhada.

O estudo de processos sociais como rituais, ganha mais força através da idéia de drama, que se inicia, segundo Turner, quando o calmo teor, da

---

<sup>112</sup> Turner (1967:97) citado por Cabral, 1996.

<sup>113</sup> Douglas, pg. 56.

vida social regulada é interrompido por uma brecha no regulamento<sup>114</sup>. É no estado de crise do drama onde então se legitimam as possibilidades de resolução dele próprio: reconciliação da brecha ou a separação total.

A idéia de drama na análise social permite ampliar os limites do esforço do pesquisador. O drama se constitui não só com o discurso pronunciado. Além dos vários gestos desprendido pelo processo dramático, o drama se compõe também pelo silenciamento, pela proibição daquilo que pode trazer qualquer perigo. O drama social é para Turner um momento de interrupção do processo do fluxo cotidiano da vida social, impondo a todos uma profunda reflexão.

O social visto a partir do drama, se coloca como um jogo onde a constituição da verdade, assim como as interdições, devem ser muito bem delimitadas. É no jogo que os significados ganham legitimidade. Para Pina Cabral, desenvolvendo o conceito de hegemonia, toda a vida cultural deve ser vista como permeada por formas de “poder simbólico”. Esta afirmativa permite-lhe entender a contradição não como um perigo que ameaça a estrutura, mas sim como um elemento necessário a ela estrutura:

**“Por um lado, existe uma tendência à estruturação dos aspectos diurnos, resultantes do exercício do poder simbólico e que se assenta sobre a repressão dos aspectos noturnos; por outro lado, uma**

---

<sup>114</sup> Turner, 1982: 90-91.

tendência à reestruturação, resultante da confrontação dos aspectos diurnos com os aspectos noturnos (contra-hegemônicos).”<sup>115</sup>

Para Cabral a criação cultural dependeria de tal jogo, onde esconder e centralizar definem os momentos de legitimação e silenciamento de atores, heróis e vilões, numa dada realidade social. Cultura e sociedade aparecem não como quebra-cabeças montados pela teoria antropológica, mas talvez como uma estrutura barroca, que se desenvolvendo no espaço e também no tempo produzem na distensão a permanência de uma coerência infinita alimentada pela contradição, ou como ele diz:

“A vida sociocultural tem de ser abordada como um campo de negociação de significados, tendencialmente estruturado pelo exercício do poder simbólico.”<sup>116</sup>

O jogo dramático de constituição das verdades e dos silêncios é um problema também enfrentado pela análise do discurso. Segundo Orlandi, toda produção discursiva, a criação de sentido, se legitima através do silenciamento. Uma palavra apaga necessariamente outras. Trabalhando com a idéia de que há sobredeterminação do não-verbal pelo verbal, Orlandi afirma que o silêncio é disperso e a fala é voltada para a unicidade<sup>117</sup>.

---

<sup>115</sup> Cabral, 1996: 42.

<sup>116</sup> Cabral, 1996: 51.

<sup>117</sup> Orlandi, s/d. pg.3.

Todo processo de significação é uma disputa, onde se desenvolve a transformação, através das várias gramáticas<sup>118</sup>, do múltiplo, da pluralidade no um. Concorda com este argumento o estudo de Cabral, quando apresenta a hegemonia através da imagem teatral, onde se banham de luz certas partes do palco deixando outras em relativa penumbra. O mesmo acontece como o poder simbólico, que nega vários significados, dificulta alguns processos, provocando a invisibilidade de alguns objetos e o silenciamento de algumas pessoas<sup>119</sup>.

É importante não perder de vista que o processo de abafamento é sempre relativo, ou seja, o que é escondido pelo movimento de significação não desaparece completamente. As áreas do palco mal iluminadas, postas em penumbra, continuam fazendo parte do espetáculo, e estão a disposição dos diretores, dos dirigentes, das interpretações hegemônicas para novos atos. Isto se exemplifica no caso do ponto de vista da poluição, que dá significado ao tempo social através da dissolução das ambigüidades.

### *Construindo a marginalidade.*

Então como se dá esta relação para a construção desses processos de marginalização? As idéias de que as novas relações de trabalho no Brasil

---

<sup>118</sup> Orlandi, desenvolve a idéia de que existem gramáticas para tudo, procedimentos para administrar a interpretação.

<sup>119</sup> Cabral, 1996:36.

tenderiam a resolver problemas ligados às relações sociais, acabou colando questões tais como as problemas raciais, interétnicos, a problemas como desenvolvimento e atraso primitivo versus moderno em alguns casos focalizando no mundo do trabalho<sup>120</sup>.

Muniz Sodré<sup>121</sup> desenvolve uma análise histórica sobre a questão do olhar como formas de poder, o que nos permite acompanhar o modo como a produção da imagem, nas relações de poder e construção da realidade marcam os jogos de controle e construção de verdades que alimentam o desenvolvimento de políticas e ações sociais. Uma das questões deste trabalho desenvolvido por Sodré é que as produções ligadas à comunicação e à informação dentro do que ele chama de “ordem da televisão”, funcionam muito mais como instrumentos de controle dos fluxos sociais. Os meios disponíveis ao desenvolvimento do tempo da “ordem televisiva”, estão muito mais dispostos à mobilização e integração das populações “como um tipo de administração ou gestão da vida social - e não como mediações explicitamente políticas ( geradoras de *civitas*) ou

---

<sup>120</sup> Sobre essa discussão é necessário observar a história dos estudos sobre relações raciais no Brasil, em que pese as idéias que aparecem dès do processo de abolição com as proposições postas por alguns abolicionistas de que o processo de fim da escravidão resolveria os problemas raciais na medida em que o negro se integraria naturalmente a nova ordem social, ou seja, se propunha a resolução dos problemas a partir da nova sociedade organizada pelos direitos e deveres, o discurso da igualdade através das leis.

<sup>121</sup> Sodré, 1990.

pedagógicas (formadoras, aptas a suscitar a compreensão e a descoberta) dentro do modelo democrático tradicional”.

A produção da realidade neste tempo, impõe através do olhar daqueles que historicamente se constituem como grupos hegemônicos no jogo de produção do real, os produtores de informação e comunicação (responsáveis pelos: jornais, revistas, livros, discos, filmes, programas de televisão) um modelo de crivo, onde as imagens produzidas por estes funcionam como elemento fundamental. O conceito de verdade se confunde definitivamente com o conceito de credibilidade, “o fato é construído pelo discurso que o enuncia”<sup>122</sup>.

Como exemplo podemos pensar na forma como os jornais apresentam as imagens sobre os acontecimentos envolvendo o movimento sem terra. O reporter usa o termo confronto, ao mesmo tempo em que o câmara focaliza os integrantes do movimento sem terra revidando à ação dos policiais. que antes destas imagem já haviam executado a operação, ou seja o massacre.

Sodré escreve sobre esse processo de criação de um tempo construído em função de uma dada perspectiva, apontando para o

---

<sup>122</sup> Ibidem.

*simulacro* dizendo que ele, *simulacro*, é entendido como a produção artificial a partir da operação de um duplo:

**“A imagem no espelho pode ser o reflexo de um certo grau de identidade do real, pode encobrir ou deforma essa realidade, mas também pode abolir qualquer idéia de realidade, na medida em que não se refira mais a nenhuma realidade externa, mas a si mesmo, a seu próprio jogo simulador”<sup>123</sup>.**

Num mundo onde a imagem tem posição privilegiada se torna necessário, como forma de desenvolvimento do poder, a conjunção entre o verbal e o visual, assim como o pensamento se desenvolve a partir dos conceitos consagrados onde pensar e relacionar, a credibilidade na realização da notícia é o processo onde o modelo de racionalidade que marca o desenvolvimento do pensamento se nos apresenta, na forma mais espetacular, aliaís o termo espetacular é bastante significativo.

É isto que observamos por exemplo na construção da criminalidade. A produção da criminalidade na verdade revela contradições. Quando se contextualiza a criminalidade dentro das cenas espetaculares e do senso comum, há uma desagregação desse problema de outras questões fundamentais tais como: a concentração de renda e a falta de incentivo a educação. A lógica que se apresenta no trato à criminalidade permite

---

<sup>123</sup> Ibidem.

prender o criminoso, no quadro das **coisas indesejáveis**. Segundo Barata.<sup>124</sup>

**"O estereótipo do criminoso se produz sobre as características sociais daqueles infratores que, no processo altamente seletivo da aplicação da lei penal, são os "clientes preferenciais" da justiça penal - não obstante as infrações às leis estarem obviamente distribuídas entre todos os segmentos sociais".**

A localização do crime só pode ser assim legitimada, a partir da promoção de um encontro entre a projeção do medo e o senso comum , dentro do espetáculo simbolicamente organizado.

#### *Indesejáveis, poluição e limpeza.*

Pensando a história do Rio de Janeiro, a questão da limpeza social, se nos apresenta em alguns eventos importantes. Por exemplo podemos observar a forma como a sociedade carioca tentou resolver o problema com os mendigos, em 1962. A saída ali escolhida foi classificada como uma Chacina. A polícia carioca matou 19 **indesejáveis**. Segundo Louzeiro<sup>125</sup>, o descaso e o incômodo que os cariocas apresentavam em relação aos mendigos fez com que a polícia carioca colocasse em prática um plano que, classificou de **operação retorno**.

<sup>124</sup> Barata, 1994.

<sup>125</sup> Ver José Louzeiro, *Assim Marcha.A Família*, 1965.

A **operação retorno**, argumentava que através do afastamento dos mendigos das ruas da cidade poderia resolver o problema da mendicância no estado. Para execução deste objetivo, limpar a cidade, a prefeitura no primeiro momento levava os mendigos encontrados na cidade até as estradas limites do município, ou os supostos locais de origem **retorno**. Mas o que foi descoberto depois foi que esta operação terminava com o afogamento dos indigentes no Rio da Guarda, que fica no Rio de Janeiro.

Alcino Pinto Nunes, o inspetor da Delegacia de Mendicância, dizia que iria **limpar a cidade**. O desfecho desta operação era a morte dos mendigos e um destes episódios ficou conhecido como a "Chacina do Rio da Guarda": a polícia recolhia os mendigos da cidade os espancava e depois os jogava no rio. Alguns mendigos que sobreviveram a esse episódio, colaboraram para a denuncia de uma prática que teve repercussão internacional.

A chacina do Rio da Guarda, algo que parece estar condenado à repetição absoluta, ou seja a morte de mendigos, tem como base fundamental a relações que se estabelecem entre o ser humano transformado em indesejável e a defesa da cidade, relação que permite aproximar pessoas a objetos indesejáveis. No projeto de limpeza se cruzam no mesmo discurso as idéias de saúde, higiene, limpeza e crime, o

que permite propor, e aceitar, a idéia de que uma limpeza social resolveria a questão.

Para os defensores da limpeza da cidade através do desaparecimento dos mendigos das ruas, os indivíduos que como a própria **operação retorno** sugere, são marginalizados dentro de um processo que aponta para a questão do êxodo rural como um dos motivos, a questão da mendicância é vista como um caso de polícia e de saúde pública. Limpar a cidade no caso daquele acontecimento, significou a desestruturação de um grupo de indivíduos de uma série de significados com os quais a sociedade carioca definia a idéia de humanidade. Ser mendigo era se tornar objeto de poluição, desvinculado de um lugar de origem e objeto de poluição e de perigo.

A história da criminalidade no Brasil, se é possível colocar-mos as coisas nestes termos, é também a história do controle e do aprisionamento que nossa sociedade executa sobre parte do palco que se ilumina e também sobre as pessoas e as relações que se realizam neste espetáculo. Que a noção de crime diz da forma como as sociedades se organizam e se protegem, nós já sabemos o que precisa ser estudado e a forma como tal proteção social se caracteriza pela benefício de uns e o ataque dos outros. Ou seja, a questão é como pensar esse problema dentro de uma

perspectiva que não se defenda pelo argumento de que existe uma cultura e uma estrutura que são um todo coerente sem mal.

Durante o período em que me pus a pesquisar a bibliografia, que me pudesse fornecer um diálogo com outros trabalhos sobre a questão da limpeza social fui levado a um terreno árido, onde referências foram construídas a partir do desenvolvimento do próprio trabalho. Porque não encontrei nada sobre limpeza social escrito em se tratando do Brasil, minha intuição, que apareceu dentro do trabalho e através dos discursos daqueles que legitimam o assassinato como forma de resolver o problema do crime, se desenvolveu na conjunção de conceitos/pistas que servem como possibilidade de contextualização do problema limpeza social no Brasil.

Por outro lado, minha busca por uma literatura sobre limpeza social, acabou por me apresentar alguns casos interessantes sobre outros países. Sem possibilidade de tratar de todos neste estudo, apresento o caso colombiano.<sup>126</sup>

---

<sup>126</sup> Faz-se necessário neste momento lembrar o nome de Marta Ramirez, uma amiga colombiana que eu conheci através do curso de antropologia, quem me apresentou o texto que tratava do problema sobre limpeza social na Colômbia.

*Limpeza social e indesejáveis na Colômbia.*

No ano de 1997 tomei conhecimento através de uma amiga colombiana do problema da limpeza social naquele país. Na Colômbia, já existe o desenvolvimento de alguns estudos sobre a ação de grupos organizados para matar, assim como o acompanhamento dos discursos legitimadores. Naquele país o conceito de limpeza social tem sido uma excelente ferramenta no estudo dos casos de homicídio.

Juan Pablo Ordoñez no estudo *Ninguna persona es deshechable - limpeza social, derechos humanos, y orientación sexual en Colombia*, encontrou o termo *deshechable* sendo usado não só como um qualificativo para objetos, mas relacionado a pessoas também, ou seja, a idéia que se apresenta para objetos descartáveis, aparece também ligada a alguns seres humanos. No caso dos seres humanos o termo se associa a grupo de pessoas que estão envolvidas no processo de exclusão social, são eles segundo o estudo: mendigos, ex-criminosos pobres, pessoas pobres com problemas mentais, trabalhadores sexuais pobres, travestis pobres, drogados pobres, homossexuais pobres e meninos de rua. De outro lado, como prováveis matadores, estão os comerciantes, industriais, defesa civil, os cabeças raspadas, guerrilheiros, soldados da polícia.

Segundo Ordoñez, na Colômbia a pobreza aparece como fator fundamental. Tanto na Colômbia, como em qualquer lugar, a pobreza deve ser vista através da história, onde estes projetos e práticas ganham não só significado como também podem apresentar possibilidades mais eficazes de enfrentamento aos que analisam suas estruturas.

Um outro dado importante é que o termo *desechable* como um forma de qualificar pessoas aparece na Colômbia, segundo o autor, a partir do final dos anos 1970, década que segundo o autor, se constituiu o primeiro grupo de limpeza social, o *Mano Negra*. O grupo de limpeza social se define e é definido de acordo com o grupo de *desechable* que ele pretende atacar, no caso do *Mano Negra* que surgiu na cidade colombiana de Barranquilla, o grupo alvo era o de delinqüentes. O *Mano Negra* matava, cortava as mãos dos mortos, as depositava em caixas pequenas e depois abandonava estas caixas em lugares visíveis, o que servia como forma de amedrontar outros delinqüentes.

A definição do delinqüente como elemento de poluição identifica uma aproximação, através da forma como se estabelece o projeto contra o crime, entre os dois países. O processo que torna um ser uma *mano* em material poluente, *ou desechable*, corresponde às maneiras como nossas sociedades entendem o crime, ligado a seus projetos de ordem e limpeza.

O trabalho de Ordoñez é visto aqui muito mais do que uma metáfora e ilustração sobre os casos no Brasil. As idéias sobre *desechable* e limpeza social na Colômbia, são imagens que se distendem dentro deste estudo, assim como este estudo sobre o Brasil pode se enlargar nos trabalhos colombianos ou de outros países da América. Se foi possível em outras épocas desenvolver os estudos científicos e as formas de poder através do dialogo intenso que foi praticado através de questões como a nacionalidade, criminalidade e imigração, os estudos que se desenvolvem com o objetivo de enfrentar o terror, o controle podem dialogar também através de outras intensidades.

*A idéia de poluição como ferramenta de análise.*

A idéia de poluição pode corresponder aos objetivos de manutenção da ordem ideal e resolver contradições que também correspondam a mesma ordem idealizada. Segundo Douglas, o ponto de vista da poluição não só reforça o cultural e a estrutura social; ela pode ativamente reduzir ambigüidades na esfera moral<sup>127</sup>.

A poluição é, como diz Douglas, uma classe particular de perigo. Seu lugar está nas fontes de poder. O poder está nas áreas articuladas, nas formas bem estruturadas, mas há poder também nas áreas não articuladas, na falta de forma. Para Douglas nas áreas articuladas procura-se poderes articulados na autoridade, nas áreas não articuladas procura-se o poder naqueles que são a fonte da desordem.<sup>128</sup> A identificação do poder é importante porque dela depende o controle e a defesa. “O perigo da poluição aparece quando a ordem é atacada”.

As possibilidades e os ataques à ordem podem ser identificados como poluição, o que corresponde a uma perspectiva que entende a idéia de

---

<sup>127</sup> Douglas, 1975: pg. 54.

<sup>128</sup> Douglas, 1976:123-124.

poluição como uma forma de identificar, explicar e indicar maneiras de resolução dos perigos causados por ela.

Segundo a idéia de poluição exposta por Douglas, nas sociedades existem uma série de poderes que devem estar interditados, para a manutenção da ordem, e que podem ser provocados consciente ou inconscientemente. A poluição seria a provocação destes poderes.

**“Estes são os poderes da poluição inerentes à própria estrutura das idéias e que põem uma quebra simbólica daquilo que deveria estar ligado ou ligando e aquilo que deveria estar separado. Resulta daí que a poluição é um tipo de perigo incomum de ocorrer, exceto onde as linhas da estrutura, cósmica ou social, são claramente definidas. Uma pessoa que polui está sempre em erro. Desenvolveu alguma condição indevida ou, simplesmente, cruzou alguma linha que não deveria ter sido cruzada, e este desvio desencadeia perigo para alguém. Poluir, diversamente da bruxaria e feitiçaria, é uma capacidade que os homens partilham com os animais, pois a poluição nem sempre é causada por humanos. Pode ser intencionalmente cometida, mas a intenção é irrelevante para seu efeito - é mais provável que aconteça advertidamente.”<sup>129</sup>**

O ponto de vista da poluição cuida de explicar não só as estruturas de poder ordenados, mas também permite desenvolver a própria ordenação a partir daquilo que ameaça, ou seja, através da explicitação do medo. Poluição se liga desta forma a liminaridade, a marginalidade,

---

<sup>129</sup> Douglas, 1976:139-140.

que são vistos como conceitos relativos. O ponto de vista da poluição é também uma espécie de âncora da qual se valem as sociedades para defesa da ordem, contra o perigo e a transgressão.

O relacionamento dos conceitos de drama social, liminaridade, crise, brecha, poluição, perigo, com as noções de cultura e sociedade nos dá uma percurso bastante interessante para o entendimento de problemas como a marginalidade e a ordem social. Seguindo este percurso Pina Cabral chega a detonar o próprio conceito de marginalidade, como estando fora da estrutura. O conceito de marginalidade a partir do relacionamento desenvolvido pelas noções descritas acima, passa à ser um dado inerente a própria noção de estrutura.

A estruturação do que seja cultural ou social está ligada a processos bastante conflitantes onde se disputam a legitimação e silenciamento. A marginalidade participa do processo de constituição da ordem, assim como a ordem joga na constituição da marginalidade. O “poder simbólico” coordena o jogo de esconder e explicitar, trazendo a idéia de marginalidade para contradição que é vista como inerente a qualquer processo de estruturação.

A idéia de poluição por estar relacionada a algum tipo de poder social, estruturado ao não, dá legitimidade à constituição de planos de

anulação de sua própria existência. Valendo-se dos símbolos e signos sociais dentro de uma dada interpretação, os formuladores da idéia de poluição contribuem para a resolução do perigo e da ameaça advindos dos movimentos que deslocam os poderes interditados. Algumas poluições são mais simples, portanto são mais fáceis de serem anuladas, outras são mais graves e neste caso é muito comum que se apresente uma punição tão severa quanto a morte aos infratores.

*A purificação como resposta, e quem tem medo da cara preta?*

O espetáculo não termina com a identificação da poluição, mas se desenvolve através da necessidade de anulação daquilo que mexe com os poderes interditados, anulação daquilo que provoca perigo, ou seja, da poluição.

“Existem ritos de anulação, resolução, esquecimento, lavagem, apagamento, defumações etc., que com pouco tempo e esforço podem, satisfatoriamente, eliminá-las.”<sup>130</sup>

A purificação é uma das maneiras de se enfrentar a poluição. O processo de purificação visa restabelecer a ordem, que é ameaçada pelo cruzamento indevido das linhas de organização. Cruzar a linha é mais do que uma metáfora, a ação poluidora é reprovada por dois motivos: cruzar

---

<sup>130</sup> Douglas, 1966:166-167.

a linha é uma atitude nociva, e por que este mesmo ato, pode colocar em perigo outras pessoas.

O que atravessa a linha e impõe perigo é visto também como uma sujeira, está fora do lugar, são pedaços de coisas impertinentes, são considerados desagradáveis e devem ser “varridos vigorosamente.”<sup>131</sup> Neste processo se identifica também a constituição da pureza, pois a **limpeza** é o ataque à sujeira, que se diferencia da pureza por ser ambígua, contraditória. A limpeza removendo a sujeira ordena a experiência, impondo-lhes o distanciamento das ambigüidades, dos caminhos escuros e deste jeito estabelece a pureza.

Dentro da perspectiva da poluição a idéia de limpeza pode estar associada a purificação, ou seja, ao exercício de afastamento da ameaça, do perigo. A limpeza garante ou restitui a ordem, que se arrisca na *liminaridade*.<sup>132</sup>

A noção de poluição se nos apresenta a partir dos estudo de Douglas, no percurso que ela faz descrevendo sua ligação nos mais diversos contextos. Em *Pureza e Perigo* a autora nos leva a varias

---

<sup>131</sup> Douglas, 1996:194.

<sup>132</sup> A conversão religiosa pode ser vista como uma forma de purificação, onde o convertido deixa de fazer na nova vida aquilo que o condenava antes. Uma boa pesquisa sobre purificação em nossos dias pode partir daqui, ou seja, da conversão, da nova vida do convertido. Este processo de purificação tem a força de tornar assassinos, traficantes, grandes assaltantes membros das organizações religiosas muito respeitados.

imagens, que ajuda-me a levar a discussão para a análise de alguns discursos sobre o crime e a criminalidade.

Um dos problemas mais importantes enfrentados pelo império era com relação aos africanos e seus descendentes que foram escravizados, que eram ao mesmo tempo sustentáculo fundamental da organização do império e objeto de medo e de ameaça à ordem. Esta característica contraditória envolvendo este grupo de seres humanos aparece nos debates sobre a constituição do código criminal de 1830.

Nesses debates, os deputados se dividiram em torno da discussão sobre o fim ou não da pena de morte. A constituição de 1824 indicava o fim da pena de morte, e cabia à Câmara regulamentar a decisão. A construção de um ato legislativo colocava por parte de alguns deputados a necessidade de se pensar na diferença na composição de nossa sociedade: alguns deputados chamavam a atenção para o fato de que além dos homens livres, havia um número grande de escravos que poderiam prejudicar a extinção da pena de morte.

Para o senhor Rebouças, um dos deputados, os escravos deveriam receber um código diferente dos homens e mulheres livres, e ele dizia: “Mas, diz-se, os escravos como se conterão sem a pena de morte: como abolir a pena de morte enquanto houver escravos?” Esta questão é

respondida por ele mesmo ao dizer que a pena de morte “nunca foi terrível senão a quem teve em vista gozar os bens sociais (...) os escravos não podem assaz prezar a vida, porque assaz a não gozam”. Através desta resposta abre-se o caminho para se legitimar o fim da pena de morte, assim como se desenvolver uma idéia de controle diferenciado sobre a população, foi assim por exemplo que estes Deputados aprovaram duas emendas: a do Deputado S. de Rego de Barros, que extinguiu a pena de morte nos erros políticos; e a do Deputado Paulo e Sousa que conservava a pena de morte só nos casos de crime de homicídio, e de cabeça de insurreição.

O mesmo Deputado Paulo e Sousa pede a palavra dentro do debate e apresenta argumentos em favor da pena de morte dizendo assim:

**“Quem duvida que tendo o Brasil três milhões de gente livre, incluídos ambos os sexos e todas as idades, este número não chegue para arrastar dois milhões de escravos, todos ou quase todos capazes de pegarem em armas! Quem, senão o terror da morte, fará conter esta gente imoral nos seus limites? A experiência tem mostrado, que toda a vez que há execuções em qualquer lugar do Brasil, os assassinatos e outros crimes cessam; e que, ao contrário, se se passam alguns anos sem execuções públicas, os malfetores fazem desatinos e cometem todo o gênero de atrocidades. Daqui se vê que entre nós esta pena é efficacissima, que**

previne muitos crimes”. discurso dos Deputados,  
Senado federal. (1976)<sup>133</sup>.

A construção do medo que observamos no debate entre os representantes se realiza, através da focalização da criminalidade como um tema e um empecilho a ordem. Um dos elementos de desordem era representado pela capoeira, e seus praticantes. O Discurso de poder do Império encarava a capoeira como perigo, elemento ameaçador. Segundo Holloway, já em 1820 os escravos presos sobre acusação de serem capoeiristas tinham como castigo estabelecido: “trezentos açoites e prisão de três meses.”<sup>134</sup> Através de uma portaria estabelecida em 1821, a Guarda Real da Corte estava autorizada a praticar os açoites imediatamente após a prisão do capoeira a portaria dizia que: “Logo que os pretos forem presos em desordem, ou com alguma faca ou com instrumentos suspeitos.”<sup>135</sup>

A necessidade de repressão ao perigo passa a ser defendida em contradição com a lei. Em 1832, depois do criação do Código Penal, Eusébio de Queiroz, que aparece nos relatos histórico com um dos

---

<sup>133</sup> Não trabalharemos aqui com um estudo sobre a pena de morte, entretanto vale destacar que a idéia de proteção e controle através da pena de morte, ganha eco e referência através dos tempos, como prova disso podemos lembrar toda discussão envolvendo o debate sobre a pena de morte em 1993 através do projeto apresentado pelo Deputado Federal Amaral Neto, deputado que pertence ao grupo de outros vários representantes que se elegem através da defesa da pena de morte. O que também aproxima estes discursos em defesa da pena de morte é o argumento que pretende justificar.

<sup>134</sup> Ver Tomas H. Holloway, *O “Saudável Terror” Repressão Policial aos Capoeiras e Resistência dos Escravos no Rio de Janeiro no século XIX*, 1989.

<sup>135</sup> Ibidem.

defensores do fim da escravidão, pedia ao ministro da Justiça uma providência mais eficaz contra a ameaça a ordem que representavam os capoeiras. O discurso dele era o seguinte:

**“Os capoeiras, que sempre mereceram aqui a maior vigilância da polícia, hoje *infestam*(grifo meu) as ruas da cidade de um modo sobremaneira escandaloso, não será fácil evitar as funestas conseqüências que daí resultam, enquanto a polícia a Respeito dos escravos não for como antigamente autorizada a fazer castigar, sem mais formalidade de processo, aqueles que forem apanhados em flagrante, ainda contra vontade dos senhores, que a experiência tem mostrado serem pela maior parte os primeiros a quererem desculpar o mau procedimento dos escravos. A petulância destes [capoeiras] tem chegado ao ponto de apedrejar-se no Campo de Honra [hoje Campo de Santana] com manifesto *perigo* (grifo meu) aos pacíficos cidadãos que ali passavam.”<sup>136</sup>**

O fim da pena de morte no discurso de alguns dos deputados, encontrava um empecilho maior, que era a presença de pessoas escravizadas. Decretar a pena de morte seria, segundo estes discursos perder o acesso a um instrumento legal de controle. Um dos deputados, Rebouças, perguntava: “Como abolir a pena de morte enquanto houver escravos?”<sup>137</sup>

A questão abre caminho para definição do fim da pena de morte, quando se liga à idéia de que nossa sociedade é uma sociedade de

<sup>136</sup> Ver no arquivo Nacional correspondências da Polícia.

<sup>137</sup> Ver *Discurso dos Deputados Senado Federal*. 1976.

diferentes e os direitos e os deveres devem acompanhar às especificidades, ou seja, o fim da pena de morte deveria ser uma realidade para os homens livres já que “os escravos não podem assaz prezar a vida, por que assaz a não gozam.”<sup>138</sup> Por outro lado, esta é uma questão importante também porque ele demonstra como a construção da lei se baseia em argumentos morais, o outro que ameaça e que é perigoso deve ser mantido pelo controle dos instrumentos disponíveis, e pelo medo da utilização destes instrumentos contra eles e em favor da ordem. A pena de morte era para os deputados um instrumento eficiente, que permitia o infrentamento da transgressão.

Os limites devem ser mantido e vigiados. O controle tem um papel protetor que se desenvolve contra a imoralidade, que pode ser atingida quando um escravo atravessa linhas delimitadas.

#### *O perigo fora do controle?*

Há um processo longo onde se realiza o que podemos chamar da história do medo e da ameaça, onde também encontramos o desenvolvimento das formas de controle, determinação dos limites e construção da disciplina neste país. Os discursos que objetivam a manutenção da ordem e a proteção da norma, nos remontam ao processo

---

<sup>138</sup> Argumento apresentado pelo mesmo Rebouças.

de escravidão, onde se pode observar a constituição das pistas que nos levam à formas de entendimento não só dois preceitos morais, base de grande parte das identificação do crime, assim como, as formas de ataque a este. Discursando sobre o medo de uma revolta dos escravizados, se legitimava o controle pela tortura, tempo onde a moeda mais utilizada era o castigo físico.

No Brasil a suspeição se generaliza a partir do medo que advém de diversos fatores, entre eles o exemplo do Haiti em fins do século XVIII, com a revolta e a tomada de poder pelos africanos escravizados, pelas insurreições e revoltas no Rio de Janeiro e na Bahia no início do século XIX. Estes exemplos fortalecem o pavor que existia com a formação dos vários quilombos e dos atentados contra senhores e feitores. Neste contexto se desenvolve então toda uma política de controle que passa a exigir da ordem uma ação mais globalizante, pela elaboração de códigos urbanos, criação de instituições centralizadas para a manutenção da ordem constantemente ameaçada. “Não mais este ou aquele escravo ou liberto, mas toda a população negra foi colocada sob suspeita.”<sup>139</sup> Neste percurso podemos nos aproximar das elaborações que nossa sociedade nos apresenta sobre poluição e purificação, ou seja, estando no tempo.

---

<sup>139</sup> Ver Lara, 1990.

Em 1990 Chalhoub apresentou um artigo intitulado *Classes perigosas*. Neste artigo o autor analisa a forma como através do debate na Câmara dos Deputados, o conceito de Classes perigosas já presente na Europa vai aparecer no Brasil. Na Inglaterra na década de 1840 o termo aparece associado a criminalidade e a “infância culpada”( segundo Chalhoub termo daquela época para às crianças que viviam nas ruas), na França, também na mesma década, o termo aparece por exemplo nos trabalhos de um alto funcionário da polícia de Paris, M. A . Frégier, que se baseando na análise de inquéritos e estatísticas, escreve um livro de grande repercussão sobre “as classes perigosas da população nas grandes cidades”.

O trabalho de Frégier, tinha como objetivo descrever a realidade das prostitutas, dos ladrões que estavam presentes na velha Paris, mas o que ele acabou por fazer foi desenvolver, segundo Chalhoub, um relato das condições de vida dos pobres parisienses em geral, confundindo a possibilidade de separação entre “classe perigosas” e “classe pobres”.

No trabalho realizado por Sidney Chalhoub<sup>140</sup> verificamos como a **ideologia da higiene** servirá, por se constituir no debate, aos propósitos mais autoritários de controle e ataque a parte da população, ou seja, as

---

<sup>140</sup> Chalhoub, 1994.

chamadas classes perigosas. O que destacamos na análise feita por Chalhoub são: em primeiro lugar a inserção através do saber científico desenvolvido pela medicina, da legitimação da necessária passagem do projeto de desenvolvimento das cidades brasileiras pelo crivo das idéias de higiene internacionais, e em segundo lugar a observação da forma como todo o medo que se revelava em torno das possibilidades de manutenção da ordem pública, se articulam com as idéias de contágio afirmadas pelas campanhas contra as doenças e também a maneira como dentro do discurso político e social da época aparecem as alianças entre ciência e dominação.

Este processo complicado que marca o final dos século XIX é o palco onde se apresentam sob a máscara de uma verdade científica, as idéias de higiene como o único passaporte para o desenvolvimento. É neste palco também que podemos observar a organização do referencial, que em nossa história é matéria imprescindível para o entendimento da ideologia da purificação e da limpeza social.

No caso do Rio de Janeiro, os projetos que se organizavam pelo desenvolvimento das idéias de higiene, apontavam para os pobres também como classes perigosos. Neste período são desenvolvidos vários mecanismos no sentido de permitir, que através das ação de higiene

pública se pudesse controlar e resolver os problemas que entravassem os ideais de ordem, limpeza, progresso e desenvolvimento

Os estudos de Sidney Chalhoub passam também pela análise dos trabalhos dos parlamentares da época. É deste jeito que este autor observa, como foi apontado nos discursos dos parlamentares em 1830, a construção do medo social à partir da questão do crime. Chalhoub acompanhando os trabalhos dos deputados, que estavam preocupados com a organização do trabalho após a lei de abolição da escravidão. Os argumentos dos Deputados estavam baseados nos estudos de Frégier, Mas os políticos brasileiros acabaram resolvendo o entrave causado sobre a separação entre pobres e mal feitores a partir do seguinte raciocínio **pobres, portanto perigosos.**

Os Parlamentares brasileiros estavam organizados dentro de uma comissão que deveria analisar a questão sobre a ociosidade levando em consideração o projeto de lei sobre a repressão a este problema, ou seja a ociosidade levando em consideração o fim da escravidão. Os estudos europeus sobre classes perigosas e pobreza apareciam no Brasil através dos deputados da seguinte forma:

**“As classes pobres e viciosas, diz um criminalista notável, sempre foram e hão de ser sempre a mais abundante causa de todas as sortes de malféitores: são elas que se designam mais propriamente sob o**

**título de - classe perigosas -; pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se a pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que é pior, pela ociosidade.”<sup>141</sup>**

A imagem citada é uma interpretação feita pelos parlamentares brasileiros do texto de Frégier que aqui se amplia, dando à idéia de classe perigosa uma abrangência maior, o que permitira o desenvolvimento da suspeição generalizada como marca nos trabalhos da polícia e como podemos ver, na ação dos grupos de extermínio.

Vemos nos projetos desde aquela época, que a construção do medo social focalizava os escravizados e os pobres como perigo ao desenvolvimento dos ideais de civilização brasileira. O problema do fim da escravidão colocava para a sociedade a questão do controle, se antes a repressão se desenvolvia também através dos senhores de escravizados dentro das fazendas, naquele momento a responsabilidade sobre a repressão passaria a ser exclusivamente do estado, era então a questão nacional como vemos no discurso do Deputado Mac-Dowell:

**“Há o dever imperioso por parte do Estado de reprimir e opor um dique a todos os vícios que o liberto trouxe de seu antigo estado, e que não podia o efeito miraculoso de uma lei fazer desaparecer, porque a lei não pode de um**

<sup>141</sup> Discursos parlamentar in Chalhoub 1990.

**momento para o outro transformar o que está na natureza (...) A lei produzirá os desejados efeitos compelindo-se a população ociosa ao trabalho honesto, minorando-se o efeito desastroso que fatalmente se prevê como conseqüência da libertação de uma massa enorme de escravos, atirada no meio da sociedade civilizada, escravos sem estímulos para o bem, sem educação sem os sentimentos nobres que só pode adquirir uma população livre<sup>142</sup> (...)”.**

Vemos aparecer neste discurso um componente importantíssimo sobre a legitimação dos dispositivos de controle e terror que marca a idéia de suspeição que recai sobre parte da população brasileira. O parlamentar assinala que às leis não resolveriam imediatamente o problema da ociosidade, na medida em que a questão estava ligada a natureza. Ora esta operação discursiva e bastante significativa se pensarmos nas ações contra à criminalidade, onde se destaca às proposições sobre pena de morte, e para lembrarmos do objetivo da pesquisa, as ações de grupos de extermínio. Vemos então, pelo discurso, como não só aos negros são imputados os vícios e os defeitos, como observamos também, a naturalização das características indesejadas.

A legitimação da ideologia de higiene, que se desenvolve através das políticas de planejamento urbano, que atacam as construções populares nas campanhas de vacinação, remoção das populações e derrubada dos

---

<sup>142</sup> Ibidem.

cortiços, são vistas como uma forma de relacionar pobres à perigosos. Essa articulação é executada quando pelo projeto de higiene, os lugares onde moram os pobres são vistos como focos de proliferação de doenças, mas o conceito de doença já se enlarga através da prática da ciência, que dá ao trabalho científico um caráter de verdade absoluta.

A associação da criminalidade e também do criminoso a sujeira, não é uma exclusividade do Brasil. O desenvolvimento histórico internacional destes conceitos, nos demonstra que a relação entre o crime e os preceitos morais são estabelecidos em longas datas e nos mais variados contextos, como o que passa pelo desenvolvimento da ciência do ocidente, que cruza descobertas da biologia com fatores sociais<sup>143</sup>.

O ataque a sujeira se realiza pela intervenção da limpeza na desordem, ou na *liminaridade*. Ali onde a poluição estabelece o perigo e onde a purificação se faz necessária.

---

<sup>143</sup> Num determinado momento, as autoridades responsáveis pela questão da criminalidade, assumem as descobertas da biologia, como a idéia de isolamento do micróbio, para o desenvolvimento das formas de se enfrentar a criminalidade.



ESTE AMANECER ES UN HERMOSO ESPECTÁCULO, TODO SE VA LLENANDO DE COLOR Y VIDA

SÓLO HAY ALGO QUE EMPAÑA LA BELLEZA DE ESTE LUGAR, ES LA PRESENCIA DE ESE GRUPO DE BANDOLEROS.

VAMOS A HACER ALGO POR ESTA REGIÓN... LIMPIÉMOSLA DE ESA BASURA.

A ESO VINIMOS SOLDADO JARAMILLO, ASÍ QUE ¡ADELANTE MUCHACHOS!



ESE RUIDO NO ES CARACTERÍSTICO DE LA SELVA MI TENIENTE.

MIRA QUE RIQUEZA DE FAUNA Y FLORA, AQUÍ LA NATURALEZA ESTÁ EN ARMONÍA.

¡NOS ESTÁN ATACANDO!

¡CÚBRANSE SOLDADOS!

4-5 Os HOMBRES de ACERO FAZEM PARTE da REALIDADE COLOMBIANA. UMA ENADA ARMADA que foi constituída PARA O ENFRENTAMENTO do PERIGUE

põe em risco a ordem. Este quadrinho que é um dos encartes de um importante jornal colombiano, o *El Pais*, manipula os símbolos e os signos de uma história que descreve a ideologia que domina o enfrentamento do crime. As imagens apresentam, nos dão aspectos do palco onde se processa, o espetáculo, ou a batalha entre o bem e mal. O sistema ecológico harmônico é uma selva, onde se apresenta também o perigo. A ameaça é o elemento estranho, o grupo de bandoleiros.

Os *Hombres de Acero*, estão encarregados de manter à harmonia ecológica, se confundem com a vegetação, ou seja, estão integrados dentro do sistema. Por outro lado os bandoleiro, que também estão na selva, representam um risco ao eco-sistema. O papel dos *Hombres de Acero*, é o de proteger a harmonia se colocando contra a ambigüidade, o que se fará através de uma limpeza<sup>144</sup>.

O ponto de vista da poluição, identifica a criminalidade através de um processo de destituição das características sociais dos elementos que cruzam os limites. A pessoa que é vítima do processo de purificação, pelo estabelecimento da identificação da ameaça se torna uma sujeira, um

---

<sup>144</sup> A guarda municipal do Rio de Janeiro, criada na gestão do prefeito César Maia 94-98, pode ser entendida também como um importante exemplo nesta discussão. Como o regimento diz, a Guarda Municipal foi criada para ajudar na manutenção da ordem na cidade, que se processa na prática na luta deflagrada contra os vendedores ambulantes, contra os sem teto urbano, e as populações que dormem na rua.

escroto indesejável. Este processo de destituição, de transformação das características das pessoas, se assemelha a idéia de *liminaridade*, que como já dissemos interrompe classificações sociais estabelecidas, exigindo da ordem a constituição de novas identidades. Este é o momento onde se recorre à idéia de poluição.

A construção da criminalidade é também um processo de transformação, onde os transgressores são aproximados das características indesejáveis. Uma boa referencia para este assunto se deu através da chacina da Candelária, onde as crianças e adolescentes que viviam nas ruas da cidade foram vistas por alguns como ameaça, elementos de desordem.

Na noite do dia 23 de julho de 1993, nas proximidades da igreja da Candelária, Rio de Janeiro, as crianças e adolescentes que dormiam naquele local, foram surpreendidos por homens que chegaram atirando e mataram 8 meninos - assassinatos que ganharam o domínio público com o nome de Chacina da Candelária. Estes assassinatos se tornaram um evento internacional, provocando o surgimento de vários debates. Nas semanas posteriores a morte dos meninos, a imprensa desenvolveu uma enorme cobertura, ocupando grande parte dos noticiários. Vários artigos foram publicados sobre o assunto e várias pessoas se posicionaram diante

do problema. A chacina foi como uma forma de abertura e libertação onde as pessoas se sentiram mais a vontade para explicitar nas mais diferentes forma seus posicionamentos.

A socióloga Helena Oliveira da Silva desenvolveu um trabalho de acompanhamento do debate sobre o assunto nos jornais,<sup>145</sup> analisando os Editoriais, os Artigos e as Cartas de Leitores durante um mês subsequente ao massacre (23/07 a 23/08/93).

O trabalho de Silva que se concentrou em analisar a opinião pública registrada sobre o assunto nos jornais, nos permite observar parte deste momento, onde os mais variados argumentos foram apresentados, atravessando a assassinato dos meninos, enfrente a igreja, com outros tantos assuntos também bastante polêmicos. Daquele longo debate, onde nossa sociedade se viu frente a suas opiniões, posicionamentos e contradições, destacamos a forma como a criminalidade ganhou significado e como ela se torna, em alguns discursos, uma questão de faxina.

Diante dos vários protestos apresentados contra o massacre, algumas pessoas contrariando este posicionamento atacando-o com vários

---

<sup>145</sup> Este trabalho foi realizado como monografia de final do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense. Em sua análise ela estudou durante 11 meses, 228 matérias nos Jornais: O Povo, Jornal O Fluminense, O globo, Jornal do Brasil e alguns outros jornais.

argumentos, um dos argumentos deslocava o debate para a comparação entre as vítimas dos roubos praticados por crianças e adolescentes que viviam nas ruas e as vítimas da chacina. Alguns destes argumentos pretendiam modificar o código penal, abaixando a idade mínima que é de 18 anos, como uma forma de solução e ataque as crianças que vivem nas ruas e que são vistas como ameaça para os trabalhadores.

Os discursos que pretendiam estabelecer esta comparação colocavam de um lado menores infratores e do outro lado trabalhadores que “ganham seu dinheiro honesto suado para dar saúde, alimentação estudo e conforto para seus filhos.”<sup>146</sup> A intenção era reduzir a maioria, para que se pudesse retirar a ameaça das ruas, estabelecendo na selva a harmonia que se arrisca com a presença das crianças e dos adolescentes que estavam nas ruas. Um leitor afirma: “Estão confundindo ‘bandidos de rua’ com meninos de rua”<sup>147</sup>

Este posicionamento interpreta a chacina como conseqüência da criminalidade, ao propor a redução da maioria como forma de enfrentar o problema acaba por indicar às próprias vítimas da chacina, os meninos, como responsáveis por ela, por provocarem a criminalidade. Os

---

<sup>146</sup> Trecho de uma carta publicada na coluna *Cartas*, do *Jornal do Brasil/RJ*. 16 junh.1993. pg.8

<sup>147</sup> *Jornal do Brasil/RJ*, 03 de agosto de 1993. Pg.10

assassinatos, a chacina não passa a ser vista como um crime, mas como consequência da criminalidade, para alguns um mal necessário.

**“Pelo que tenho lido, acho que todos resolveram endeusar os meninos de rua. A PM, pelo visto, virou assassina, vítimas são os pivetes. Está tudo errado, pois, enfim apareceu alguém para nos livrar e diminuir um pouco os assaltos. Não sou a favor da violência mais acho que eles estão passando dos limites.”<sup>148</sup>**

Estes são argumentos mais explícitos na defesa da chacina, como também é o artigo de Clóvis Moreira<sup>149</sup>, que mereceu o repúdio de várias pessoas e entidades, e que dizia em uma passagem que “a solução mais radical seria cortar o mal pela raiz.” Discursos como este propunham o que Walter Barbosa diz ter lido no *The Washington Post* e *The New York Times* como limpeza étnica promovida pela política carioca<sup>150</sup>. Um outro leitor do jornal *O Dia* é mais radical e chega até a conclamar a sociedade para uma luta:

**“Conclamo a todos para montarmos em cada bairro um bom e eficiente grupo de extermínio, já que o governo do estado não esta ligando para a proteção das famílias. Não ficaria caro e nem daria muito trabalho, pois em grupos poderíamos nos revezar defendendo nossos bairros por 24 horas. Para não gastar munição com defuntos baratos (pivetes e assaltantes de rua por exemplo) poderíamos utilizar os meios que utilizaram os moradores de Olaria, ou seja, daríamos uma surra**

<sup>148</sup> Jornal O Dia 1 de agosto de 1993.

<sup>149</sup> Este artigo foi publicado no Jornal O liberal/PA, no dia 3 de agosto de 1993.

<sup>150</sup> O Globo/RJ. 7 de agosto de 1993. Pg. 06.

em praça pública e depois, com pequenos goles de gasolina, o fogo faria o resto. É fácil, gente, todos nós sabemos que não preta em nosso bairro. Vamos à luta.”<sup>151</sup>

A chacina da Candelária, aparece como um crivo elucidativo. O assassinato dos meninos, ou dos pivetes, ou dos marginais mirins abre o caminho para o estabelecimento do teatro onde se executa pela indignação moral a construção do medo, o discurso da ameaça as mais variadas formas de purificação. Os preceitos morais estão à disposição do tempo. Um evento pode recuperar determinadas posturas, através da atualização das mesmas, no espetáculo que se monta.

No ponto de vista da poluição, como nos ensina Mary Douglas, se estabelece uma interpretação do contexto social, que permite dar significado ao que pode ameaçar determinadas ordenações. Joga-se luz nas brechas, nas fissuras ao mesmo tempo que se produz o silenciamento de outros gestos, discursos, práticas, intenções que estão presentes no mesmo espetáculo. O processo de significação, tanto na perspectiva da poluição quanto na construção da criminalidade, se desenvolve através da busca pela resignificação de aspectos já vividos através da apresentação dos cortes atuais. Deste jeito temos espetáculos ruins, pois estabelecidos para a satisfação não só estética de alguns. Tornar uma cidade limpa,

---

<sup>151</sup> O Dia/RJ. 01 de agosto de 1993. Pg. 10.

pode significar também o afastamento de um jeito ou de outro das pessoas indesejáveis.

**“O que considero grave, no entanto, é que esses locais atraem o que chamo de lixo humano. São os vendedores e consumidores de drogas, prostitutas etc.”<sup>152</sup>**

Da mesma forma que a juíza de direito pode transformar pessoas em lixo, é possível tratar o lixo com uma faxina. Segundo Paulo Francis:

**“Raptaram o primeiro filho de Lindbergh, um bebê, em 1932. Lindbergh era aviador famoso. (...) Depois de anos de investigação, foi preso um certo Bruno Hauptam. Julgado, foi eletrocutado. Antes da eletrocação, seqüestro era rotina nos EUA. Depois, diminuiu à inexistência. Nas palavras bem escolhidas de Telmo Martino, chacina ou faxina?”<sup>153</sup>**

Estes discursos constituem matéria prima por onde se estabelecem as políticas de limpeza. Ao transformar a transgressão numa forma de sujeira o processo de purificação pode ser legitimado como faxina.

Os espetáculos de purificação como resposta à poluição podem estar presente oficialmente dentro das políticas governamentais, como no caso do papel desempenhado pela Guarda Municipal do Rio de Janeiro que tem como principais inimigos da ordem pública os vendedores

<sup>152</sup> Juíza de Direito Denise Frossard, em palestra para alunos do primeiro período de uma faculdade de Direito, transcrito no jornal *O Dia*, de 18 de outubro de 1995. In discursos Sediciosos crime, direito e sociedade. 1996: 247.

<sup>153</sup> Diário da corte, o Globo, 7 de dezembro de 1995, Segundo caderno, p..5. In discursos Sediciosos... 1996: 247.

ambulantes, os sem teto e as pessoas que dormem nas ruas, assim como o espetáculo pode ser desenvolvido pelos vários assassinatos que tem como alvo os responsáveis por pequenos delitos, os envolvidos com qualquer tipo de contravenção que põe em perigo aspectos da ordem como, a grande propriedade privada, a organização espacial das cidades, os bairros de circulação do capital e a integridade física e moral de seus detentores.

Neste quadro de referências onde se estabelecem os espetáculos, encontramos a produção dos assassinatos de pobres e negros, assim como encontramos também as ações dos grupos de extermínios em suas formas de legitimação.

Como o trabalho indica há na prática dos matadores a realização do extermínio seletivo, ou seja, o extermínio na Baixada Fluminense, aponta como maioria das vítimas os negros e pobres. Um caso interessante sobre este dado se observa na prática a partir de um caso:

**Catorze de novembro de 1991. Num barraco de 24 metros quadrados, na Favela de Nova Jerusalém, em Caxias, cinco meninos e duas meninas de rua comemoram suas façanhas: conseguiram roubar um par de tênis e, esmolando, compraram e lata de cola de sapateiro. Cristiano Batalha Neves, 15 anos, o *Vampirinho*, exhibe orgulhoso o *All Star*. Já Erivaldo Alexandrino Passos, o *Batatinha*, 16 anos, caçoa do colega e promete arrumar, no dia seguinte, um *videogame*. Vencidos pelas doses de**

aguardente, os menores dormem. Pouco depois das 19 horas, quatro homens derrubam a porta e invadem o barraco.

Com um revólver calibre 32, Luiz Carlos Vargas Fanelli, o *Cabeludo*, e Clóvis Rafael da Silva, interrogam os menores sobre furtos em Caxias e São João de Meriti. Assustado, *Vampirinho* assume os roubos, Não basta, *Cabeludo* o desafia para uma briga e espanca o menino. Clóvis se empolga; desfere uma garrafada na cabeça de *Bataíinha*, que cai ensanguentado.

Por mais duas horas, os invasores dão socos, pontapés e coronhadas na cabeça, nas costas, barriga e nos ouvidos dos menores. Durante o espancamento as vítimas são amarradas por Clóvis, *Cabeludo*, Antônio Carlos dos Santos Oliveira, o *Cacá*, e Jorge Araújo, o *Ticão*. Ao final da sessão de tortura, *Cabeludo* dá o veredicto: morte.

‘Os garotos entram em pânico. Pediram perdão, prometeram parar de roubar. Um deles, o menor da turma - Flávio Cláudio Luiz dos Santos, 9 anos - gritou muito, chorou, e teve de ser arrastado pelos outros. Dava para perceber que eles acreditavam que pudessem sair com vida’, lembra *Ticão*, em depoimento na 59ª DP (Caxias), de onde fugiu no mês passado.

Levados as margens do Rio Sarapuí, às crianças deitam-se na chão, seguindo a ordem de *Cabeludo*, que tenta poupar apenas Edson Cunha da Silva, o *Rubinho*, 17 anos, por ele ser o único branco do grupo. Clóvis, no entanto, não acata a determinação. Diz que não vai livrar a cara de ninguém. Depois de discutirem, chegam a um acordo: todos devem morrer.

‘Dei o primeiro tiro em todos só na cabeça. Recarreguei o revólver duas vezes. E eles ficaram ali parados. Só gritavam quando as balas entravam. Tremiam, mas não tinham como fugir. O branquinho, eu não queria matar, mas o Clóvis

não quis contrariar o chefe - o traficante Marcos Michel Filho, o *Marquinho* - que contratou os exterminadores para executar as crianças. O garoto me olhou nos olhos, como pedisse para não fazer aquilo. As lágrimas escorreram. Joguei ele no chão e dei um tiro na cabeça' relata *Cabeludo*, preso na 64ª DP (Meriti).

Os tiros de Misericórdia foram dados por Clóvis. 'Depois saímos do lugar e fomos beber num bar da Favela do Dique (em Jardim Metrôpoles, São João de Meriti). No dia seguinte voltamos ao lugar. Não sentimos nada. Só ficamos tristes por uma garota ter escapado', afirma *Ticão* em depoimento ao escrivão Eduardo<sup>154</sup>”.

O assassinato destas crianças e destes adolescentes, ficou conhecido até internacionalmente, quando a imprensa, principalmente a televisão, resolveu transforma-lo em notícia. Ouve grande comoção. Até a Xuxa (apresentadora de programa infanto-juvenil) se comprometeu publicamente em ajudar a menina que havia conseguido escapar do massacre. A verdade é que após a produção do grande espetáculo e da aparente comoção de todos, a única sobrevivente do evento foi morar em uma cidade do município do estado do Rio de Janeiro com uma tia, alegando estar completamente abandonada pelas autoridades e também pela apresentadora que havia prometido ajuda e que até o dia 5 de julho, data de publicação deste caso, não havia cumprido com o combinado.

---

<sup>154</sup> Jornal *O Dia*, 5 de Julho de 1993. Pg. 9.

O ponto de vista da poluição, que se verifica nos discursos que legitimam os projetos de limpeza está preso à necessidade utilitarista de organizar a realidade de acordo com as maneiras estabelecidas nos projetos ideológicos. O movimento dos interesses hegemônicos impõe o estabelecimento dos valores que demarcam limites, estabelecem o certo o errado, o bem e o mal, a limpeza e a sujeira. Isto se processa de forma conflitiva a luta pela legitimação e pela impossibilidade de exclusão definitiva do outro. Como diz Terry Eagleton, numa leitura do trabalho do filósofo francês Derrida,

**“Talvez o que esteja de fora talvez esteja, de alguma forma, dentro, talvez o que seja estranho seja também íntimo de sorte que o homem precise policiar com atenção a fronteira absoluta entre as duas esferas, porque ela pode ser sempre atravessada, sempre foi atravessada e é muito menos absoluta do que parece.”<sup>155</sup>**

Outro exemplo se nos apresenta, quando olhamos para as dificuldades pertinentes às diferenças. Perguntar sobre nacionalidade brasileira, pode fazer aparecer os mais variados desejos de democráticos, mas ao nível das relações sociais os valores e as práticas apontam para a necessidade de definição e manutenção das diferenças, “o macho branco heterossexual” continua sendo o valor maior, ao mesmo tempo que qualquer projeto que pretenda se estabelecer pela afirmação das

---

<sup>155</sup> Eagleton. *Teoria da Literatura: uma Introdução*. 1994: 143.

diferenças não tem êxito, porque esbarra nos desejos e perspectivas sacralizadas organizadas, dentro do discurso nacional.

É contexto que temos a imagem barroca. Assim como o barroco tem como traço fundamental a dobra, que vai ao infinito, a sociedade brasileira tem seu projeto assimilacionista que vai se alongando infinitamente. As diferenças nesta sociedade barroca constituem um movimento que se distende ao longo do tempo sem que as diferenças se dissolvam. Diferenças que constituem dobras que se alongam sem se tornarem um todo homogêneo.

O desenvolvimento da perspectiva da poluição também desenvolve-se neste projeto movimentando engajamentos apaixonados, estabelecendo-se através do cinismo das lutas hegemônicas que mantêm na penumbra determinados pontos do espetáculo, enchendo de luz os pontos que ele centraliza. A identificação da poluição, na relação que ela estabelece com o crime é como um movimento fagocitário,<sup>156</sup> onde a transgressão e a brecha dão a noção do movimento.

---

<sup>156</sup> Este termo foi usado por Fernando Rosa Ribeiro, para falar da forma como o racismo no Brasil se alimenta das questões que aparentemente parecem contradizê-lo.

#### IV. PARA CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marx ao falar sobre o elemento de repetição na história introduz, como reconhece Deleuze, uma perspectiva teatral na história. Este esforço do autor é introduzido pela discurso teatral pensado em um paradoxo. A história é teatral por se desenvolve na repetição. A criação desenvolvida pelas mulheres e pelos homens na história articula à prática a certas apropriações que os atores fazem do tempo. Os fantasmas são elementos necessários ao processo de repetição que pretende no final o desenvolvimento ou a manutenção das hegemonias.

No caso da criminalidade, onde se relaciona as maneiras de legitimação da limpeza social, tal interpretação teatral se torna eficiente, pois a idéia de limpeza se nutre de uma contextualização que atualiza os fantasmas, os medos, a partir das interpretações que delimitam a criminalidade, ou a poluição, assim como, apresenta as formas de ação contra a poluição.

Quando os noticiários **informam** sobre a violência localizando tudo que se refira a isso, nas comunidades de favelas, ou nas periferias e junto as pessoas pobres e/ou negras, numa sociedade que aprendeu

historicamente a entender pobreza e negritude, para usarmos um termo mais abrangente, como ameaça isto funciona como resposta a saída frente estas ameaças que assim são construídas.

Apresentamos algumas questões que marcam eventos na história brasileira, que foram pensados como pistas que informam como em nossa sociedade a categoria limpeza social que também aparece na ação dos grupos de extermínio, se constitui.

No caso da limpeza social, que parte através de uma perspectiva teatral, os fantasmas que se apresentam nos projetos contra a criminalidade são a suspensão que recai historicamente sobre negros e pobres, a legitimação do uso da violência autônoma contra os inimigos e a idéia de ameaça que é vista como elemento de risco à ordem que está eventualmente envolvida em discursos nacionalistas.

O estudo da limpeza social como uma das ferramentas de análise diante das praticas das ações dos grupos organizados para matar, informa não só sobre a constituição da ordem através de sua batalha contra o que lhe ameaça, como também nos permite entender os dramas sociais onde nada se perde e tudo se desenvolve e onde encontramos a criminalidade.

O que se determina por sujeira, que põe em risco a ordem, pode ser visto também como algo que está ligado ao limiar, não estando definitivamente dentro, mas se constituindo uma ameaça à ordem. No ritual de purificação, onde localizamos também o ataque a criminalidade, a sujeira que é uma ameaça é atacada. O criminoso que é visto pela sociedade como uma sujeira, uma ameaça, pela ação dos grupos organizados para matar torna-se aquilo que deve ser faxinado por estes grupos de limpeza, que são eventualmente reivindicados dentro do espetáculo de pavor e medo construídos socialmente.

Partindo da idéia de poluição intensificada por uma perspectiva da história como dramas, que impõem a idéia de marginalidade constituída por jogos teatrais, observamos que à ação dos grupos que se organizam para matar em caxias, limpam a área através da atualização de nossos fantasmas sociais. O racismo, o sexismo, a concentração de renda e o autoritarismo estão presentes nos jogos de mostra e esconder onde a criminalidade é pensada. Na ação dos exterminadores pela diferença que ela possui de outros dramas, como o assassinato de mendigos, índios, criminosos políticos, ou seja, inimigos da pátria nossa sociedade atualiza o terror, onde o perfil do Lucas da feira ganha contextualização, assim como, a maneira como Nina Rodrigues estuda o crime segue a diante.

A criminalização tem como característica a marca da transgressão. A criminalidade classifica aquilo que atravessa à ordem estabelecida ou idealizada, porque ordenar é manter ou constituir um padrão.

A legitimação do extermínio em nossa sociedade passa pela definição da ordem a partir daquilo que à ameaça. Se vivemos em uma sociedade onde o ser branco e tido como um valor desejado e afirmado, assim como a concentração de renda, o que é o nosso caso, o perigo se definirá a partir daquilo que possa contradizer estes elementos de ordenação.

Quando cabeludo, um dos matadores citados nos casos apresentados por este trabalho, justifica a intenção de poupar uma das vítimas por ser o único branco do grupo marcado para morrer, ele está revelando que mesmo ali, na ação de matar, à ordem social está sendo realizada.

O projeto *Se ESSA RUA FOSSE MINHA* chama a atenção para o cuidado com a forma como deve ser desenvolvida a pesquisa que tem como recurso os dados estatísticos. Neste sentido o relatório acusa a não existência de uma unidade de fundo, subordinando a multiplicidade de eventos envolvida em grandes temas, como é o caso da violência.

As informações contidas nas pesquisas sobre o tema violência, quando tratam exclusivamente de dados estatísticos não nos permite pensar de forma mais eficiente nas realização desses eventos, que por esse exclusivismo estatístico quase sempre explicam pouco. Por outro lado a outra afirmação que faz o mesmo relatório acima citado, de que "a violência na sociedade brasileira é endêmica e tem raízes profundas", nos remete ao problema do processo de marginalização histórica que essa sociedade tem desenvolvido. Os dados estatísticos sobre violência devem ser contextualizados na história onde os eventos são constituídos.

Desenvolvemos um trabalho com poucas respostas, mas ao enfrentar às questões que são propostas, ele as desenvolve assinalando algumas pistas para outros processos de busca de futuro. Este foi um trabalho que, muito mais do que qualquer coisa seguiu minhas intuições que passaram pela participação efetiva da orientação de José Luiz. Este estudo corresponde também, ao esforço de uma pessoa que tentou transformar um problema enfrentado através da forma como ele me afeta, através de uma discussão científica, não exclusivamente, não em um países sem carne, sem dor, e sem beleza.

As ferramentas que utilizei aqui, talvez não sejam as mais eficazes, mas são as que me permitiu uma relação diferente com questões que

constantemente, estão dominadas pelo crivo limitado do discurso científico descontextualizado, e que serve muito mais para a legitimidade dos estudiosos do que para o desenvolvimento de formas de ataque a tal questões. Não falamos dos estudos de Turner, Dolgras, Marx, Deleuze e outros, para tentarmos enquadrar este trabalho numa estética desencarnada que correspondesse à legitimação de vaidades e obrigações acadêmicas, as referências se tornaram necessárias, porque meu trabalho só pode ser desenvolvido através do diálogo com elas. Quando falamos em conceito de marginalidade como jogo que se desenvolve no processo histórico se tornou necessário buscar encontro com proposições levantadas pelos estudos citados, o desenvolvimento do trabalho que me levou aos encontros estabelecidos.

Um outro esforço dessa pesquisa é de cortar o frio do discurso acadêmico com gritos como os que ouvimos do Centro de Articulação das Populações Marginalizadas, ou seja **porque o extermínio não acaba (pixote - pg29)**. Mas do que respostas a essa pergunta buscamos intensificá-la, através deste ensaio histórico que dialoga com alguns estudos antropológicos, médico, “psi<sup>157</sup>.”, filosófico e artístico. Digo intensificamos, porque a profundidade foi relativa ao tempo de sua

---

<sup>157</sup> Este termo corresponde a todas as práticas se estabelecem nos estudos psíquicos dos indivíduos.

apresentação, diferente da intensidade, que já corresponde ao tempo das participações indeterminadas.

O extermínio de negros e pobres se apresenta nos quadros dos eventos que o relatório do projeto *SE ESSA RUA FOSSE MINHA*, lembra que é necessário definir, e que a Promotora Tânia na entrevista que me deu em Caxias disse, que só é possível ser definido a partir do estudo da construção dos documentos, e que eu acrescento, também destes documentos construídos. Os dados estatísticos generalizam demais os problemas, como exemplo poderíamos dizer dos apresentados pela Secretária Estadual de Polícia Civil, que se preocupa apenas em definir o perfil das vítimas pelos quesitos: sexo, faixa etária<sup>158</sup>. Neste sentido é o processo que pode dizer que pereira como outros integraram e integram grupos de extermínio. Processos que nos fornecem também, elementos que descrevem as formas como a ação dos grupos de extermínio e seus integrantes se relacionam com as formas de poder dessa sociedade<sup>159</sup>.

Através desse caminho cavocamos objetos estranhos e esquisitos, minha esperança é de que possamos ganha-los de algum modo, e que eles sejam leves o bastante para não ganharem a poeira das prateleiras

---

<sup>158</sup> Ver *Incidência Geral de Infrações Penais*, Polícia Civil - Movimento Policial - Dados Estatísticos.

<sup>159</sup> Segundo os argumentos acusatórios apresentados pela promotoria no julgamento de Pereira, e pelo aparato montado em sua defesa (os advogados, a forma como ele se apresentou) fica claro, que o extermínio esta bem articulado socialmente.

enfeitadas, ou mesmo o interesse dos discursos alienados. Que a alguém neste mundo de letras, imagens, palavras truncadas, frases incompletas, territórios mal iluminados possa ser provocado e se tornar de alguma forma uma violência, das que provoca interesse e vontade de fazer algo, nestes lugares onde o desperdício existe, e a escassez predominante é a de companhia.

Estou pensando nas ciências sociais como ponto de ataque e de encontro, onde mulheres e homens de verdade, se reconheçam na busca da libertação da vida. Neste sentido este trabalho, aponta a necessidade de se enfrentar todo o processo histórico de construção das idéias de criminalidade e de desordem, lugares onde os descendentes de africanos escravizados no Brasil e os não beneficiados pelos processos de concentração de renda, são enjaulados. Sim o grupo de extermínio é uma das formas de controle e terror desenvolvida historicamente nesta sociedade. Sim a idéia de limpeza social orienta a legitimidade ao ataque de pessoas que são pensadas como inimigas, poluidoras, descartáveis e indesejáveis. A criminalidade é um espetáculo onde também se desenvolve nossa história.

Fazer uma pesquisa sobre esse tema é um desafio grande para um iniciante na profissão. Tentei aqui, nesta empreitada, enfrentar algumas

pistas, a iniciativa já representa um ponto de partida para a certeza da existência de um compromisso ético entre ciência social e realidade social.

A forma como este estudo se desenvolve, ou seja, tratando conceitos como poluição, liminaridade, exclusão, silenciamento na relação que eles assumem diante de questões como a criminalidade e ordem, impõe à antropologia um caráter explicitamente demarcado pelas encruzilhadas dos diálogos **múltiplos**. Reivindicar num determinado momento o auxílio de formas de significação, na elaboração de projetos de enfrentamento e resolução de problemas, não é apenas nem uma tarefa de líderes religiosos e/ou políticos como também não podem ser identificados exclusivamente pela antropologia.<sup>160</sup> Por outro lado é nos textos consagrados como sendo da teoria antropológica que encontramos as sugestões mais interessantes deste percurso chamado por mim de múltiplo.

As formas de poder identificadas nos projetos de resolução dos problemas ligados a questão criminalidade, apresentam aspectos de movimentos bastante próximos ao desenvolvimento histórico nacional, ao mesmo tempo que revelam novidades em suas formas dramáticas

---

<sup>160</sup> Por isso a longa citação do texto de Marx no início do trabalho, assim como às várias imagens de diversos discursos da arte da história e outros.

diferentes. Enquanto as pessoas e alguns trabalhos<sup>161</sup> sobre extermínio tendem a localizar essas práticas num determinado período, os que se constituem nos regimes autoritários, ou se preocupam em definir um ponto de origem, vejo que há nas práticas de extermínio formas concretas de realização do próprio projeto seletivo nacional, o que este trabalho também pretende discutir, ou alguém acredita que só o carnaval e o futebol podem dar-nos do Brasil sua idéia de nação?

É difícil pensar neste trabalho uma maneira que de fato finalize o esforço que provoca executa-lo. Na verdade eu tenho certeza, que há em mim motivos para ficar ainda por um bom tempo pensando e estudando coisas que passam por este trabalho, mas que não terminam nele. Neste sentido qualquer tentativa de finalizar esse esforço vai ao encontro dos compromissos que assumi em desenvolver um trabalho final no curso de mestrado em antropologia social. O que fica aqui é a dissertação, que desejo queime bastante fazendo enxertar o tempo desta pesquisa alimentando outros encontros, que podem ter a participação de algo deixado aqui.

---

<sup>161</sup> Os estudos sobre esse conceito estão ligados ao totalitarismo, com destaque para o Nazismo e o Estalinismo.

## V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, F., 1977. *Criminalidade e Segurança*. Rio de Janeiro, Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

ARENDT, H., 1990. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras.

ASSIS, M., *S/d. Quincas Borba*. São Paulo, Edibolso.

BARATTA, A. , 1994. *Filosofo de Uma Criminologia Crítica - Mídia e Poder*. Rio de Janeiro, FAPERJ.

BATISTA, N., 1996. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*, ano 1 número 1 1º semestre. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

BRETAS, M.L., 1989. *Navalhas e Capoeiras: Uma outra Queda*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa.

BOURDIEU, P., 1989. *O PODER SIMBÓLICO*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.

CABRAL, J. P., 1996. A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições na antropologia contemporânea. São Paulo. *Mana* 2(1): 25-27.

CALDEIRA, C., *s/d. OPERAÇÃO RIO E CIDADANIA: as tensões entre o Combate à criminalidade e a ordem pública*. Trabalho apresentado no "GT" Direitos, Identidades e Ordem Pública.

CRUZ-NETO, O. e MINAYO, M.C.S. , 1994. *Exterminio: Violência e Banalização da Vida*. Rio de Janeiro *Cad. Saúde Pública*, 10.

COETZEE, J.M. , 1991. *The Mind of Apartheid: Geoffrey Cronjé (1907-)*. Africa do Sul. *A Journal of the Centre for African Studies University of cape town*. Volume 17, nº. 1.

CORRÊA, M., 1982. *AS ILUZÕES DA LIBERDADE: A Escola Nina Rodrigues a Antropologia no Brasil*. São Paulo. Tese de Doutorado.

COIMBRA, C.M.B. , 1994. *Gerentes da Ordem: Algumas Práticas "PSI" nos Anos 70 no Brasil*. Tese de Doutorado USP.

DELMANTO. C., 1981. *Código Penal Brasileiro*. Rio de Janeiro, Saraiva.

DELEUZE, G., 1988. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro.

- DOUGRAS, M.P. , 1976. *Pureza e Perigo*. Rio de Janeiro, Perspectiva.
- DUMONT, L. , 1985. *O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Rocco.
- DURKHEIM, E. 1987. *O Suicídio*. São Paulo, (Coleção Pensadores).
- EAGLETON, T., 1994. *Teoria da Literatura: uma introdução*. São Paulo, Martins Fontes.
- FREYRE, G., 1974. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro - Ministério da Educação e Cultura Brasileira.
- GEERTZ, C. 1989. *Um Jogo Absorvente: notas sobre a briga de galos em Bali - A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Guanabara.
- HARRIS, R. 1991. *Murders and Madness: medicine, law, and society in the finde siècle*. Oxford, Clarendon Press.
- HOLLOWAY, T.H., 1989. *O "saudável terror": Repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro, Estudos Afro-Asiáticos. No. 16
- LARA, H. S., 1990. *Trabalhos Escravos*. Campinas, UNICAMP/IFCH.
- LOUZEIRO, J. , 1965. *Assim Marcha a Família*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira.
- MARX, K. H. , 1990. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. Rio de Janeiro, Mandacará.
- 1986. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MOORE, B. , 1987. *Injustiça: as bases sociais da obediência e de revolta*. Rio de Janeiro, Brasiliense.
- OLIVEIRA, B. 1981. *Nietzsche, Freud e o Surrealismo*. Rio de Janeiro, Pallas.
- ORLANDI, E. P., s/d. *Efeitos do Verbal Sobre o Não-Verbal*. Departamento de Linguística IEL Unicamp.
- PIERRE, D., 1991. *Médicos e assassinos na Belle Époque*. São Paulo, Paz e Terra.

PONTES, R., s/d. *Código Penal Brasileiro*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos.

RAMOS, A . 1935. *O Folclore Negro do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora da Casa do Estudo do Brasil.

RODRIGUES, N., 1939. *As Coletividades Anormais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

RIBEIRO, F.R. , 1993. "*Apartheid*" e *Democracia Racial*: raça e nação no Brasil e Africa do Sul. Rio de Janeiro, Estudos Afro-Asiático. no.24.

SCHWARCZ, L.M., 1993. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo, Companhia das letras.

SOUSA, J. A ., 1997. *Os Grupos de Exterminio em Duque de Caxias, Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro, Tese de mestrado.

SEIXAS, , 1965. *Assim Marcha a Família*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira

VIERA, J.R. , 1979. *Autoritarismo e a Doutrina de Segurança Nacional*. Rio de Janeiro, II Seminário de Ciências Sociais do SOCII.

WEBER, M., 1963. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar.

ZALUAR, A. , 1985. *A Maquina e a Revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense.

## FONTES DOCUMENTAIS

\*Boletim de Eugenia - maio de 1929, ano 1, num.5; Junho de 1931, ano 3, num. 30.

\*Boletim Estatístico da Baixada Fluminense, 1994. (IPPUR/UFRJ/FASE) Rio de Janeiro.

\*El Pais. 14 de dezembro de 1997. Cali/ Colombia.

\*SOARES, L. E., 1993. *Criminalidade Urbana e violência* : O Rio de Janeiro no contexto internacional. Rio de Janeiro.

\*BICUDO, H., 1994. *Violência: O Brasil Cruel e sem Maquiagem*. São Paulo, Moderna.

\*Comissão Parlamentar de Inquérito - resolução no. 14/91- ALERJ. Extermínio de menores.

\*HOLLOWAY, Thomas. , 1995. Jornal do Brasil / 30 de julho. Rio de Janeiro.

\*Polícia militar do Estado do Rio de Janeiro. Estado Maior. Assunto: Extermínio de Crianças e adolescentes, Inquerito no. 141/90/69 reatuado sob no. 75/90.

\*SOARES,L.E., 1993. *SE ESSA RUA FOSSE MINHA*: Homicídios dolosos praticados contra "menores", no Estado do Rio de Janeiro. ( FASE, IBASE, IDAC E ISER).

\*BARROS, J. e CLAUDIO, L. 1992. Extermínio de Criança e Adolescente.

\* Tribunal de Júri. 1994. 2o. Relatório do Ministério Público. Duque de Caxias, 1994.